

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

RODRIGO RODRIGUES ORTIZ

**A INTERFERÊNCIA DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO
DE EMPODERAMENTO DOS SUJEITOS**

São Borja

2016

RODRIGO RODRIGUES ORTIZ

**A INTERFERÊNCIA DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO
DE EMPODERAMENTO DE SUJEITOS**

Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, apresentado como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Monique Soares Vieira

São Borja

2016

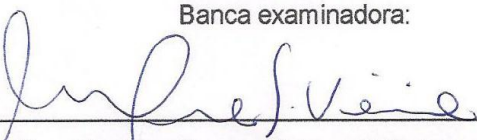
RODRIGO RODRIGUES ORTIZ

**A INTERFERÊNCIA DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO
DE EMPODERAMENTO DE SUJEITOS**

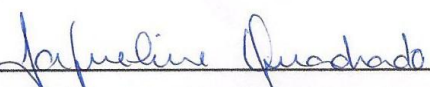
Trabalho de Conclusão de Curso em
Serviço Social da Universidade Federal
do Pampa, apresentado como requisito
parcial para obtenção do Título de
Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovada em: 08 de dezembro de 2016.

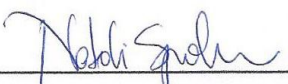
Banca examinadora:



Prof. Dra. Monique Soares Vieira – Orientadora (UNIPAMPA)



Prof. Dra. Jaqueline Quadrado – Arguidora (UNIPAMPA)



Profa. Me. Natali Braga Spohr – Arguidora (IFFARROUPILHA)

AGRADECIMENTO

Primeiramente, agradeço a Deus e aos meus guias mentores por me dar suporte emocional e impulsionar a persistência para a construção deste trabalho, concomitante à permanência no curso de Serviço Social durante os três anos e seis meses de formação.

À professora e orientadora Monique, pelo auxílio e dedicação evidentes nas diversas orientações para a construção de cada etapa deste estudo, minha imensa gratidão.

Aos colegas de turma, curso e academia que, de alguma forma, demonstraram interesse em ver este trabalho finalizado, bem como a minha conclusão do Bacharelado em Serviço Social acontecer com êxito.

Às amigas que construí nesse período de formação, as quais me são de suma importância.

À Universidade Federal do Pampa – campus São Borja, por contemplar eventos e espaços de diálogo que serviram como base para inúmeras reflexões e desconstruções a respeito de temas e questões sociais, resultando em reconstruções constantes à cerca da realidade e da diversidade de sujeitos e contextos nela existentes.

Aos coletivos sociais em que participo, que proporcionaram e assim permanecem fazendo a convivência com sujeitos particulares, de realidades distintas, assim como experiências que certamente ficaram registradas em minha trajetória de vida.

À minha mãe, Gessilda, por subsidiar minha formação, viagens, participação em eventos e afins, em todas as ocasiões em que isso foi possível. Estimulando minha participação nas atividades extraclasse e ocasiões que foram de grande valia para meu conhecimento.

À minha pertinente inquietação com a realidade e o que nela existe e se constrói, se constituindo enquanto um importante fator que fez com que eu me inserisse em movimentos e causas sociais.

Eu sou meu corpo, minhas emoções, meus sentimentos, desejos, sonhos, minhas representações a meu respeito, levando em conta a cor da minha pele, o meu sexo, a minha posição socioeconômica, a minha cultura. Eu sou a soma dos livros que li, dos lugares que conheci, das paisagens que vi. Eu sou as oportunidades que tive ao longo da minha vida, os contatos, os encontros, as características a mim conferidas pelos outros, os meus valores, eu sou esse processo infinito de descoberta do meu verdadeiro eu.

- Simão de Miranda e Nye Ribeiro.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso consiste em um Relatório Teórico-Prático, que propõe realizar uma análise a respeito de como a violência estrutural interfere na construção da identidade social, principalmente, no período da adolescência, e em como o Serviço Social, enquanto profissão interventiva e que atua nas relações sociais, pode contribuir para o processo de empoderamento dos sujeitos. Sendo embasado pelo método dialético-crítico e buscando uma perspectiva de totalidade, tem como direção a interdisciplinaridade em que as reflexões foram construídas em movimento de mediação entre o conhecimento as áreas de Serviço Social e Psicologia. A sistematização da prática foi propiciada por meio da análise dos instrumentos construídos durante do período de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II (2015-2016), tais como: Diários de Campo, Projeto de Intervenção, Análise Institucional e Relatórios (Parcial e Final). Nesse sentido, ressalta-se que o objetivo central do presente trabalho consiste em apreender como a violência estrutural influi na construção da identidade social durante a adolescência, a fim de problematizar formas de enfrentamento que possam contribuir com o seu rompimento e como o Serviço Social pode atuar diante dessa expressão da questão social. Os objetivos específicos, foram construído na perspectiva de desvendar como a violência estrutural interfere na construção da identidade social de adolescentes; entender como agem os adolescentes frente às questões relacionadas à violência estrutural; e problematizar formas de enfrentamento à violência estrutural na vida dos adolescentes a partir das experiências vivenciados no campo de estágio. Considerando que a partir dos diálogos e ações interventivas realizadas com os/as adolescentes, evidenciou-se a reprodução de preconceitos, exclusão, introspecção e violência verbal. Nessa direção, salienta-se a importância da intervenção dos/as assistentes sociais, enquanto profissão capaz de construir respostas efetivas que busquem incitar um processo crítico-reflexivo e assim possibilitar que os sujeitos, em especial, adolescentes possam romper com práticas sociais reprodutoras de diversas expressões de violência. Além disso, os processos interventivos dos/as assistentes sociais poderão propiciar um espaço de diálogo e intervenção com adolescentes, com o intuito de construir condicionantes que possam favorecer a formação da identidade social a cada um/a, socializando informações, estimulando a autonomia, o autoconhecimento e a apreensão da realidade em que estão inseridos, por meio de ações socioeducativas, contribuindo, assim, para ampliação do debate acerca da identidade social no âmbito da formação e do trabalho profissional.

Palavras-chave: Violência estrutural. Identidade social. Adolescência. Serviço Social. Empoderamento.

RÉSUMÉ

Cette Cours de Travail Conclusion se compose d'un Rapport Théorique et Pratique, qui propose de réaliser une analyse sur la façon dont la violence structurelle interférer dans la construction de l'identité sociale, en particulier pendant l'adolescence, et le travail combien social comme profession interventionnelle et agit dans les relations sociales, peuvent contribuer au processus d'autonomisation des sujets. LI est relié à la terre par la méthode dialectique-critique et la recherche d'un point de vue global, il est vers l'interdisciplinarité dans laquelle les réflexions ont été construits dans la médiation de mouvement entre les domaines de connaissance du Travail Social et de la Psychologie. La systématisation de la pratique a été rendue possible grâce à l'analyse des instruments construits au cours de la période de stage supervisé en Travail Social I et II (de 2.015 à 2.016), tels que: Champ Daily, Projet d'Intervention, l'analyse Institutionnelle et de Publication (Partielle et Finale). En ce sens, il est souligné que l'objectif principal de ce travail est d'apprendre comment la violence structurelle affecte la construction de l'identité sociale au cours de l'adolescence, afin de discuter des moyens de faire face qui peuvent contribuer à leur rupture et comment le Travail Social peut agir sur cette expression de la question sociale. Les objectifs spécifiques ont été construits en vue de découvrir comment la violence structurelle interférer dans la construction de l'identité sociale des adolescents; comprendre comment les adolescents agissent face à des questions liées à la violence structurelle; et discuter des moyens de faire face à la violence structurelle dans la vie des adolescents à partir des expériences vécues dans le domaine de la formation. Considérant que des dialogues et des actions d'intervention prises avec / adolescents, la preuve de la reproduction des préjugés, l'exclusion, l'introspection et la violence verbale. En ce sens, il souligne l'importance de l'intervention des travailleurs sociaux, comme une profession capable de construire des réponses efficaces qui visent à inciter à un processus critique réflexive et ainsi permettre à la personne, en particulier, les adolescents peuvent briser la reproduction des pratiques sociales des différents expressions de violence. En outre, les processus d'intervention, travailleurs sociaux fourniront un espace de dialogue et d'intervention auprès des adolescents, afin de construire les conditions qui peuvent favoriser la formation de l'identité sociale à chaque, une information de socialisation, encourager l'autonomie, la connaissance de soi et la compréhension de la réalité dans laquelle ils vivent, grâce à des activités socio-éducatives, contribuant ainsi à l'expansion du débat sur l'identité sociale do dans la formation et le travail professionnel.

Mots-clés: Violence structurelle. Identité sociale. Adolescence. Service social. Empowerment.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Fatores que incidem para a construção do empoderamento | 55 |
| Figura 2 - Fatores que configuram a construção da identidade social | 94 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CF – Constituição Federal

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CFTV – Centro de Formação Teresa Verzeri

CREAS – Centro de Referência Especializada em Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

SIG – Sistema de Informação Gerencial

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 VIOLÊNCIA: SUBSÍDIOS CRÍTICO-ANALÍTICOS PARA SUA APREENSÃO | 17 |
| 2.1 Violência: conceito e concretude | 17 |
| 2.2 Violência estrutural: fundadora de todas as outras formas de violência..... | 27 |
| 3 IDENTIDADE SOCIAL E SEUS ASPECTOS CONSTITUTIVOS | 40 |
| 3.1 Identidade social: complexidade, construção e características fundantes. | 41 |
| 3.2 Identidade social e o período da adolescência: configuração do processo de construção social..... | 51 |
| 4 AS EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL, E AS CONTRIBUIÇÕES DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO DOS SUJEITOS | 64 |
| 4.1 O campo de estágio curricular e o projeto de intervenção profissional | 64 |
| 4.2 O Serviço Social no contexto institucional do CFTV | 75 |
| 4.3 A categoria empoderamento mediante a atuação do/a assistente social, a partir das reflexões do projeto de intervenção “Identifique-se, maximize-se: a construção da identidade social na adolescência” | 82 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 100 |
| REFERÊNCIAS..... | 103 |

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem gênese em um interesse pessoal, com base em vivências onde a construção de uma identidade, formada livremente e embasada por valores (construídos subjetivamente através de experiências objetivas e cotidianas) não se tornou algo concreto e evidente, mas distante e inexecutável. Sendo que os grupos sociais em que se estava (e os que ainda está) inserido não contribuíram para o efeito reverso dessa ação, e em vezes até fortaleceram, por meio da imposição de estereótipos e uma ideologia conservadora hegemônica, na reprodução da violência estrutural - propagando e intensificando preconceito, discriminação e intolerância -, como expressões dessa violência que fomenta discursos e práticas de ódio e perseguição.

Em meio a esse contexto de opressão e imposição de normas e papéis sociais, a construção da identidade tornou-se deturpada. Isto é, não se constituiu de forma a contemplar as necessidades, desejos e escolhas reais. Mas foi perpassada e fortemente influenciada por valores morais e conservadores – ainda em desconstrução pelo acadêmico -, que impossibilitam a liberdade de expressão e construção que essa identidade necessita para que, de fato, se materialize na vida de cada ser social. Pois estes referidos valores estão em todo lugar, como nos discursos de maior parte das pessoas e, em muitas ocasiões, sendo manifestados sob táticas de violência objetiva e perseguição, visto a incompreensão e não aceitação do que foge do padrão socialmente estabelecido.

Concomitantemente, o referido interesse se intensificou por meio da imersão na realidade do exercício profissional durante a realização do Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II (2015-2016), que fora mediada por indagações e reflexões teórico-práticas, aonde os sujeitos alvos do projeto de intervenção reproduziam valores e estigmas excludentes e socialmente impostos. Tais questões se constituíram como pautas durante a execução do referido projeto, em que a desconstrução de paradigmas que permeiam a vida social, tais como o machismo e o patriarcado, foram centrais nas discussões.

A partir disso, compreende-se que a violência estrutural é, na verdade, a violência fundadora de todas as outras expressões de violência e, justamente por se

manifestar nas ações diárias de “instituições” consagradas por sua tradição e poder – e, logo, nas relações interpessoais dos sujeitos inseridos. Considerando que o senso comum¹ não chega a compreendê-la, de fato, como uma manifestação de “violência”, mas sim como pura e simples incompetência de governantes e responsáveis – desresponsabilizando, por sua vez, a sociedade pela reprodução desta em suas atitudes diárias (NETO; MOREIRA, 1999).

Neste contexto, a construção da identidade social não foi concebida de maneira a contribuir para a compreensão e, quiçá, formação da personalidade e da conjuntura subjetiva e objetiva do acadêmico. Pois devido à intensa e constante reprodução de padrões e estereótipos sociais, simultâneo a valores advindos do patriarcado, sexismo e conservadorismo vigente, a mesma não se materializou de forma a expressar o que o sujeito tem interiorizado a partir das suas vivências pessoais e em experiência profissional.

Refere-se que a reprodução destes valores também no âmbito institucional, vem a fortalecer a repressão na construção da identidade social, resultando na frustração deste diante de si mesmo e suas particularidades – que não tiveram condicionalidades materiais para serem concretizadas e expressas no cotidiano em sociedade, assim como para os sujeitos usuários dos serviços da já referida instituição. Evidenciando, assim, um espaço de dominação e opressão diante de sua postura que vai ao encontro da normatividade social, que logo possibilitou a estar num processo de alienação² para com seus hábitos e costumes, enraizados na violência estrutural.

Desta forma, a pretensão de se efetivar este estudo é para contribuir no debate acadêmico-profissional do Serviço Social, incidindo para que essa discussão ganhe visibilidade e possa ser frutificada em reflexões posteriores, contribuindo também para futuras construções de estratégias de enfrentamento e de

¹ O senso comum é um fator subjetivo, isto é, exprime sentimentos e opiniões individuais e de grupos, variando de uma pessoa para outra, ou de um grupo para outro, dependendo das condições em que vivemos (CHAUÍ, 2000).

² A alienação, principalmente a ideológica [...], trata-se de investigar o modo de ser desses produtos humanos que são as ideias, descobrir como e em que, a seu turno, a objetivação dessas relações se apresenta como uma contradição entre sua essência interna e sua forma de manifestar-se (VAZQUEZ, 1977).

possibilidades de materialização de uma identidade social plena sem a interferência de valores de dominação e opressão até então existentes.

As reflexões que orientaram a construção do Relatório Teórico-Prático tomam como ponto de partida a construção da identidade social durante o período da adolescência³, sendo uma fase de transição (infância para a vida adulta) e de vivências permeadas por incertezas, escolhas que irão embasar ações no futuro, anseios e inquietações. A adolescência, portanto, marca o início de uma fase de grandes mudanças e transformações nos aspectos corporais, psicológicos e sociais da vida dos sujeitos, culminando, no final dessa fase, com a consolidação de uma ou várias identidades definidas – todavia ainda em constante transformação e construção, conforme as condicionalidades da realidade material (BEE, 1996).

Ressaltando, ainda, que a adolescência é, pois, um período de grandes contradições, se constituindo como uma etapa decisiva de um processo de construção da independência. Neste contexto, é possível dar ênfase ao fato de que a identidade social é pertinente durante toda a trajetória de vida, e não se limita; está em constante mudança e construção, como anteriormente mencionado (ABERASTURY; KNOBEL, 1981).

Assim, afirma-se a importância de compreender como a violência estrutural em suas diferentes expressões interfere e até mesmo impossibilita a construção integral dessa identidade, que se dá através das relações sociais e as apreensões particulares dos sujeitos diante de suas vivências. Ao estar inserido em uma sociedade que reproduz e intensifica espaços de opressão/repressão/exploração, os sujeitos acabam dando vez a uma identidade, não construída, mas imposta e repleta de ações que são embasadas pelo que as relações sociais possibilitam e colocam a cada ser social como ideal. Ações estas que vão desde as questões de gênero, aos valores e costumes socialmente adquiridos/formados, tais como decisões políticas, sexualidade, hábitos, crenças e costumes.

³ A adolescência é um estágio que acontece entre a infância e a fase adulta; seu início é uma época de grandes mudanças e transformações nos aspectos corporais, psicológicos e sociais da vida do jovem, culminando, no final dessa fase, com a consolidação de uma identidade mais definida (NERICI, 1967).

Entretanto, a partir do momento em que se apreende como esta violência se manifesta, e principalmente, interfere na vida e na construção da identidade social dos/as adolescentes, será possível entender e até mesmo construir estratégias de enfrentamento e resistência destes sujeitos para com esta violência, que dita por si só, oprime e reprime, e também impõe como se deve ser e agir diante de escolhas que são subjetivamente condicionadas pelo moralismo e conservadorismo vigente na atual ordem societária.

Sendo que a partir destas referidas estratégias, os sujeitos terão condicionalidades materiais que viabilizem o seu *empoderamento social*, que “implica, essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição a ser construída” (SCHIAVO; MOREIRA, 2005, p.2).

Diante disso, se reconhecendo enquanto seres sociais, com particularidades e representações perante a sociedade e também construídos sobre si próprios. Como sujeitos de direitos e deveres e plenamente capazes de manifestar e expressar posicionamentos, características e hábitos que condizem com sua construção social, sem constrangimento e opressão social; potencializando suas capacidades e habilidades para o desenvolvimento integral de sua identidade.

Dando ênfase à importância desta sistematização da prática para a construção da práxis profissional, pois irá embasar e fomentar estudos e discussões futuras a respeito do tema da identidade social, incitando debates e possibilitando espaços para reflexão e abordagem sobre a violência estrutural e sua interferência na construção desta identidade, em suma no período da adolescência. Assim, havendo a necessidade da criação de estratégias materiais que condicionem o *empoderamento* dos sujeitos, como um processo gradativo e que deve emergir em cada adolescente, de forma singular para tornar-se coletivo.

Este trabalho tem como metodologia a sistematização da experiência profissional advinda do Estágio I e II, tendo como documentos que embasaram as reflexões dispostas nesse TCC: os diários de campo, o projeto de intervenção e os relatórios (parcial e final) de Estágio, concomitante a imersão na bibliografia da área que discute as categorias que são centrais do trabalho: violência estrutural,

identidade social, empoderamento, e práxis profissional do Serviço Social. Assim, construindo análises sobre as contribuições do serviço social nesse contexto.

O segundo item do estudo discorre sobre os aspectos constitutivos da categoria violência, e suas formas de materialização no seio das relações sociais e na conjuntura do sistema capitalista. Logo após, se discute sobre a violência estrutural, tomada como base para todas as outras formas de manifestação de violência. A fim de analisar sua reprodução e trazer como esta embasa a estrutura social e interfere diretamente na vida dos sujeitos.

No terceiro momento, se trabalha a categoria identidade, entendo como se constitui a identidade social, com o objetivo de compreender como esta acontece, e o que é necessário para a sua materialização na realidade particular e coletiva de cada ser social. Por meio do autoconhecimento e das condicionantes que devem embasar e possibilitar sua construção. Também se apropriando dos reflexos da violência estrutural na sua construção.

No quarto item, se discute sobre a relação da identidade com a adolescência, o porquê de se retratar a mesma neste período do ciclo vital, e quais seus pressupostos de existência. Intuindo compreender como os sujeitos, especialmente nesta fase, precisam se construir, *empoderar* e entender os fatores que perpassam suas realidades e como podem protagonizar espaços, formar sua autonomia e reivindicar pelo que lhe é de direito.

Posteriormente, no quinto item, será tratado sobre as contribuições do Serviço Social no processo de construção da identidade social e do próprio empoderamento das pessoas. Com o objetivo de refletir e trazer propostas de como o/a assistente social, enquanto profissional interventivo e que atua diretamente nas relações sociais, pode impulsionar a existência desses processos na vida dos sujeitos, a fim de auxiliar na formação da autonomia, como já referido, senso crítico e viabilizar a efetivação dos direitos socialmente conquistados.

Sendo ambos os referidos processos necessários, para além da formação da autonomia e senso crítico como mencionado, mas na própria emancipação política de cada sujeito, que durante sua construção, particular e coletiva, descobrirá/desenvolverá suas potencialidades, a fim de se autoconhecer e saber as

possibilidades que a realidade social lhe traz como forma de ação, fortalecimento, intervenção e reivindicação.

2 VIOLÊNCIA: SUBSÍDIOS CRÍTICO-ANALÍTICOS PARA SUA APREENSÃO

O presente capítulo problematizará a categoria violência, como forma de compreender seus aspectos constitutivos, como esta se configura e se materializa na realidade social e nas relações entre os sujeitos. Posteriormente, se discutirá sobre a violência estrutural, partindo do pressuposto que esta é a base para as demais expressões de violência existentes. Com o objetivo de entender a violência como fator central no processo de imposição de valores e estereótipos sociais, visto que esta interferência na construção identitária de cada sujeito acontece de forma a impedir sua liberdade e a expressão de seus desejos e particularidades. Pois a sociedade, enquanto massa geradora dessa violência, regula as relações sociais e exclui quem foge do padrão estabelecido, por não manter a ordem social hegemônica sob seus valores.

Explicitando, por sua vez, como esta age diretamente nas ações e escolhas dos sujeitos, impondo normativas e modelos a serem reproduzidos e propagados. Deslegitimando a liberdade de cada um/a ser conforme sua construção social, quando intensifica papéis, comportamentos e classes excludentes e formadoras de modelos. Intensificando hierarquias e desigualdades sociais, preconceitos, paradigmas e a exploração do capital sobre as relações humanas. Em suma, a materialização da violência, principalmente a violência estrutural, que atua como base de opressão, repressão e subordinação do sujeito mediante ao trabalho, e à competitividade.

2.1 Violência: conceito e concretude

Toda violência supõe o uso da força para alcançar determinados objetivos. (VÁZQUEZ, 2009). Todavia, diferentes formas de violência com suas respectivas intencionalidades supõem o uso diverso da força, ainda que esta sempre necessite de sujeitos que participem direta e/ou indiretamente (com maior ou menor intensidade), do aprofundamento de seu circuito reprodutivo, considerando as características relacionadas à produção e reprodução desta violência, em que devem ser considerados fatores psicológicos, sociais, econômicos, culturais e biológicos. Onde referir-se aos sujeitos que fazem parte de processos violentos e

que os endossam significa, neste caso, indicar que existe uma ação que objetiva oprimir outrem (SILVA, s/a).

No entanto, é preciso considerar ainda a posição que está centrada na relação dialética entre indivíduo e sociedade, em que cada ser social, como afirmam Marx e Engels (1989, s/p apud ALMEIDA; COELHO, 2008, s/p.): “[...] desenvolverá sua verdadeira natureza no seio da sociedade e somente ali; razão pela qual devemos medir o poder de sua natureza não pelo poder do indivíduo concreto, mas pelo poder da sociedade”. O ser humano, enquanto unidade dialética sintetiza em seus componentes psíquicos e emocionais as representações que elabora do mundo, das relações estabelecidas e de si mesmo, enquanto ser humano e sujeito social (MINAYO; SOUZA, 1998).

Nessa perspectiva, pode-se compreender que a violência é um produto da história, devendo-se levar em conta as relações socioeconômicas, políticas e culturais, cabendo diferenciá-la no tempo e no espaço. Contudo, ainda hoje, quando se pensa em violência, limita-se a percebê-la como atos de criminalidade, envolvendo armas de fogo, sangue e possivelmente mortes (COSTA; PIMENTA, 2006). Entretanto, é necessário conceber a referida violência como resultado da dinâmica dos processos societários, visto que sendo esta última, vai para além de justificativas instintivas ou vinculadas ao biológico, se constituindo a partir das relações sociais, visto que:

A violência abrange manifestações de coação, constrangimento, tortura, brutalizações, violações, sevícias, abusos físico-psíquicos contra alguém, produzindo, de algum modo, opressão, intimidação, medo e terror de ‘um contra todos’, de ‘um contra um’ e de ‘todos contra todos’ (COSTA; PIMENTA, 2006, p.7).

Neste sentido, a partir dos processos sociais em que as relações entre os sujeitos se estabelecem é que se formam os condicionantes que, conforme as particularidades e aspectos presentes nestas referidas relações, constituem a materialização da prática violenta, entre sujeitos individuais e coletivos. É relevante distinguir a categoria violência de “agressividade” que é, pois, uma condição necessária para a atividade humana (faz parte da subjetividade das pessoas), onde um ser que não possua a mesma em sua essência é considerado inerte, sem qualquer possibilidade de iniciativa de defesa; é como um ser “programado” que age conforme a vontade de outrem (FRAGA, 2002). Portanto:

Dependendo de determinadas circunstâncias sociais e psíquicas, a agressividade pode ser canalizada tanto para um ato destrutivo da mais pura violência, como para as faculdades que orientam a formação da aprendizagem do indivíduo. Toda violência pressupõe agressividade, mas nem toda agressividade pressupõe violência, assim como toda atividade humana pressupõe agressividade, porém não violência (FRAGA, 2002, p. 45).

Assim, se torna arriscado confundir violência com agressividade (sendo esta última um instinto constitutivo do organismo animal, que habita também o ser humano), pois será um equívoco entender que a ideia de superar socialmente a primeira inclua também a segunda (FRAGA, 2002). A linguagem, enquanto mediadora de cultura, também media a própria agressividade, assim como a moral e a ética, e no processo de socialização, as pessoas “aprendem” por meio de estereótipos e vínculos significativos com o outro, o modo adequado de expressão da referida agressividade em seu grupo/ coletividade de pertencimento. Assim, é possível afirmar que no processo de desenvolvimento do sujeito (desde o nascimento), os controles externos de conduta passam a ser internalizados.

Isto é, a educação e os mecanismos de controle social – leis, tradições, formação moral – buscam a subordinação e o controle da agressividade, intuindo que esta seja canalizada para fins lucrativos para o grupo/ coletividade da qual o sujeito se encontra inserido. Desta forma, faz parte do desenvolvimento humano sua repressão para que as pessoas sejam incluídas no mundo da cultura, se constituindo enquanto uma questão relevantemente contraditória (TRASSI; MALVASI, 2010).

Pois, segundo Lessa (2012) o controle sobre si próprio - hábitos, sentimentos, afetos, instintos etc. -, não é somente imprescindível à objetivação da posição teleológica, como requer um distanciamento do sujeito para consigo próprio. Desta forma, sem subjetividade não há teleologia. Todavia a consciência, assim como a teleologia, apenas existe no interior do ser humano, portanto, em relação com a sua materialidade. Por isso a intensa influência subjetiva dos sujeitos, para que resulte em fins já programados/ previstos pelo capitalismo – lucro e subordinação – como já referido.

Assim, a protuberância do tema violência na contemporaneidade se deve ao fato de sinalizar questões como a desigualdade social, a intolerância religiosa, os

impactos de situações de violência ao Estado (gasto com políticas públicas – saúde, assistência social, segurança pública e etc.) e esta na dinâmica social de classes e situá-los no debate público. E sendo esta violência percebida enquanto produção humana, por mais agressiva que seja sua expressão, retrata da realidade social e dos sujeitos nela inseridos, como reprodutores desse processo. Desta forma:

Ao mesmo tempo que é produzida, legitimada, desencadeada por um conjunto intrincado de fatores objetivos, também se ancora e reverbera na constituição dos sujeitos, porque encontra aí aspectos constitutivos da subjetividade mobilizados, como a agressividade, que nos constitui a todos. Por isso, com frequência confundimos a agressividade com violência [...] (TRASSI; MALVASI, 2010, p.22).

Assim, a violência é um fenômeno social que se ancora no psíquico de cada um dos seres humanos – resultando em destrutividade, subjetiva e objetiva. Todavia, sua principal característica é o uso intencional e desejado da agressividade com fins destrutivos, em uma relação de poder considerada assimétrica (como entre brancos/as e negros/as, ricos/as e pobres, adultos e crianças, heterossexuais e homossexuais). Portanto, são consideradas ações planejadas e têm racionalidade (TRASSI; MALVASI, 2010).

Com base na violência que se vivencia no atual contexto histórico, em suas formas cada vez mais sutis e destrutivas, pode-se afirmar que “de uma forma de violência primária (estruturante, fundadora de certo equilíbrio da ordem da vida) passamos a uma secundária (desestruturante e desagregadora)” (FRAGA, 2002, p. 45). Pois o capitalismo exacerbado, e até mesmo antes de sua consolidação, as relações sociais, coisificadas e suprimidas pelo sistema mercantil, tomaram para si a subjetividade humana e corromperam o ser humano ao viés produtivista.

Portanto, a violência simbólica é uma forma de violência que acontece mediante a correlação daqueles que sofrem e exercem (BOURDIEU⁴, 1996). Pois, o que se concebe como sendo violência simbólica (ou dominação simbólica), são as formas de coerção que se baseiam em “acordos” não conscientes entre as estruturas objetivas e subjetivas. Segundo Bourdieu (2012, p.15), “o Estado é a posse do monopólio da violência física e simbólica”, como também “o órgão que funda a integração lógica e a integração moral do mundo social e [...] o consenso

⁴ Parte da percepção pós-moderna de Piérre Bourdieu a respeito da categoria violência foi utilizada neste contexto, por ir ao encontro da perspectiva de entendimento da violência simbólica.

fundamental sobre o sentido do mundo que é a condição mesma dos conflitos” (ibidem: 15).

Pode parecer intrínseco ao modo pelo qual se organiza e desenvolve a sociedade moderna, seja esta nacional ou até mesmo mundial, a existência da violência. Considerado os mesmos processos, estruturas, instituições e hierarquias com os quais ela se forma e transforma, “constituindo o ‘progresso’ e a ‘decadência’, a ‘riqueza’ e a ‘pobreza’, e ‘alienação’ e a ‘alucinação’, fermentam a violência” (IANNI, 2004, p.173). Pode-se afirmar, com base nisso, que:

A violência está presente e evidente, escondida e latente, em muitos lugares, nos mais diversos setores da vida social, envolvendo indivíduos e coletividades, objetividades e subjetividades. É um fenômeno eminentemente histórico, no sentido de que se constitui em curso dos modos de organização e técnica do trabalho e da produção, das formas de sociabilidade e dos jogos de forças sociais. [...] Possui conotação político-econômica e sociocultural, podendo ser principalmente ideológica ou principalmente física (IANNI, 2004, p.174).

No século XX e nos primórdios do século XXI, são notáveis e até mesmo surpreendentes as formas e as técnicas de violência que se (re)produzem na fábrica da sociedade, na máquina do mundo. Como exemplo, as produções culturais do cinema, romance e televisão - considerando as produções formuladas em outras linguagens – participam de forma gradativa e intensa na vida de sujeitos e coletividades, em todo o mundo (IANNI, 2004).

Concomitantemente, se produz uma vasta, complexa, difusa, perversa e ativa cultura de massa – ou indústria cultural -, que permeia o imaginário dos sujeitos, se constituindo enquanto uma atividade econômica amplamente estruturada (de estatura global). Vinculada e retroalimentada pelo capitalismo industrial e financeiro, esta oprime incessantemente as demais culturas, valorizando tão somente os gostos culturais da massa, tornando-se quase que inevitável o seu consumo (IANNI, 2004).

Paralela com outras produções culturais locais, nacionais e mundiais, e considerando as condições de existência, diversidades e desigualdades sociais, de gênero, etnia, geração, culturais, linguísticas e religiosas, se intensifica e se expande de modo avassalador a produção desta cultura de massa, que adentra o inconsciente humano e propaga o seu consumo. Sendo um processo complexo e gradativo a criação de mecanismos de resistência a essa cultura impositiva. Geralmente eivada de infortúnio e ruína, se constituindo, pois, como a cultura da

violência. Sendo uma violência que leva ao ápice todas as formas e gradações de violência existentes, visto que essa produção é também lucrativa, além de “despolitizar” multidões, influenciando o inconsciente humano.

Pois, na própria construção da identidade subjetiva de cada ser humano, no que tange ao processo de identificação projetiva – como ideias e objetivos -, mais especificamente, é necessário considerar a internalização da já referida violência simbólica. Visto que, na contemporaneidade, os sistemas midiáticos se incumbem de difundir a indústria cultural que “impregna” os processos psíquicos simbólicos. De forma a exercer sobre a subjetividade seu intenso poder destrutivo e manipulatório das individualidades, a fim de influenciar as escolhas humanas para seu consumo e adesão (CANIATO et al, 2015).

Outra relevante questão é a “naturalização” da violência, que promove insensibilidade aos acontecimentos que ultrapassam a esfera do privado ou do interesse individual. Pois, por meio do processo de naturalização, determinadas características que compõem o modelo social hegemônico podem ser vistas como uma manifestação biológica, cultural e economicamente estabelecida (NASCIMENTO; GOMES; REBELLO, 2008). Assim, a estrutura de dominação (que tradicionalmente é referida ao homem) no âmbito das relações de gênero, poder e divisão de classes pode contribuir para que a violência seja associada especificamente à uma classe e/ou grupo. Isto é:

Às vezes com indiferença, desde que não sejamos obrigados a desviar da rota que, imaginariamente, traçamos para nossas vidas e para aqueles que nos são queridos, lemos jornais ou vemos nas telas da televisão notícias sobre organizações nacionais e transnacionais criminosas, perseguições, prisões e mortes por diferenças ideológicas ou políticas, grupos de extermínio, movimentos neonazistas, preconceitos étnicos, invasões de países em nome de suposta existência de ameaça à paz mundial, atos de terrorismo etc. (COSTA; PIMENTA, 2006, p.5).

Desta forma, percebe-se que a violência pode ser praticada pelo Estado, instituições, grupos sociais, organizações públicas e privadas, sistemas de comunicação e econômico, pessoas em geral, enfim, por todos. Sendo múltiplas as suas expressões, bem como há uma diversidade de sujeitos que a cometem, perpassando as relações de produção e reprodução social, como referido anteriormente. Naturalmente que a violência para Marx - segundo Engels - ocupa um papel revolucionário na história, pois ela é “[...] parteira de toda a velha

sociedade prenhe de outra nova sociedade, é o instrumento com a ajuda do qual o movimento social se dinamiza e rompe as formas políticas mortas” (ENGELS, 1971, p. 230 apud COSTA; PIMENTA, 2006, p.22). O autor ainda retrata que a exploração capitalista não se origina da violência, embora esta possa proteger os interesses do agente capitalista, e sim tem sua raiz na relação ou contradição entre capital e trabalho (COSTA; PIMENTA, 2006).

No entanto, essa forma de violência justificada por Marx se distingue do viés das demais formas de violência materializadas socialmente. Isso porque esta última é percebida como base para a derrocada do poder pela classe burguesa, e ascendência da classe trabalhista. As outras formas expressam a exploração e influência do capital sobre a subjetividade e trabalho humano, suprimindo os sujeitos à produção e consumo mercantil.

Quando a violência passa a circular incessantemente dentro de uma determinada sociedade – logo, pelo mundo do trabalho -, esta pode se tornar um dos elementos da própria cultura. Assim, a cultura da violência produz:

Novas formas de violência ao ponto que acabamos por não mais saber o que é verdade e o que é mentira. Ela nos conduz para a barbárie e, às vezes, ela se combina com uma nova forma extremista de religião, de uma dada visão do sagrado, que autoriza [...] a violência total, exterminadora, obcecada pela pureza e a purificação'. Além disso, a cultura da violência não produz apenas sociedades e Estados desestruturados, ela também promove profundas desarticulações nas condutas e personalidades dos indivíduos (COSTA; PIMENTA, 2006, p.24).

Portanto, todas essas questões ilustram o perigo e dilemas decorrentes da introdução da cultura de violência dentro da dinâmica social, ou até mesmo de se tomar a violência como princípio ou motriz de uma dada cultura e Estado. Pode-se afirmar que muitos intelectuais atribuíram um papel importante para a referida violência como meio ou arma de libertação para os oprimidos por um Estado ou então sistema econômico e social incoerente/ injusto (COSTA; PIMENTA, 2006).

Neste contexto, Arendt⁵ apud Costa e Pimenta (2006) afirma que a violência enquanto uma ação, meio ou então instrumento, pode romper com determinada forma de dominação e até mesmo mudar uma situação tida como insuportável. No

⁵ Parte da teoria pós-moderna de Hanna Arendt foi utilizada para explicar a violência, neste contexto, por estar de acordo com a proposta de entendimento da categoria neste trabalho.

entanto, como um dos riscos dessa escolha é o de que o meio para se atingir um ou determinados objetivos pode se transformar em um fim em si mesmo, contaminando a sociedade e o sistema político. Desta forma, “[...] a prática da violência, como toda ação, muda o mundo, mas a mudança mais provável é para um mundo mais violento” (ARENDDT, 1994, s/p apud COSTA; PIMENTA, 2006, p.58). Neste sentido, há de se ressaltar que:

Os matizes da violência que se disfarça de tolerância, seja diretamente, na forma do racismo, seja do crescimento da intolerância religiosa, seja cotidianamente nos efeitos da exploração capitalista, seja na crônica e estrutural miséria da maioria da população. A rotinização da exploração, como definiria Weber, acaba por transformar as posições de poder das classes dominantes em um poder legítimo e sacralizado, de maneira que, nas palavras de Žižek ‘a violência simbólica social na sua forma mais pura manifesta-se como seu contrário, como a espontaneidade do maio em que habitamos, do as que respiramos’ (IASI, 2014, p.172).

Assim, na medida em que se desenvolve a produção capitalista, cresce a classe trabalhadora que por educação, tradição e até mesmo costume, aceita as exigências deste modo de produção como leis naturais em vigor, indo da subordinação formal para a subordinação real do trabalho ao capital. Tornando legítima as posições sociais e econômicas das camadas sociais privilegiadas (IASI, 2014). Concomitante os valores e hábitos do *ethos* burguês⁶, que concretiza e intensifica cotidianamente estes mesmos, como o patriarcado e o conservadorismo, seja por meio do trabalho, ou até mesmo das relações informais no seio da sociedade de classes.

Sendo a raiz da violência presente nas relações de produção e nas formas de propriedade que fundamentam a sociabilidade do capital, as pessoas que vivem nesta mesma o fazem através de mediações. Isto é, se vive as relações burguesas de forma direta nas relações de trabalho, simultâneo nas formas constituídas de família, assim como na educação, nas relações entre os sujeitos, e na convivência social cotidiana (IASI, 2014). Ressalta-se que a mediação se constitui como a categoria central na articulação entre as partes de uma totalidade complexa, e é também responsável pela possibilidade da passagem entre o imediato e o mediato (PONTES, s/a).

⁶ Conjunto de valores e costumes da classe dominante, que propaga aspectos como a privatização da cidadania e da esfera familiar-profissional (BORGES, 1998).

Deste modo, a violência simbólica, que não é menos real por ser simbólica, cumpre a função de tornar possível a violência real. Mais que isso, a torna invisível. Assim, a construção ideológica sobre a violência é ela própria uma violência. Para Lukács, “a ideologia se diferencia de um mero conjunto de ideias e valores que constitui qualquer visão real de mundo, pelo fato que produz um efeito sobre os seres humanos e dirige suas ações numa determinada direção” (IASI, 2014, p.184).

A violência, na forma como vem se constituindo na realidade, dentre tantas coisas, faz emergir o “medo” que leva as pessoas a paralisarem e até mesmo alterar sua relação com o meio. O outro é tido como estranho, potencialmente e de acordo com as circunstâncias, e “é objeto de medo e provoca no sujeito reações de paralisação ou de agressão, dependendo da forma como cada um é afetado pelo medo” (ALMENDRA; BAIERL, 2002, p.60).

As relações sociais gradativamente se tornam distantes – também pela crescente inserção de ferramentas tecnológicas - e/ou mediadas pelas próprias relações trabalhistas - onde o medo do desconhecido se materializa de forma incessante na sociedade. Seja pelo sentimento de insegurança expresso, ora pela agressividade articulada à violência nas ações cotidianas, ora pela utilização massiva de mecanismos tecnológicos que possibilitam inter-relações rápidas e eficazes.

Ou seja, dá-se o processo de reificação do ser social e da constituição de suas relações então mercantilizadas, vividas e mantidas na aparência. Pois esta reificação é peculiar à sociedade capitalista, e também uma forma típica de alienação engendrada neste modo de produção. Onde os sujeitos não são “proprietários de si”, pois são dominados por uma ideologia, e produzem relações distorcidas sem ter consciência sobre isso - processo de alienação - o que se opõe evidentemente à existência ética emancipatória de um ser social (NETTO; BRAZ, 2013).

A violência da mídia também pode ser concebida como um tema fundamental relacionado à prevenção e à geração de outras violências. É preciso resistir contra a “desatenção e a sonolência das massas” para atenuar o esmaecimento dos limites entre o espaço público e o privado. Pois:

Os reflexos da interferência da mídia como geradora de violência afetam as ressignificações de valores, pontos de referência em torno do qual sujeito e sociedade se organizam e se equilibram. O real imita a ficção e a ficção, de fantasia se torna um ideal a ser concretizado. Visto por outro ângulo, “a vocação da mídia deveria ser, em primeiro lugar, o de servir a paz, o bem, o justo e o progresso da humanidade.”, mas pode ser usada como instrumento para confundi-la (ALMEIDA, 2010, p.12).

Assim, a violência pode circunscrever-se ao mundo do imaginário de um/a espectador/a de mídia televisiva/ cinematográfica e/ou então pode provocar vítimas reais a partir de sua repercussão. Considerando que a violência é inerente ao ser humano, sendo uma das formas que estes utilizam para – através da força – exercer seu controle e procurar introduzir mudanças, até mesmo referentes a si próprios. Por exemplo, quando é uma manifestação de autoafirmação de um adolescente. Sendo este um dos principais alvos de alcance da própria mídia, intensificando comportamentos e influenciando mentes (LEVISKY, 2001).

É preciso haver maior liberdade de expressão, sendo uma função primordial da mídia em suas diversas plataformas o de garantir voz a todos os atores enfocados na notícia. Isto é, dar visibilidade às demandas, expressões, anseios, produções e reivindicações dos sujeitos que evidenciam suas causas e particularidades no cotidiano e querem expor suas realidades. Precisam-se construir ferramentas que possibilitem que esse processo aconteça, o que irá, concomitantemente, condicionar a liberdade de expressão sem táticas de repressão. Onde a construção da identidade social poderá, então, se materializar sem o receio de ser mediada por opressões e manifestações de violência, seja individual, ou seja em massa. Visto a reprodução constante de valores e estereótipos excludentes.

Expor nas redes midiáticas que o corpo perfeito é aquele que é amado pelo sujeito que o possui, independente de como seja. Também que “ser” alguém está acima de “ter” posses materiais, e que as diferenças existem e evidenciam o quão plural é composta a sociedade em que se vive. Ao mesmo tempo em que se deve construir ideias e transmitir conhecimento, ao invés de propagar o produto e cativar pelo seu preço aquele/a que tem condições de assim consumir, e iludir aquele/a que almeja o mesmo.

Um aspecto presente nesse contexto é a globalização, que em si não é fator de violência, mas as opções das camadas elitizadas, frente às oportunidades oferecidas pela primeira é que são realmente os fatores de violência. Isto é, a

referida globalização aparece como válvula de “escape” para essas camadas, fora da problemática nacional (IANNI, 2004). Considerando que a mesma estabelece novos ciclos de expansão do capitalismo, emergindo novas estruturas de poder, consumo, mercantilização, e, é claro, a exploração entre classes. E, desta forma, novas necessidades emergem no seio da sociedade, ampliando o sistema de compra e venda e a própria competitividade entre os sujeitos.

Em síntese, pode-se afirmar que a categoria violência está presente, evidente e/ou latente em praticamente todos os setores da vida social, envolvendo, direta ou indiretamente, sujeitos e coletividades, objetividades e subjetividades. Constituindo-se, pois, como um fenômeno eminentemente histórico, no curso dos modos de organização social e técnica do trabalho e nas relações sociais diversas. Possui uma conotação político-econômica e também sociocultural, podendo ser física e/ou ideológica, atingindo sujeitos isolados ou coletividades inteiras.

2.2 Violência estrutural: fundadora de todas as outras formas de violência

O fenômeno da violência pode se manifestar de diversas maneiras, possuindo um caráter revelador de estruturas de dominação, onde as classes socialmente vulneráveis recebem rebatimentos diretos de sua materialização. A concepção marginalizada da violência, presente no entendimento do senso comum, precisa ser superada com a ampla divulgação desta como apenas uma das manifestações da violência, e não como a única (NETO; MOREIRA, 1999).

Nessa perspectiva, só se pode retratar “violências”, quando se denota uma pluricausalidade, como características relacionadas ao surgimento e manutenção da violência, considerando fatores psicológicos, sociais, econômicos, culturais e biológicos, como já mencionado, para entender essa produção e reprodução das múltiplas expressões da violência. Marx (1987) sugere que o conteúdo das características sociais do humano está constituído por um substrato biológico-individual e por componentes formadores de sua imagem psíquica, a partir de certos modelos de conduta internos, inatos e adquiridos.

Com base nisso, a violência social tem caráter revelador de estruturas de dominação e surge como expressão de contradições entre os que querem manter

privilégios e os que se rebelam contra a opressão (MINAYO; SOUZA, 1998). Neste contexto, a violência estrutural pode ser concebida como o uso da força, não necessariamente física (ainda que, em vezes, não se abdique dela), capaz de impor simultaneamente regras, valores e propostas, quase sempre naturalizadas, e percebidas como necessárias, fazendo parte da essência da ordem social burguesa, isto é, formando sua natureza de existência (SILVA, s/a).

Pois, a presença desta no cinema, na televisão e no romance, por exemplo, constituem temas líricos ou dramáticos; cômicos ou até mesmo trágicos. Contribuindo para que leitores/as e espectadores/as construam ideais e personagens, de si mesmos/as e de outrem. Envolvendo signos, símbolos e representações, que agem no inconsciente – e no imaginário – das pessoas e mistificam a própria concretude e expressão de violência presente nestes cenários, caracterizando-se de diferentes significados e sentidos, destoantes da apreensão real da violência.

Esta referida violência, por sua vez, se materializa envolvendo, concomitantemente, a base econômica por onde se organiza o modelo societário (a estrutura) e sua sustentação ideológica (a superestrutura), que corresponde à produção social da vida, onde os homens estabelecem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, como as relações de produção que correspondem a uma determinada fase do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais.

O conjunto dessas referidas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, também social, cultural e política. Isto é, a estrutura em que se configuram e acontecem as relações sociais, os processos de produção mercantis, se construindo enquanto o seio da exploração e desenvolvimento dos interesses burgueses. Sendo esta a base real sobre a qual se ergue a superestrutura, que serve de base à estrutura social, constituindo-se das leis, valores, regulações, normativas, paradigmas morais, instituições de organização social historicamente estabelecidas pelas camadas sociais. E à qual correspondem determinadas formas de consciência social.

Ambas formam e condicionam as relações sociais e as formas de produção, onde sujeitos são explorados e suprimidos pelo capital, não tendo acesso ao produto

resultado de sua própria produção. Ou seja, classes minoritárias e elitistas compram o valor de uso da camada proletária – força de trabalho – em troca seu trabalho excedente e assalariado. Sendo este último insuficiente à subsistência dos sujeitos pertencentes à última camada referida. Produzindo a violência objetiva, pela exploração e supressão destes, que não tem acesso aos bens e direitos necessários ao gozo e lazer, e subjetiva, interferindo no processo de consciência, alienada às relações mercantis e à competitividade gerada pelo capital.

Se constituindo a referida consciência enquanto um movimento e não como algo dado. Somente é possível conhecer algo se o mesmo está na história de sua formação, isto é, no processo pelo qual ela se tornou o que é, assim é também com a consciência, ela não "é", "se torna". Esta “amadurece por fases distintas que superam-se, através de formas que se rompem, gerando novas que já indicam elementos de seus futuros impasses e superações” (IASI, 1999, p.14). Assim, o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral (MARX, 2008).

Por esse viés, a vivência do ser humano lhe mostrou que a relação com o outro é dado fundamental de sua constituição. Partilha-se a realidade de existência com outros sujeitos, visto que se convive em sociedade desde o momento do nascimento, pois o ser humano é um ser social. Assim, não é suficiente criticar e denunciar a violência. É preciso negá-la materialmente. Tal processo deve relacionar simultânea e articuladamente a dimensão individual e coletiva do ser social.

Somente assim é possível tratar a violência estrutural como uma categoria de análise (SILVA, s/a). Segundo Boulding apud Minayo e Souza (1998), a violência estrutural se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem os sujeitos a quem se negam privilégios/vantagens sociais, à opressão que os torna gradativamente mais vulneráveis ao sofrimento e até mesmo à morte. Esta forma de violência é na verdade o protótipo de todas as outras configurações da violência.

É importante ressaltar que esta referida violência consiste na imposição de regras, valores e normas, de forma que estas pareçam naturais e necessárias ao desenvolvimento da sociedade capitalista e ao progresso. Envolvendo tanto a caráter econômico – da estrutura - quando a ideológica – superestrutura -, uma vez

que a ação violenta se dá no plano material, mas que se utiliza da ideologia para legitimá-la socialmente e torná-la imperceptível (SILVA, s/p).

Um dos aspectos centrais da ideologia consiste em tomar as ideias como independentes da realidade social e histórica, fazendo com que estas expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as ideias construídas (CHAUÍ, 2004). Assim, é especificamente das relações sociais que se precisa partir para compreender o que, como e por que as pessoas agem e pensam de determinadas formas, sendo capazes de atribuir sentido a estas relações, de conservá-las ou até mesmo transformá-las. Todavia, novamente não se trata de tomar essas relações como algo dado ou como um fato observável, pois neste caso se estaria em mera ideologia, pois:

Além de procurar fixar seu modo de sociabilidade através de instituições determinadas, os homens produzem idéias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Essas idéias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. Por seu intermédio, os homens legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas (CHAUÍ, 2004, p.8).

Portanto, o eixo da violência estrutural se evidencia a partir da relação de exploração estabelecida, onde se fixarão as demais formas de relação entre as classes. Esta exploração se sustenta através da ideologia, uma vez que as leis se operacionalizam independente da vontade dos sujeitos envolvidos, como forma de legitimar as relações de produção (NETTO; BRAZ, 2006). Assim, as normas, regras e valores capitalistas sustentam toda a forma de produção e exploração do capital, para que estas sejam camufladas e não sejam consideradas ações violentas, pois:

A principal característica dessa forma de violência é a sua sutileza e discrição, uma vez que seu circuito reprodutivo supõe um aliado central: o processo permanente de naturalização de gestos e de procedimentos, quase sempre considerados necessários, adequados e normais [...], sustentada na naturalização da pobreza e da desigualdade social (SILVA, 2009, p.10).

Assim, a violência estrutural é formada por um conjunto de ações que se produzem e se reproduzem na esfera da vida cotidiana, mas que frequentemente não são consideradas ações violentas. Esta violência compõe esse processo e se reproduz junto com ele, e sua superação está condicionada a negação da sociedade

capitalista ou, para além dessa perspectiva, está imbricada com a materialização de um modelo societário que supere os limites impostos pela lógica do capital ao mundo do trabalho (SILVA, s/p).

A ideologia socialmente vigente exerce uma função ativa no enfrentamento das tensões sociais, para manter a ordem social em momentos de evidência das contradições sociais e das lutas de classe. Considerando que numa sociedade de raízes culturais conservadoras e autoritárias como a brasileira, a violência é naturalizada (CHAUÍ, 2000). Isto é, tende a ser individualizada, despolitizada, e tratada em função de suas consequências, sendo abstraída de suas determinações sociais. A ideologia neoliberal, neste caso, veiculada pela mídia, em determinados meios de comunicação como a televisão, a rádio, a internet e as revistas de grande circulação, distorcem a história, naturalizando a desigualdade, e até mesmo moralizando a questão social. E assim, incita o apoio da população a práticas fascistas, como o uso da força, a pena de morte, o armamento e a xenofobia.

No interior de uma dinâmica histórica, complexa e contraditória, da luta de classes e da oposição entre projetos sociais, entre ideias e valores, se processa um modo de ser dominante e fortalecido pela base material de suas ideias. Sendo possível afirmar que a sociedade burguesa é fundada na base da propriedade privada e dos meios de produção, que fornecem também a base material para a reprodução de um *ethos* fundado na posse privada de bens. Desta forma:

Todos os valores oriundos da sociabilidade burguesa e do *ethos* burguês, como o consumismo e a competição, se apoiam, portanto, no princípio da propriedade privada, incorporado pelos indivíduos como sinônimo da felicidade, de liberdade, de realização pessoal. É claro que os valores vão adquirindo significações de acordo com o desenvolvimento da sociedade burguesa (BARROCO, 2011, p.209).

Portanto, é possível entender, a partir da dinâmica do capital e dos valores oriundos deste sistema, que a violência estrutural supõe um determinado uso da força que frequentemente não se apresenta como nos casos retratados e publicizados na esfera da vida cotidiana. Sendo sua principal característica a sutileza e a discrição, uma vez que seu circuito reprodutivo supõe um aliado central: o processo permanente de naturalização de gestos e de procedimentos, quase sempre considerados necessários, adequados e normais (SILVA, s/p). Cobertos pelo manto da pseudo-racionalidade técnica e científica e pelo “moderno” discurso

da solidariedade, as múltiplas expressões da violência estrutural se desenvolvem através da absoluta aceitação da esfera da vida em sociedade, sustentada na naturalização da pobreza e da desigualdade social (HELLER, 1989).

Cabe ressaltar, novamente, que a violência estrutural é percebida como a base de outras formas de violência reproduzidas socialmente (por exemplo, os fenômenos relacionados com a violência doméstica). Nessa perspectiva, não se pode construir uma análise sem considerar um processo complexo que possui uma historicidade. Isto é, que se produz e se reproduz em um determinado momento histórico e a partir de suas condições, relacionando-se com diferentes elementos que materializam a violência e oferecem subsídios para sua reprodução. Envolvendo atitudes e características também situados na esfera individual e coletiva da vida social (SILVA, s/a).

A existência da violência estrutural, por sua vez, não é dada de forma natural, mas histórica e socialmente produzida. Se mantendo através da exploração de uma classe minoritária em detrimento do trabalho de uma classe massivamente majoritária, ampliando as disparidades sociais, gerando pobreza, e cerceando oportunidades e legítimos projetos de vida, donde inibe a escolha racional, favorecendo a escolha “constrangida”. Intensificando preconceitos e causando danos morais, psicológicos, físicos e até mesmo a morte (NETO; MOREIRA, 1999).

Em uma análise da sociedade contemporânea, é possível considerar que a deflagração de uma crise social, caracterizada pela magnitude das manifestações da violência estrutural e pela inversão de valores, consiste na priorização exacerbada das satisfações individuais em detrimento das coletivas, e provoca a desilusão atual (ALMEIDA, 2008). Neste sentido:

A violência [...], no pensamento marxista confunde-se com a natureza mesma da dinâmica social: a luta de classes. Conseqüentemente, só seria possível detê-la ou submetê-la a um controle efetivamente justo quando fossem extintas as classes e os conflitos que desencadeiam (SOARES; CARNEIRO, 1996, p.22).

É interessante destacar que o sujeito que pratica a violência é antes de tudo suprimido por um sistema produtivo exploratório e desigual; por um Estado que defende os interesses da minoria elitista e detentora da propriedade privada e dos meios de produção. Assim, os fatores individuais e determinantes da violência

existem e não podem ser negados, mas até mesmo estes, em muitos casos são gerados dentro do ciclo da violência estrutural (CAVALLI, 2010).

Na atual composição societária, as relações que produzem e originam a violência estrutural são representadas pelo mercado e o Estado, como anteriormente referido, organizando-as de acordo com suas prioridades. Sob esse viés, num aparelho estatal em que os governantes organizam suas políticas a fim de atender aos interesses do capital financeiro, a alocação de recursos para atender às demandas da sociedade civil fica prejudicada e até mesmo restringida. Assim, quem detém o poder tem maior probabilidade de obter mais da ação do Estado do que aqueles que dependem dessas ações para conseguir o mínimo indispensável à sua sobrevivência (ALMEIDA, 2008).

Em determinados momentos, certos interesses da classe proletária são satisfeitos com a intenção de fazê-las crer que estão atingindo seus direitos e de arrefecer seus ânimos exaltados. Assim, mantém-se a alienação dos sujeitos frente às violências a que são diárias e estruturalmente submetidos (ALMEIDA, 2008). Mesmo sem tal conscientização, ou exatamente por isto, os sujeitos sociais sofrem os efeitos dessa violência estrutural a partir dos mecanismos pelos quais o Estado, em seus diferentes níveis e poderes, restringe o acesso da maioria da população aos direitos básicos que lhes proporcionariam uma vida digna, gerando assim um grave quadro de exclusão social.

É interessante destacar que o processo educacional também pode ser considerado como uma forma de violência, quando procura ordenar, adequar e organizar condutas e pensamentos, através da ética, da moral, das regras e normativas, de modo a civilizar o sujeito para sua própria preservação e convívio coletivo. Há, portanto, um tipo de violência que faz parte do processo de “adaptação” à vida, ao “bem-estar” comum e depende de critérios e recursos de cada cultura e ambiente. Restringindo os sujeitos a modelos e valores concebidos como ideais e de referência a uma boa conduta e desempenho moral (ALMEIDA, 2010).

As instituições de educação formais são uma parte importante do sistema global da “interiorização”, mas apenas uma parte. Ou seja, quer os sujeitos participem ou não nas escolas de educação formal, os mesmos devem ser induzidos a uma aceitação ativa dos princípios reprodutivos e dominantes da própria

sociedade, adequados ao seu posto na ordem social, condizentes com as tarefas reprodutivas que lhes foram impostas (MÉSZÁROS, 2011).

Em uma perspectiva mais ampla do termo educação, trata-se, por sua vez, de uma questão de interiorização, como anteriormente mencionado, pelos sujeitos, da legitimidade do posto que lhes foi atribuído na hierarquia e padronização social, juntamente com as suas "próprias" expectativas e as formas de conduta "certas", explicitamente estipuladas nessa base. Enquanto essa interiorização desempenha bem o seu trabalho, de forma a assegurar os parâmetros reprodutivos abrangentes do sistema capitalista, a violência pode ser posta como a própria imposição de valores e comportamentos socialmente estabelecidos.

Desta forma, é necessário que se construam práticas educacionais que permitam aos educadores e alunos a trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de gozo e lazer que lhes é de direito, e nem mesmo os conduza a comportamentos e condutas padronizadas, visto que o que as classes dominantes impõem é uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o ser social dominado.

Considerando que essa violência expressa os anseios subjetivos das sociedades contemporâneas, a verdadeira prevenção à ela deve ser feita desde o começo da vida, pois as bases da personalidade se formam durante o primeiro estágio de desenvolvimento da infância. Esse processo prossegue até o final da adolescência, mas são as vivências destes primeiros anos já mencionados que determinam as tendências que a formação irá seguir.

É na primeira infância que começa a se formar a personalidade que a criança, provavelmente, terá quando adulta. Sendo necessário a cada sujeito se desenvolver e expressar a própria essência, em condições de se autoconstruir socialmente, sem imposição moral e física. Uma sociedade que facilite aos seus membros a realização pessoal previne a violência. Isso se articula às sensações subjetivas de realização do eu, de liberdade, capacidade e autoestima (ALMEIDA, 2010).

Pois desde a infância até à velhice, a violência estrutural interfere direta e indiretamente na realidade dos sujeitos. A partir da inserção em sociedade e nos espaços de formação, como as instituições de ensino em geral, se percebe e

vivência – principalmente de forma impositiva – situações de preconceito, discriminação, violência verbal, exclusão, perseguição e imposição de comportamentos que não permitem aos sujeitos se construírem de forma livre e que contemple as suas necessidades. Ao contrário, o inibe de viver e formar sua personalidade e particularidades, o reprimindo e o padronizando à ordem vigente. Neste sentido, a criança é percebida como o adulto em formação, e a adolescência como a fase em que se consolida o direcionamento profissional que logo evidenciará o valor de uso que o adulto terá para o capital.

Sob a perspectiva cultural, a violência é parte da dinâmica social, do presente, e está no trânsito, nas residências, nas (rodo)vias, nas instituições de ensino, no Estado, nas relações de gênero e de poder. Esta, por sua vez, não é somente um reflexo da violência urbana e não se vincula especificamente às estruturas sociais injustas/ exploratórias, às desigualdade e/ou à inércia do Estado. Mas ganha dimensão de excesso banal, brutal, vazia e até mesmo sem sentido e conteúdo (COSTA; PIMENTA, 2006).

A violência constitui formas de relações sociais, reproduzindo representações, códigos e estilos de vida próprios, em vezes até de proteção às hostilidades do tempo e cotidiano. Assim, pode ser concebida como parte da história humana, tendo suas facetas formas diferenciadas e complexas (COSTA; PIMENTA, 2006). Assim, a violência estrutural permeia as relações sociais estabelecidas pelo sistema capitalista, sendo intrínseca a esse modo de organização social.

Na cena contemporânea, porém, ela se potencializa e naturaliza, como a própria sociedade capitalista, ao pretender se impor como imutável e inerente à essência humana escamoteando e mistificando os processos sócio-históricos de constituição das relações sociais. Assim, acredita-se que para o enfrentamento dessa realidade é preciso “enxergar e fazer enxergar” os reais processos de produção e reprodução dessa violência, pois só assim ela e as demais formas de violência que dela se desdobram poderão ser combatidas (ROS, 2011).

É necessário, pois, tomar a violência de forma dialética, entendendo, a partir de suas condições concretas de existência, que ela tem um “lugar” no seio das contradições sociais, e contrário ao eticismo abstrato, não é uma degeneração do

ser humano, mas um modo específico de afirmação do sujeito sob a vigência de determinadas formas de sociabilidade (FRAGA, 2002).

No que se refere ao papel da mídia no âmbito da violência estrutural, esta exacerba a violência, desenvolvendo uma nova forma psicológica de reconhecimento. Atingindo, por sua vez, também o imaginário das classes burguesas. Exemplificando, o jovem que atirou na plateia em uma sala de cinema do shopping Morumbi em São Paulo no ano de 1999, declarou que, havia pensado em utilizar uma granada, no entanto preferiu a metralhadora porque teria mais impacto. Ou seja, é o típico jovem de classe média-alta em busca de reconhecimento – o mesmo reconhecimento estranhado de “ser alguém” conforme os cânones fúteis do status midiático (FRAGA, 2002).

Expressões de violência como essa, em geral ganham visibilidade e disseminação nos meios de comunicação, tanto na ficção, quanto no jornalismo, em textos e/ou em imagens. Nessa perspectiva, uma questão evidente na vida cotidiana popular é a rejeição social, presente no paradoxo:

Por que, no dia-a-dia, os telejornais (como, por exemplo, *Aqui Agora*) e os programas que exibem o grotesco (*Ratinho*, *Leão e Cia*) fazem sucesso justamente pelo realismo despudorado com que mostram as mazelas individuais e a violência cotidiana? (Até a *Rede Globo*, que nisso era mais moderada, precisou criar o seu *Linha Direta* para fazer frente à audiência das concorrentes). Como se explica que a população exija o máximo de realismo nos telejornais e, ao contrário, o recuse taxativamente na novela das oito, a ponto de dobrar a linha editorial da própria Rede Globo? (FRAGA, 2002, p.50)

De fato, a dinâmica da vida social está baseada na preocupação com o que vai acontecer na telenovela do com o que, de fato, irá acontecer na própria vida de cada sujeito. É, pois, um profundo processo de alienação e estranhamento, que torna evidente até que ponto a indústria cultural é capaz de manipular, padronizar e silenciar os seres humanos diante às suas mais emergentes/ gritantes necessidades.

Visto que esta pode ser entendida como uma cultura de massa oriunda da sociedade capitalista, em que os veículos de comunicação de massa têm o objetivo atingir a todos/as e inculcar suas ideias fabricadas. Assim, a tecnologia, especialmente na contemporaneidade, é bastante utilizada para a produção e

difusão destes meios de comunicação, ao mesmo tempo. E é a partir disso que a sociedade tecnológica utiliza suas técnicas como sistema de dominação.

Desta forma, o “outro” é sempre visto como um concorrente, como um inimigo em potencial. É aquele que ameaça e que pode, como na horda primitiva, “comer” o alimento que serviria para mim. Portanto, o egoísmo individualista a “demonização do outro” estão arraigados na dinâmica social que se é possível perceber isso em exemplos simplórios, como a recusa do uso do cinto de segurança, na crença de que as coisas ruins só irão acontecer com os outros, “mas não comigo” (FRAGA, 2002).

O neoconservadorismo busca sua legitimação através da repressão da classe trabalhadora e/ou pela criminalização dos movimentos sociais existentes, da pobreza e da militarização da vida em sociedade. Essas formas de repressão implicam na violência contra o outro, como anteriormente mencionado, e todas são mediadas moralmente, em diferentes âmbitos, na medida em que se objetiva a negação do “outro”. Pois quando este “outro” é discriminado, lhe é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças (BARROCO, 2011).

Assim, o que realmente interessa é a questão do “outro”, que não é aceito como, de fato, é. Pois, na telenovela das oito/ horário nobre, por exemplo, a família brasileira vê a si mesma ou o que almeja ver, e nos telejornais, quem está sendo visto/ espiado é o “outro”, não a “minha” família (FRAGA, 2002). Portanto, é importante ressaltar que:

É a riqueza humana, cuja necessidade mais rica, ao inverso agora, é a necessidade do Outro homem. O que exige uma sociedade, como disse István Mészáros, para além do capital. Uma sociedade para além das classes sociais e de suas adjacências – como a concorrência, a escassez e a concentração de renda – cujas formas de reconhecimento possam forjar-se no sentido da construção da liberdade humana, e não no da dominação (FRAGA, 2002, p.57).

Ou seja, as novas formas da indústria cultural promovem uma certa “precocização” da vida adulta, num movimento de supressão psicossocial existente na “fase crítica” da adolescência e também da juventude. Em suma, ambas as fases sempre foram problemas para a sociedade, principalmente a moderna, e em especial no capitalismo. Pois, no fundo, o que esta expõe são as mazelas, as contradições do sistema. Essas fases tornaram-se o “bode expiatório” onde o

sensacionalismo da imprensa vende o mito da periculosidade juvenil, porque a mesma expressa os sintomas derivados das contradições de uma sociedade de classes que glorifica o consumo, e simultaneamente marginaliza milhões de sujeitos pela fome (FRAGA, 2002).

Como exemplo, tem-se a redução da maioridade penal no Brasil, de dezoito para dezesseis anos de idade, sendo que as medidas de redução de direitos, principalmente no que se refere à redução da maioridade penal e no aumento do período de internação, atinge principalmente os/as jovens marginalizados/as, negros e negras, e aqueles que moram na periferia, que já tiveram todos os seus direitos de sobrevivência negados previamente. Isto é, evidencia-se mais uma tentativa de criminalizar a adolescência, e a juventude, por meio de ações que não visam a reintegração social e educação ao adolescente e/ou jovem que comete atos infracionais, mas sim a punição imediata – e sem perspectiva de mudança – para estes, numa tentativa mesquinha de “limpar” a sociedade de sujeitos que não correspondem à manutenção da ordem social.

Porém, apesar das mídias comerciais, que monopolizam a comunicação no país, em suma reportarem o tema violência de forma sensacionalista, há exceções que buscam aprofundar a questão e as possíveis soluções, ampliando e subsidiando o debate. Neste contexto, apesar da disseminação de violência gratuita em diversos programas de entretenimento, é possível verificar que isso vem sendo expresso de forma contextualizada em algumas atrações, como telenovelas, seriados, ou até mesmo em programas para adolescentes. Assim, além de influenciar comportamentos, os meios de comunicação também contribuem concretamente para a construção de políticas públicas, na medida em que agenda debates na sociedade e, conseqüentemente, nas instâncias governamentais. Mesmo que até de forma menos impactante e não com a importância que deveria evidenciar.

Contudo, tem-se a violência enquanto forma de dilaceramento do ser social que, em sua adjeção - o dilaceramento – evidencia a situação do sujeito não-emancipado, onde tem-se o modelo do que “o sujeito é”, na tentativa de compreender o que “o sujeito não é”, e do que ainda poderá ser, no que tange as potencialidades que este tem subjetivo, mas que estão obliteradas pelas relações da sociedade fundada sobre a propriedade privada.

É quase impossível se pensar em um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente, totalitário e explorador do que o sistema do capital hegemônico, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde, comércio, educação, agricultura, arte, indústria manufatureira e etc., que inevitavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as “menores unidades da sua realidade micro, até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais” (MÉSZÁROS, 2011, p.96), sempre a favor dos “fortes” e contra os “fracos”.

Suprimindo, pois, as identidades socialmente construídas dos sujeitos, visto que nem mesmo condiciona espaço e possibilidades concretas para que estas sejam formadas de forma livre e não impositiva, gerando a materialização da violência em todas as suas expressões. Por isso, faz-se necessário acontecer o processo crítico-reflexivo para com a realidade, na tentativa de romper com esses paradigmas e valores supressores e degradantes. Para dar gênese à emancipação política, à própria construção da sua identidade baseada nos seus princípios e particularidades, e não ao que é socialmente colocado e reproduzido em massa pela passividade e acriticidade dos seres sociais.

3 IDENTIDADE SOCIAL E SEUS ASPECTOS CONSTITUTIVOS

O presente capítulo apresentará a categoria identidade e como está se materializa na vida dos sujeitos sociais, contemplando os aspectos que influenciam, interferem e agem direta e indiretamente na sua construção. Com o objetivo de entender e analisar como se configura e acontece o processo identitário, considerando as diferenças entre realidade social, entre os seres sociais e suas particularidades. Utilizou-se a teoria social crítica do marxismo para realizar este estudo, concomitantemente a autores e perspectivas da área da psicologia, enquanto caráter interdisciplinar, para apreender a identidade social. Pois o viés com que esta referida área de conhecimento pesquisa a identidade, vai ao encontro da análise que se realiza sobre a categoria e suas partes constitutivas.

Também entender a categoria identidade social como uma construção não limitada e pronta, mas que pode condicionar aos sujeitos mudar e a ter, não somente uma identidade, mas várias, conforme suas vivências e escolhas. Assim como se articula a identidade com a diferença, que torna cada ser humano particular, e compreender como os padrões e estigmas sociais influenciam e normatizam os sujeitos e suas relações sociais.

Ao mesmo tempo, será feita uma análise de como esse processo de construção da identidade social se configura no período da adolescência, se constituindo enquanto uma fase em que emergem mudanças físicas, psicológicas e escolhas a respeito de como será a fase adulta, mediante fatores como a inserção no mercado de trabalho. A fim de compreender como a sociedade e seus paradigmas interferem no processo de autoconhecimento e construção social dos/as adolescentes. Considerando que a referida identidade social se materializa enquanto construção durante todas as fases da vida, mas no período mencionado, entende-se que se acirram algumas questões que precisam ser apreendidas com maior ênfase.

3.1 Identidade social: complexidade, construção e características fundantes

A identidade pode ser concebida como sendo o resultado de uma construção social e da complexidade do social, onde o processo identitário se estrutura por meio de uma inter-relação entre sujeito e sociedade, sendo possível verificar fatores psicológicos e também sociológicos que se articulam. Portanto, a identidade de cada ser social está em constante construção, visto que interage com as transformações vivenciadas no contexto social, responsáveis pela infinita produção de cultura(s) (VASCONCELLOS; CAETANO, 2014). Nessa perspectiva, Marx e Engels afirmam que:

Até agora, os homens formaram sempre idéias falsas sobre si mesmos, sobre aquilo que são ou deveriam ser. Organizaram as suas relações mútuas em função das representações de Deus, do homem normal, etc., que aceitavam. Estes produtos do seu cérebro acabaram por os dominar; apesar de criadores, inclinaram-se perante as suas próprias criações. Libertemo-los portanto das quimeras, das idéias, dos dogmas, dos seres imaginários cujo jugo os faz degenerar. Revoltemo-nos contra o império dessas idéias. Ensinemos os homens a substituir essas ilusões por pensamentos que correspondam à essência do homem, afirma um; a ter perante elas uma atitude crítica, afirma outro; a tirá-las da cabeça, diz um terceiro e a realidade existente desaparecerá (MARX; ENGELS, 1999, p.5).

Portanto, compreender o conceito de identidade implica necessariamente na articulação de dimensões que são aparentemente contraditórias, pois se encontram avessas ao pensamento formal com o qual se está habituado, explicitados pelas noções de individual/social, estabilidade/transformação, igualdade/diferença, unicidade/totalidade. Pois as relações entre as pessoas, todos os seus atos e os seus gostos, as suas repressões e os seus limites, são produtos da consciência.

Assim, entender o quão importante é e como se constitui a identidade socialmente construída é essencial para cada sujeito, pois esta evidencia a sua construção, como referido, e possibilita que suas particularidades, potencialidades, e desejos sejam fortalecidos. No sentido de dar visibilidade à historicidade de cada ser social e evidenciar que este pode mudar, transformar, e compreender verdadeiramente a si próprio, conforme seus interesses, experiências e apreensões da realidade em que está inserido.

E que isto também implica em compreender a identidade como sendo constituída na relação interpessoal a partir da inserção do indivíduo no mundo social

e “através da sua atividade que se substantiva [...] como atributo do eu: eu sou trabalhador – substantivo – porque exerço a atividade de trabalhar – verbo” (JACQUES, 2001, p.165). Assim, a identidade pode ser multidimensional e sincrética, isto é, enfatiza a totalidade do sujeito, o conjunto de suas particularidades e representações, apresentando um caráter dinâmico e sendo ilimitada na sua construção.

Os sujeitos se relacionam com diferentes grupos estabelecendo relações de pertencimento, e ao mesmo tempo se diferenciando para se afirmarem enquanto sujeitos individuais, protagonistas de suas próprias histórias (ANDRADE, 2000). Pois as relações que os/as adolescentes estabelecem com os espaços diversos de participação social (culturais, comunitários e etc.), são marcadas por contradições (diferenças/ diversidades) e potencialidades (desenvolvimento individual/ coletivo).

São espaços de pertencimento que podem, tanto reproduzir lógicas de dominação e de disciplina para com às diferenças existentes, quanto potencializar meios de resistência, nas relações micropolíticas, por exemplo. Contudo, para a construção social dos sujeitos, é de suma importância sentir-se contemplado/a e inserido/a, de fato, em grupos e espaços de participação, pois lhe representa segurança e interação com outros sujeitos que acreditam e/ou defendem ideais semelhantes.

Pode-se afirmar que as vivências do ser humano lhe evidenciam que a relação com o outro é dado fundamental de sua constituição. Partilha-se a realidade de existência com outros sujeitos, visto que se convive em sociedade desde o momento do nascimento, pois o ser humano é um ser social. Algumas características são apontadas como fundamentais ao modo institucional, e que oriunda os processos de alienação existentes, que a sociedade desde o surgimento de suas relações mercantis e coisificadas, estabelece, a saber: possuem reciprocidade, possuem caráter típico das ações e dos sujeitos envolvidos; implicam historicidade, ou seja, surgem como produto de um processo histórico; e, por fim, implicam em um sistema de controle social, estabelecendo padrões previamente definidos da conduta humana. Nesse contexto que se constrói, por sua vez, as ações institucionalizadas.

E essa legitimidade ao capital, que é processualmente consolidada, implica na existência de um poder coercitivo, bem como na construção de um modo de produção conduzido por uma ideologia estabelecida. Visto que, estando os seres humanos em uma forma de desenvolvimento - a sociedade capitalista -, que impede a condução consciente da sua vida e submete-os à alienação, considera-se que:

[...] a identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculado a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente (CUCHE, 1999, p.177).

Entende-se, assim, a importância existente, tanto na relação de pertencimento anteriormente referida, que deve incluir e possibilitar a identificação de sujeitos com meio, grupos e outros sujeitos. Quanto às condicionantes materiais, que devem advir de espaços, como as instituições de ensino e cultura, para que os/as adolescentes possam se construir e entender a realidade em que se situam, dentro do atual sistema social hegemônico, e se afirmar e reconhecer em suas escolhas.

Contudo, Berger e Luckmann (1976) explicam que a formação e conservação das identidades são condicionadas por processos sociais determinados pelas estruturas sociais. Portanto, a identidade social não diz respeito apenas aos sujeitos sociais. Todo grupo apresenta uma identidade que está em conformidade a sua definição social que o situa no conjunto social.

Portanto, analisando o processo de construção da identidade social, Goffman (1988) reforça o argumento de que a identidade de um determinado sujeito é construída a partir dos parâmetros e expectativas estabelecidas pelo meio social. Para o autor, os meios de categorizar as pessoas e a totalidade de atributos culturais, sociais, políticos e econômicos considerados comuns e também naturalizados para os membros de cada uma das categorias socialmente formadas são determinados pela sociedade.

E entender essa construção identitária, que envolve aspectos de pertencimento e desenvolvimento pessoal, no período da adolescência, é de suma importância. Visto que uma das principais características é o acentuado desenvolvimento físico com fortes transformações internas e externas, havendo

também mudanças marcantes nos campos intelectual e afetivo (ABERASTURY, 1986; CARRETERO, s/a apud CARRETERO e GARCIA, 1984; CASCÓN, 1995; FIERRO, s/a apud COLL, PALACIOS e MARCHESI, 1995; ZAGURY, 1996; ALMEIDA, 2003).

Todavia, essa referida construção acontece desde o nascimento, pois a relação privilegiada que o bebê estabelece com a mãe é decisiva para o seu desenvolvimento físico e psicológico. É a vinculação que favorece o processo de individuação que consiste na necessidade primária da subjetividade, de o ser humano criar a sua própria identidade, e de se distinguir - conforme suas particularidades -, daqueles com quem mantém laços de vinculação (PATRICIO, 2014). Bem como, ser adulto assegura-lhe o papel de tutor/a, de responsável pelos seus descendentes e, portanto, de referência para as outras fases do ciclo vital. A fase adulta, por sua vez, oportuniza um momento de aludir para a avaliação das diversas etapas da vida.

Pode-se inferir que o desenvolvimento humano, segundo Barros (2009) pode ser compreendido como um processo marcado quatro fases distintas. Pois no processo do ciclo vital (e de forma genérica), se vincula a criança à dependência, donde vale ressaltar que o sentimento de infância, de preocupação com a educação moral e pedagógica, o comportamento no meio social, são ideias que surgiram a partir da modernidade, entendendo a existência de todo um processo histórico até a sociedade vir a valorizar a infância. O/a adolescente, com transformações no corpo, crises existenciais, sexualidade, amadurecimento, compreensão de si e a construção dos laços de pertencimento; o/a adulto, com produtividade, trabalho, estabilidade; e, por fim, o/a idoso, com vasta historicidade e experiência humana.

Todavia, são percepções superficiais e genéricas, pois desconsidera as diferentes realidades existentes, e de como isso interfere na construção e desenvolvimento humano. No período da infância, por exemplo, enquanto há crianças que têm acesso à educação e a cultura, outras são exploradas, seja por necessidade de subsistência, quanto por fins sexuais, dentre outras questões. Alguns/mas adolescentes têm possibilidade de ir à escola e ter acesso a cursos profissionalizantes e até mesmo realizar intercâmbios acadêmicos, por exemplo;

outros, precisam auxiliar no sustento de suas residências, são marginalizados e não conseguem até mesmo concluir o ensino fundamental.

Adultos que desde a infância trabalham e em alguns casos nunca chegaram a entrar numa instituição de ensino, ou então nem conseguem se inserir no mercado de trabalho, de fato; enquanto outros têm curso superior e são bem remunerados no mercado de trabalho. Idosos que têm como desfrutar de sua velhice em condições adequadas e sob cuidados médicos e familiares, enquanto outros sofrem abandono, são colocados em casas de longa permanência ou são explorados pelos responsáveis legais. São realidades discrepantes e que precisam ser consideradas quando se faz uma análise à nível macro da realidade em que se vive/ contextualiza, e que diversificam os processos de construção social, autonomia e independência, no sentido de ter acesso à informações e ao conhecimento formal.

Contudo, é válido dar ênfase ao fato de que as identidades podem ser controvérsias e/ou semelhantes, pois se materializam sob a perspectiva de construção-desconstrução-reconstrução, que permite a mudança e a transformação do ser social, conforme suas necessidades e escolhas. Representa, também, uma forma particular de vínculo ou pertencimento, quando o sujeito sente que determinado grupo e/ou meio lhe contempla.

Percebe-se que identidade e a diferença, enquanto características particulares e que distinguem cada ser entre si, são partes de um todo, visto que além de construções sociais, elas integram um processo, não sendo possível conceituar identidade sem se referir a diferença. A identidade é instável, até mesmo contraditória, em vezes fragmentada, inconsistente, porém sempre ilimitada. Contudo, esta mesma e a já referida diferença são processos de produção social, por isso envolvem relações de poder, estando ligadas a sistemas de representação (SILVA, s/a apud SILVA, 2000).

Segundo Berger e Luckmann (1999) a formação e conservação das identidades são condicionadas por processos sociais determinados pelas estruturas sociais. Todo grupo apresenta uma identidade que está em conformidade a sua definição social que o situa no conjunto social. Assim, estes grupos representam, simultaneamente, aspectos de inclusão, pois só fazem parte aqueles que são semelhantes sob certo ponto de vista; e exclusão, visto que sob o mesmo ponto de

vista são diferentes de outros. A exemplo disso há os grupos religiosos e políticos, como católicos/ umbandistas, e esquerdistas/ direitistas.

A história da identidade encontra-se, pois, entrelaçada à própria história do pensamento. O confronto do “eu” com os “outros”, e também com o mundo, acontece como num processo dialético, numa perspectiva de “autogerenciamento”. Considerando que o pensamento vigente no capitalismo contemporâneo — a ideologia neoliberal — exerce a função social de justificação das transformações operadas na vida social pela ofensiva do capital. Pois:

Todos os valores oriundos da sociabilidade burguesa e do *ethos* burguês, como o consumismo e a competição, se apoiam, portanto, no princípio da propriedade privada, incorporado pelos indivíduos como sinônimo da felicidade, de liberdade, de realização pessoal. É claro que os valores vão adquirindo significações de acordo com o desenvolvimento da sociedade burguesa. [...] A valorização da posse privada dos objetos no lugar das relações humanas levada ao extremo caracteriza o *ethos* dominante na sociedade contemporânea: sua igreja é o shopping; seu reino é o mundo virtual; seus mitos são as imagens que — fetichizadas em um espaço imaginário — desmaterializam o mundo real, criando uma *segunda vida* onde os desejos consumistas podem ser satisfeitos sem a presença do *outro*: o eterno empecilho à sua liberdade (BARROCO, 2011, p.209).

Assim, as relações entre os sujeitos se tornam cada vez mais coisificadas/ mercantilizadas, baseada no sistema de compra e venda, valor de uso e valor de troca, em suma, na própria competitividade gerada pelo capital. Onde a existência deste outro no mercado de trabalho e nos espaços de representação política, por exemplo, representa afronta e concorrência, não sendo visto como alguém que deva somar às vivências humanas, mas ser “descartado” antes que se sobreponha a “mim”, na tentativa de tomar/ conquistar para si um espaço que deve ser meritocraticamente pertencente a “minha pessoa”. Logo, o senso de individualismo e alienação ao capitalismo exacerbado se acirra de forma relevante.

Contudo, é também importante destacar a existência de dois tipos de identidade social: a identidade social virtual e a identidade social real. Por identidade social virtual entende-se aquela imputada pela sociedade, de acordo com as categorias e atributos esperados por esta, enquanto a identidade social real diz respeito ao que o sujeito realmente é (FILHO, s/a). Neste contexto:

Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com "outras pessoas" previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a

sua categoria e os seus atributos, a sua "identidade social" - para usar um termo melhor do que "status social", já que nele se incluem atributos como "honestidade", da mesma forma que atributos estruturais, como "ocupação" (GOFFMAN, 1988, p.2).

Na tentativa de estabelecer a articulação entre os aspectos psicológico e social, a partir da compreensão de que este sujeito se estrutura em um contexto social, cultural e histórico específico, existe a noção de identidade social. Ressalta-se que o ser humano é predestinado a construir e habitar um mundo com os outros, e este mundo torna-se para ele a sua realidade. Seus limites são estabelecidos pela natureza, porém, uma vez construído o referido mundo atua de retorno sobre a natureza. Na dialética entre a natureza e o mundo socialmente construído, o ser social se transforma, produzindo a realidade e com isso também produzindo/construindo a si mesmo (BERGER; LUCKMANN, 1999).

Considerando que a realidade social e natural estão sujeitas a mudanças que, de fato, acontecem durante o percurso da vida. Entender a estrutura, sob a perspectiva totalizante, isto é, de que os fenômenos estão interligados e não se alteram e/ou mudam de forma isolada, é primordial quando se apropria da realidade por meio do materialismo dialético. Sendo que este último evidencia fatores naturais, sociais, políticos, culturais e etc. que estão presentes na realidade de cada ser humano, e de como este atua sobre os referidos fatores e de como tais fatores interferem direta e indiretamente nas suas experiências sociais.

Neste viés, ainda tem-se a questão em torno dos estigmas socialmente estabelecidos, pois quando as pessoas que os legitimam consolidam um modelo de "normalização" que evidencia quem, de fato, corrobora com a reprodução dos padrões e valores morais historicamente formados (divisão binária de sexos, submissão feminina, e etc.). Resultando, em vezes, no esforço, por parte de um sujeito estigmatizado, em se apresentar como uma pessoa "comum" – ou seja, socialmente aceita –. As pessoas que têm um estigma aceito (padrão que corresponde à ordem social estabelecida) podem colocar tanto o estigmatizado quanto aquele que é socialmente aceito numa posição desconfortável, visto sua "superioridade" em prol da aceitação que lhe é inerente (GOFFMAN, 1988).

Enquanto o sujeito de etnia branca, financeiramente estável, heterossexual, cristão entre outros quesitos, que o torna socialmente parte da ordem social

estabelecida, por atender aos padrões historicamente aceitos e legitimados como ideais e exemplares – como ter religião, poder aquisitivo e zelar pelos valores morais – pessoas socialmente vulneráveis, residentes de bairros periféricos, homossexuais, transexuais e etc., negros e negras marginalizados, esteticamente incondizentes com os padrões de beleza construídos, que não tiveram condições de frequentar instituições de ensino e cursos de capacitação, entre outros fatores, são socialmente excluídos, discriminados, alvos de preconceito e banalizações.

Portanto, a luta pela afirmação de uma identidade ou as diferenças que a cercam têm causas e consequências materiais. A diferença, por sua vez, é marcada em relação à identidade através de sistemas classificatórios que fabricam sistemas simbólicos por meio de exclusão. Por isso, tanto as diferenças quanto as próprias identidades são construídas e prontas/ limitadas. Apesar disso, se investe no estudo das identidades porque estas ajudam na compreensão sobre o “eu”, e a subjetividade que envolve a psique humana (SANTOS, 2010).

Assim, a identidade é construída na interação entre o eu e a sociedade. O sujeito tem seu núcleo/ essência interior, mas este é formado na socialização contínua com os espaços culturais, políticos, sociais e etc. e as outras identidades existentes nestes mesmos (HALL, 2005). Ressalta-se que a identidade nessa concepção preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior”; mundo pessoal e o mundo público, pois:

O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (...) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis (HALL, 2005, p.2).

O sujeito, antes detentor de uma identidade específica e estável, começa a se tornar diverso em sua construção, isto é, composto de várias identidades, até mesmo se contrapondo. E a cultura é percebida como uma ferramenta essencial na construção da identidade social deste sujeito, sendo evidenciada mediante várias outras identidades/ significações que este conhece, compreende e conquista, a partir das vivências em grupos, com valores já existentes e interagindo com outros sujeitos.

E é este processo que produz o sujeito que é conceitualizado pelo fato de não ter uma identidade fixa e permanente. Pois esta é transformada de maneira contínua em relação às formas pelas quais se é representado ou interpelado nos sistemas culturais. E também definida de forma histórica, e não biologicamente. A partir dessa concepção, o ser social assume identidades distintas em diferentes momentos, identidades estas que não são centralizadas em torno de um "eu". No interior de cada ser humano há identidades diversas e até mesmo contraditórias, impulsionando em diversas direções, de tal modo que as identificações estão sendo continuamente deslocadas. Deste modo:

Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu" (...). A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar — ao menos temporariamente (HALL, 2005, p.13).

As sociedades são, portanto, espaços de mudanças rápidas e constantes. A tradição, neste caso, é por si só um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade e/ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais são, por sua vez, estruturados por práticas sociais recorrentes. Todavia, as já referidas sociedades, principalmente do período pós-moderno até o presente momento – a contemporaneidade -, são caracterizadas pela "diferença". Ou seja, são perpassadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes "posições" (isto é, identidades) para os seres sociais.

Portanto, a identidade e a diferença têm que ser representadas, pois a partir daí estas adquirem sentido, isso porque é também por meio da representação que a identidade e a diferença então se interligam ao sistema de poder do sujeito. Pois, quem tem o poder de representar tem, desta forma, o poder de definir e determinar sua identidade (neste caso, sua construção). É por isso que a referida representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre a identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade (HALL, 2005).

Pois esse poder, que requer autonomia, liberdade, independência – seja política, econômica, e etc. – se constituem enquanto fatores de suma importância para cada sujeito, estando presentes no Projeto Ético-Político do Serviço Social e que devem ser a base para as ações do exercício profissional. Podendo levar à emancipação política de cada ser social, bem como o seu fortalecimento enquanto ser em potencial, que pode construir as ferramentas para sua formação política, cultural, social e etc.

Assim, entender como se constitui o processo de construção da identidade social, e formar subsídios para sua própria construção, a partir da compreensão do que a realidade concreta possibilita, quais os enfrentamentos, contradições, desafios, as formas de resistência e intervenção que podem ser construídas, como pela efetivação de direitos e serviços institucionais qualificados. Também como essas questões podem e devem ser apreendidas e evidenciadas em ações por cada ser humano em particular e coletivamente, nos espaços de formação, tanto político, quanto cultural e etc. É de suma importância, pois constituem ferramentas que condicionam autonomia, independência e criticidade que são aspectos relevantes na construção de cada sujeito.

Neste contexto, o período de crescimento do ser humano está em todas as direções: biológica, psicológica e social. E o/a adolescente quer e sente necessidade de encontrar seu lugar dentro do sistema, da sociedade. Buscando estabelecer-se com uma singularidade própria, e ter os seus ideais construídos conforme as percepções adquiridas mediante as experiências cotidianas, tendo os grupos de referência - família e a comunidade -, fundamental importância neste processo (KALINA, 1974).

Assim, percebe-se a relevância da construção identitária desde a infância até à velhice, todavia em especial no período da adolescência, que perpassa por mudanças significativas e num processo de escolhas e influências externas, que agem diretamente no seu processo de desenvolvimento e amadurecimento enquanto ser social. Requerendo entendimento sobre si próprio, no seu contexto real, considerando todos os fatores existentes.

3.2 Identidade social e adolescência: configuração do processo de construção social

Com base numa perspectiva interdisciplinar, isto é, o embasamento da teoria marxista, tendo contribuições da área da psicologia, em especial sobre as categorias identidade e adolescência. É possível afirmar que cada ser humano tem, individualmente, respostas construídas – mesmo que perpassadas e até mesmo mantidas em meio a incessantes dúvidas - sobre quem de fato é, e como se percebe enquanto parte de uma sociedade. Este processo, por sua vez, reflete o “auto esquema” ou “autoconceito”, sendo uma estrutura de cognição e/ou de pensamentos que cada sujeito tem sobre si próprio. Constituído de autopercepções sobre a identidade social e as qualidades particulares de cada, bem como de generalizações construídas à cerca do “eu” em vivências cotidianas (MICHENER; DELAMATER; MYERS, 2005).

Para se tomar o “eu” como objeto desse processo de autoconstrução, é necessário que cada ser humano seja capaz de se reconhecer a partir de suas particularidades. Isto é, se autodistinguir dos demais membros pertencentes ao meio social de seu convívio direto e indiretamente. A percepção madura desse referido “eu” requer um reconhecimento interior – subjetividades; sentimentos e pensamentos – pois ser física e mentalmente diferente dos outros é uma das formas de se reconhecer enquanto ser social, com particularidades e potencialidades, se constituindo como fatores primordiais no processo de construção da identidade social.

Neste contexto, entender a adolescência como construída mediante necessidades sociais, econômicas e etc., intuindo compreender suas características como aspectos que vão se constituindo no processo de construção da identidade, é de extrema relevância. Pois este é “um período de contradições, confuso, ambivalente, doloroso, caracterizado por fricções com o meio familiar e o ambiente circundante” (ABERASTURY, 1980, p.16).

Também complexo por ser concebido como um momento de “indefinição” - nem criança, nem adulto, o que acirra a busca pela sua própria identidade, em meio a etapas de escolhas e questões como graduação, trabalho, sexualidade, estilo e

etc., que os grupos socialmente inseridos estimulam e, principalmente, cobram cotidianamente desses sujeitos.

Ter identidade(s) é, pois, ter consciência de si próprio. Estando num processo de autoconhecimento, contínuo e permanente, visto que a construção da identidade social não é limitada, mas gradativa e constante. Podendo ser transformada, na medida em que se interage com o meio, as pessoas e o sentimento de pertencimento e identificação acontece, por meio da cultura, arte, grupos sociais, política e etc. Isso ocorre, porque:

A noção de identidade relaciona-se, nesse sentido, ao pertencimento e, portanto, tem um caráter ao mesmo tempo individual estrutural (quando ligado à apropriação do corpo próprio, representação de si e imagem do corpo) e social, quando relacionada às dimensões de vinculação ao outro e territorialização. Visto dessa forma, o laço social ocupa um lugar fundamental na construção da identidade, particularmente no decurso da adolescência. Além da configuração simbólica do indivíduo, o meio cultural conforma e constrói a identidade particular [...] (AMPURO; ALCES; CÁRDENAS, 2004, p.12-13).

Por isso, na adolescência essas questões precisam ficar evidenciadas desde o ambiente familiar, perpassando por todos os grupos em que os/as adolescentes estabelecem sua sociabilidade. Pois entrar na fase adulta significa a superação da fase infantil já vivenciada, se constituindo enquanto um período crucial na vida de um sujeito. A partir do momento em que este/a adolescente chega nessa referida fase, a imagem que passa a existir sobre o próprio corpo muda e, conseqüentemente, sua identidade recebe rebatimentos dessa referida mudança. Isto é, passa a ser concebida de forma a atender às necessidades dele/a enquanto uma pessoa adulta.

Tais como a necessidade – econômica e/ou imposta socialmente - de estar empregado/a no mercado de trabalho, em meio ao sistema competitivo e acirrado como se configura o capitalismo, ter estabilidade financeira como forma de segurança, sair da casa dos pais – quando assim querem e conseguem – e prover seu sustento ou auxiliar no sustento da casa.

Lidar com as imposições sociais sobre ter filhos/as, cônjuge e constituir família, de forma a atender as suas necessidades, independente do que os grupos sociais lhe colocam como ideal e importante, a exemplo do que foi citado anteriormente. Questões essas que perpassam a vida do/a adolescente, e quando

adulto/a precisam ser apreendidas por ele/a, de forma a não serem colocadas somente como imposições familiares e sociais, mas no sentido de o sujeito entender e escolher o que é melhor para si, e construir sua identidade e vida através dessa concepção.

Assim, no começo a “identidade” de adulto/a se materializa, por exemplo, na inserção ao mercado de trabalho e as mudanças corporais, como já referido, evidenciando uma forma de amadurecimento física e/ou psicológica (ABERASTURY; KNOBEL, 1981). Neste sentido, a família é concebida como uma organização formada por pessoas incumbidas por exercer as funções necessárias para dar suporte e “[...] suprimento às necessidades materiais, afetivas e culturais [...] independente de sua formação ser do modelo nuclear (pai, mãe e filhos) ou de qualquer outra natureza e/ou configuração” (CARLOS; ZANILOLO, s/a, p.151). Pois considera-se que as “vivências e experiências familiares compartilhadas geram valorações, novos significados, novos limites e normas, surgindo o sentido de pertencimento em diferentes níveis” (ibidem).

Podendo ser da infância até à fase adulta, quando o desprendimento do meio familiar não acontece, de fato. Ou até mesmo se constituindo enquanto forma de trabalhar a autonomia e independência do/a adolescente, frente às questões que surgem em sua realidade social. Todavia, quando o sentimento de superproteção advinda dos responsáveis por esses sujeitos prevalece sobre a construção dessa referida independência, ou então não há acompanhamento destes nas vivências e inquietações do/a adolescente. Este/a mesmo/a se torna vulnerável às influências externas, por não ter contato direto com os meios sociais, diversidade de grupos e realidades. Ou não ter base para saber como lidar frente à realidade social e as situações que dela surgem.

Cerceando a possibilidade de amadurecimento mediante as experiências no contexto social em que se está inserido e/ou quer inserir. Assim como a família, enquanto *locus* primário do/a adolescente pode dar base à sua construção, orientando e possibilitando que este/a vivencie a realidade de forma a entender como lidar com questões como preconceito e violência.

Desta forma, o auto esquema já mencionado se produz nas relações sociais, pois no desenvolvimento da vida, conforme o sujeito vai conhecendo outras pessoas

e também integrando novos grupos, a visão do eu vai se modificando de acordo com o *feedback* advindo dos outros. Este mesmo não constitui uma realidade necessariamente objetiva e assimilável, sendo preciso interpretar as reações de outrem para descobrir a imagem que o mesmo faz sobre si mesmo. Ou seja, se incorpora ao autoconceito – ou auto esquema - a percepção que os outros têm sobre um sujeito em particular (MICHENER; DELAMATER; MYERS, 2005).

Outro aspecto a ser considerado é o fato de que, a sociedade atual, evidenciada em um quadro de violência exacerbado, não proporciona espaço para a configuração do desprendimento do jovem - se assim for de sua vontade – no meio familiar, de forma a construir sua independência econômica, por exemplo. Se construindo numa realidade de violência e disputa social, econômica e política (ABERASTURY; KNOBEL, 1981). Assim, a sociedade, com suas numerosas facetas, engendra uma multiplicidade de desejos, prazeres e personagens, e em meio a essa busca incessante da felicidade via posse de bens, os/as adolescentes são os mais influenciados. Isso acontece porque, segundo Calligaris (2000) apud Oliveira e Brida (s/a):

Estamos diante de uma cultura que processa mudanças rápidas e significativas. Vivemos numa cultura de bens e valores descartáveis e de uma estética que privilegia a beleza como instrumento de impressionismo. De forma geral, tal estética transmite uma realidade aparente distinta da interioridade. Por isso é compreensível detectar na contemporaneidade a prática de consumo sendo determinada, na vida dos adolescentes, pela busca da felicidade, por necessidades psicológicas, sociais, culturais e pessoais. Tudo se processa muito rápido, não há exercício do raciocínio lógico e filosófico e toda ênfase está focada na beleza externa com padrão absoluto para o alcance da felicidade (p.2).

Assim, a criação e o fortalecimento de padrões socialmente aceitos e reproduzidos, de estereótipos que estimulam o sujeito a querer, a ambicionar algo e/ou a imagem de alguém que serve de “referência”, a ponto de “moldar” o próprio corpo a fim de adaptar e/ou chegar o mais próximo daquilo que é evidenciado como ideal; como um modelo a ser seguido e interiorizado no seu íntimo. Neste sentido, evidenciam-se na figura a seguir, as principais influências na construção da identidade social, dos fatores mais decorrentes e intensos nesse processo, aos fatores que devem realmente fazer parte desse mesmo, enquanto maximização desenvolvimento do ser social:

Figura 1: Fatores que configuram a construção da identidade social.



(Sistematização do autor, 2016).

Percebe-se, assim, que as ofensivas do capitalismo agem diretamente na construção identitária dos sujeitos, e de forma mais intensa, visto sua representação no círculo maior. Reprimindo seu desenvolvimento livre e consciente, elevando ao extremo seus níveis de alienação e subordinação ao capital e às individualidades acirradas pelo mesmo, como a competitividade e a busca incessante pelo consumo, na reprodução massiva do *status quo* da ordem hegemônica, gerando as expressões de violência existentes.

Logo, têm-se os fatores advindos do capital e que perpassam as relações sociais, de forma subjetivo-objetiva, como a imposição de valores e modelos de conduta e comportamento social, que objetivam adequar cada ser humano em estereótipos determinantes de sua personalidade. Assim como as diversas formas de preconceito que se materializam na relação entre os sujeitos, de forma excludente e violenta, na tentativa de oprimir suas particularidades.

Por fim, destacam-se os aspectos que tornam a identidade social uma construção, de fato, e não imposição e adequação dos seres humanos aos valores e padrões já consolidados e massivamente reproduzidos, porém ainda com alcance micro, comparada às intensas influências do capital e da alienação nos sujeitos. Tais como a liberdade, como direito e valor a ser respeitado e que integra a dignidade humana de cada pessoa, a conscientização crítica a cerca de si enquanto sujeito de direitos, deveres e da própria realidade social. A independência e a autonomia, como fatores que incidem na capacidade de se posicionar, reivindicar, expressar e ser conforme seus valores construídos socialmente e as próprias convicções e desejos.

Assim como a potencialização das particularidades, que interfere no processo de aceitação de si mesmo, independente dos paradigmas sociais, se configurando como questões centrais para o processo de empoderamento, que é uma construção, assim como a identidade social, que deve refletir as necessidades de cada ser humano, de forma livre, consciente, crítica e que potencialize a si mesmo.

Portanto, estes são alguns dos fatores presentes nesta sociedade que agem fortemente na construção social dos/as adolescentes, que, em suma, aderem e materializam – ou tentam – estes aspectos em suas vidas, com o objetivo de suprir uma necessidade criada a partir de simbologias que são tidas de forma significativa por estes sujeitos. Intensificadas pela mídia em suas variadas formas de chegar às pessoas e trabalhar no seu inconsciente a partir do que lhe é apresentado, intuindo especificamente à compra e venda do produto e da imagem a ser alcançada/adquirida.

A exemplo disso tem-se o fato de que:

A mídia veicula imagens associando certas marcas de produtos a determinadas qualidades: coragem, força, ousadia, energia, poder, *status* e até mesmo à habilidade de sedução dos pequenos consumidores. Em relação à indústria alimentícia, esta vale-se de artifícios para a indução ao consumo, imprimindo a figura de super-heróis nos rótulos das embalagens e fornecendo brindes na compra de produtos, como jogos, bonecos, canetas e outros (SANTOS; GROSSI, 2005, p.120).

Produtos estes que influenciam o pensamento, a fala e o próprio comportamento dos sujeitos, principalmente crianças e adolescentes, que se encontram em um período de crescentes mudanças físicas e psicológicas, e se

tornam sujeitos relativamente “vulneráveis” a quaisquer influências externas. Com ênfase na adolescência, considerado a fase de transição entre a infância e a fase adulta, e também o momento de escolhas (determinantes sociais, como a inserção no mercado de trabalho) e mudanças significativas. O/a adolescente se torna um alvo de fácil acesso e manipulação da grande mídia nos seus interesses mercantis.

Pois, sendo a mídia “instância da imagem ao vivo, veicula [...] a voz do capital e a do mercado em detrimento de outras vozes. Esse plano [...] suprafísico, suprageográfico e [...] supra-idiomático que ultrapassa as fronteiras nacionais” (BUCCI, s/a, p.168 apud CARVALHO, 2004, p.280). Atingindo os aparelhos ideológicos do Estado, no estabelecimento de hierarquizações de valores e poder. Isso se deve ao fato de que esta conecta a sociedade global e, concomitantemente, acirra as desigualdades sociais por meio de formas de exclusão dos planos sociais, culturais e econômicos (SANTOS; GROSSI, 2005).

E estes “apelos” ao consumo atingem diretamente a camada de adolescentes excluídos socialmente, que na maioria das vezes buscam reconhecimento, sendo este de pertencimento ao grupo através da aquisição de produtos de marca. Este referido apelo, de fato, é “constante e massivo ao consumo de bens inacessíveis à maioria da população, pela publicidade televisiva, pode incitar a violência” (LIMA, s/a, p.5). Pois a mídia também desempenha uma forma de violência simbólica ao impor um *status* específico associado à compra de determinados produtos.

Segundo Bucci apud Carvalho (2004) dos veículos de publicidade se oriundam diversas formas de violência. Por isso a propaganda e as ferramentas midiáticas que cativam e incitam o público, em especial o/a adolescente, faz com que este/a busque continuamente maneiras de adquirir o produto/ imagem ideal, a fim de contentar o a si próprio/a, na satisfação de uma necessidade criada sob um viés mercantil.

Neste contexto, a busca incessante pela construção da própria identidade se torna “angustiante”, pois a situação mutável que significa a adolescência faz com que existam reestruturações – constantes – externas e internas que são vivenciadas como intrusões dentro da base formada na infância, que impõe ao adolescente, mediante o processo de construção identitária, a refugiar-se em seu passado enquanto tenta projetar-se intensamente no futuro.

Ressaltando que essa construção se dá durante toda a vida, todavia no período da adolescência se acirram questões, como amadurecimento, inserção ao mercado de trabalho, ensino superior e etc., que fazem emergir, em vezes, sentimentos de insegurança e inquietações.

Isto é, durante a adolescência que os seres humanos querem incessantemente ser “eles/as mesmos/as”, ou seja, expressar suas subjetividades, visto que “lutar por conseguir a maturidade não é o mesmo que ser maduro” (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p.36). Cada ser social ocupa diversas posições na sociedade – estudante, amigo/a, filho/a, consumidor – representando, assim, inúmeros papéis sociais distintos entre si. Constrói-se, pois, identidades observando o próprio comportamento e, simultaneamente, as reações dos outros sujeitos em relação a si próprio, conforme a representação existente para com esses referidos papéis.

São várias as influências que afetam o modo como se cria estes papéis representados por cada sujeito. Pois as expectativas convencionais em relação a estes referidos papéis sociais estabelecem a estrutura geral. Por exemplo, enquanto “estudante”, se deve desempenhar o que a esta função é atribuído, como ser “disciplinado”, “assíduo”, “participativo”, “comprometido” e etc., caracterizando expectativas sobre a função de ser estudante. Assim, estas mesmas incidem direta e indiretamente no comportamento dos sujeitos, pois a cada função e/ou papel social, como já referido, existem características atribuídas socialmente, que através de valores e sanções morais, táticas de repreensão e outras formas de “cobrança” pela efetividade da atribuição, são exigidos pelo meio (MICHENER; DELAMATER; MYERS, 2005).

Contudo, retomando a discussão sobre “quem sou eu”, tem-se o fato de que: esta pertinente inquietação somente faz sentido ao se acreditar que a identidade é, de fato, como uma construção interna/externa, e não meramente descoberta a partir das vivências em sociedade. Pode ser vista – metaforicamente - como um objetivo a ser alcançado, mediante as possibilidades da realidade social para esse alcance. Assim sendo, vale ressaltar que:

Enquanto a representação da identidade de um papel envolve a conformidade do comportamento com o papel, a representação da

identidade social envolve a adoção de estilos de roupa, de comportamento e de pensamento associados com a categoria social (MICHENER; DELAMATER; MYERS, 2005, p.107).

Sob este viés, a identificação de um sujeito numa categoria social (o que torna possível sua participação, visto a “aderência” aos critérios (sub)objetivamente impostos) depende de como este mesmo sujeito consegue ser identificado como integrante do grupo, bem como do *status* geral deste último na sociedade (MICHENER; DELAMATER; MYERS, 2005). Todavia, caso isso aconteça – e acontece de forma massiva – ocorre, pois, a negação das particularidades do primeiro sujeito, ou até mesmo a impossibilidade de conhecer minuciosamente outros grupos e meios, sob o risco de perder/ implicar a identificação anteriormente construída.

Ou seja, a pluralidade de construções identitárias que um sujeito pode ter, mediante as experiências sociais, se torna, ora a mediação da própria construção sem imposição específica ou tendenciosa, ora um empecilho quando possibilita o acesso a vários grupos e pessoas, indo de encontro à “proposta” social de, entre vários meios, ser necessário a escolha de um como referência este primeiro.

Por exemplo, se alguém se constrói e se identifica como pertencente ao grupo de pessoas que curte *rock'n'roll* e frequenta espaços condizentes, ao deparar-se com o gênero musical sertanejo, e apreciar o mesmo e começar a frequentar lugares em que haja pessoas que também apreciem, haverá um momento em que este sujeito terá de optar por pertencer a um ou a outro. Pois ambos os grupos são opostos entre si e, direta/ indiretamente, o referido sujeito se sentirá em um processo de repressão advinda, ora de um grupo, ora de outro, devido à sua “ambiguidade”. E, a partir disso, é provável que aconteça expressões de preconceito, discriminação, ou em alguns casos o próprio *bullying*⁷. E isso acontece devido ao senso de individualidade e espaço estabelecido por cada grupo, quanto

⁷ *Bullying* é um termo de origem inglesa, popularizado pelo professor de psicologia Dan Olweus. Em países como o Reino Unido e os Estados Unidos, alunos que intimidam alunos verbal e fisicamente são chamados de bullies (valentões). É, pois, uma prática constante de gestos que intimidam e agredem pessoas tanto verbal quanto fisicamente. Sendo deliberada e recorrente, ou seja, o agressor tem prazer em humilhar a vítima, e a faz vezes consecutivas. Os ataques ocorrem sem motivo aparente. Existem também meios mais sutis de bullying, como o isolar a vítima socialmente ou espalhar boatos sobre ela (BLUME, 2016).

ao que diz respeito às suas particularidades e o reconhecimento do que lhe é referente, por aqueles que se assemelham se alguma forma.

Mas, neste caso, quando a consciência de liberdade e escolha se torna efetiva na construção social dos sujeitos, visto que estabelecem:

A possibilidade de realizar-se de muitas maneiras, de criar objetos adequados à satisfação das suas necessidades, de ter acesso aos produtos necessários à sua existência, de estabelecer relações sociais fraternas; enfim, de construir um mundo, no qual o valor mais importante, não apenas no plano do discurso, mas no plano da efetividade real, seja a sua plena realização (TONET, 2002, p.38).

Constituem, assim, formas de rompimento com preceitos como o referido no exemplo, quando se estabelece que a liberdade, a possibilidade de escolha, a diversidade de espaços e sujeitos, ou seja, a pluralidade de realidade e seus aspectos, podem ser de acesso de cada pessoa em sua construção, que não se limita a uma identidade, a um grupo, a um viés de pensamento e comportamento. Mas, sim, a todo e qualquer meio, espaço, instituição e grupo que o sujeito escolher livremente se inserir para aprender, entender e fazer parte.

Todavia, isso só reforça o fato de que a construção da identidade tem de se materializar por meio de condicionantes, como a própria liberdade já referida, que possibilitem a cada sujeito construir-se, pertencendo ou não a grupos, ou até mesmo criando o seu próprio grupo/ espaço, de forma a atender às suas necessidades e poder criar e expressar livremente suas particularidades. A partir disso, se indaga a seguinte questão:

O que significa a palavra *reflexo*? Voltar-se sobre si, reconhecer-se. O espelho é considerado uma das maiores invenções da humanidade. Antes de enxergar-se nas plácidas águas de um lago, e muito antes de existirem espelhos, o homem viu, nos olhos de um outro homem, sua própria imagem. [...]. O primeiro reflexo da nossa identidade está nos olhos do outro, que também participa da nossa autoimagem. Como os outros me veem? Será que a forma como os outros me veem corresponde à imagem que tenho de mim mesma? Refletir, portanto, significa também deixar-se ver, mostrar-se, revelar-se, exibir para o outro algo do que você é. Como se, com a nossa simples presença, estivéssemos dizendo: "Este sou eu!" (MIRANDA; RIBEIRO, 2006, p.24-25).

Desta forma, eximir-se da relevante importância que se dá à opinião de outrem, na medida em que sentir-se confortável, coerente a si próprio e suas escolhas torna-se o ápice da autoconstrução de cada sujeito. Na adolescência,

trabalhar a perspectiva da autoimagem, por meio da aceitação do eu, a partir das qualidades e defeitos já existentes, é uma das principais problemáticas na construção da identidade social. Pois o/a adolescente tem uma constante dependência baseada no fato de que: para aceitar a si próprio, primeiramente precisa ser aceito/a pelas pessoas com quem interage, com os grupos sociais.

Assim, a percepção de que o sujeito baseia seu auto esquema nas relações existentes com os outros, mediante a interação social é bem expressa pelo termo avaliação refletida. Isto é, se compara “as auto pontuações de várias qualidades (como inteligência, autoconfiança, atratividade física) das próprias pessoas com as visões de si mesmas percebidas nos outros” (MICHENER; DELAMATER; MYERS, 2005, p.107). Portanto, entende-se que são cruciais para a formação do autoconceito as reações apreendidas dos outros e não as reações reais.

Todavia, até que ponto isso é favorável para a construção da identidade? Pois as pessoas, especialmente os/as adolescentes, necessitarem da reação dos grupos sociais, de forma individual e coletiva, para a sua própria aceitação e, quiçá, a aceitação para a inserção nesses referidos grupos, limita, em vezes, os sujeitos de se permitirem quaisquer vivências que lhe pareçam importantes e/ou válidas, pelo simples receio de não estar indo ao encontro do que a sociedade, em seus diferentes meios, estabelece como necessário e “correto”.

No entanto, as já referidas reações dos grupos/ pessoas devem ser relevantes, posteriores à própria aceitação de cada sujeito, que conforme suas experiências sociais vai se construir e, concomitantemente, compreender a si mesmo, a partir dos valores que lhe contemplar, assim como escolhas, lugares, aspectos culturais, e etc. Até mesmo por esse fato, que a definição do “eu”, enquanto formação de características de um grupo social é que conceitua a identidade social. Até porque, se cada sujeito se definir como integrante de um grupo, e então moldar/ formar seus conceitos sobre questões sociais e afins, as características deste mesmo se tornaram padrões para o pensamento, sentimentos e ações do sujeito, referente às suas escolhas.

Sobre o pertencimento, é necessário interagir com os grupos sociais e se identificar com seus aspectos para que o primeiro aconteça, porém o que não é

necessário, de fato, é restringir-se a todo e qualquer critério/ normativa deste para ser aceito/a e/ou pertencente a um meio social. Como exemplo, pode-se trazer que:

Os grupos sociais muitas vezes são definidos em parte por meio de referência a outros grupos – o significado de ser um jovem republicano está relacionado ao significado de ser um jovem socialista e um jovem democrata; o significado de ser homem na sociedade norte-americana está intimamente relacionado ao significado de ser mulher. Assim, quando a associação a um grupo torna-se base saliente para a autodefinição, as percepções dos exogrupos relevantes também tornam-se salientes. Muitas vezes ocorre um efeito de acentuação – ênfase nas diferenças percebidas e nas avaliações desfavoráveis do exogrupo e de seus integrantes. Assim, os estereótipos negativos direcionados às pessoas de diferentes gênero, raça ou religião estão, muitas vezes, intimamente ligados ao autoconceito da pessoa que os possui (MICHENER; DELAMATER; MYERS, 2005. p.106).

A distinção entre os termos “endogrupo” e “exogrupo” não somente contribui para a propagação do preconceito, como também é um elemento decisivo na eclosão de comportamentos discriminatórios. Pois as pessoas tendem a se identificar com os grupos aos quais pertencem, incorporando-os ao seu autoconceito. Desta forma, estas avaliam o próprio grupo de maneira mais “positiva”, aderindo a uma estratégia que favorece a preservação do autoconceito.

Esta avaliação positiva do próprio grupo, como já mencionada, é correlata à avaliação negativa dos grupos externos. Essa perspectiva na avaliação do endogrupo e do exogrupo é percebida como um componente fundamental na construção da identidade social, e tende a se manifestar quando ocorre qualquer diferenciação, por mínima que seja, entre os mesmos. A explicação para este fenômeno está presente na suposição de que os sujeitos, em geral, mantêm contatos bem mais frequentes, o que pressupõe a existência de um vínculo significativo, com os membros do próprio grupo, fazendo com que desenvolvam uma visão bem mais complexa a respeito dos grupos em que se situam, do que sobre os grupos externos (PEREIRA, 2007).

Portanto, a convivência/ experiência com diversos meios, conforme a aderência e identificação de cada sujeito, é de suma importância no rompimento e, quiçá, não reprodução massiva de preconceitos e valores conservadores, advindos da imposição de estigmas e dos próprios critérios de inserção dos grupos sociais. Na adolescência, período em que estas questões se acirram e intensificam, é preciso dar espaço - as ditas condicionantes materiais - para que este se construa

de forma livre e consciente, com acesso aos diferentes grupos existentes na sociedade, às manifestação de cultura em seus segmentos distintos, às pessoas e suas contribuições. Por fim, que estes sujeitos tenham a possibilidade de se auto construir como lhe convém e for necessário.

Como forma de proporcionar um espaço que possibilite o entendimento da identidade social e de como alguns valores conservadores e excludentes estão presentes no cotidiano social, e interferem nas relações sociais, se criou e efetivou o projeto de intervenção profissional, durante o estágio curricular obrigatório em Serviço Social. Na tentativa de trazer aos adolescentes, de forma dinâmica, formas de romper com os referidos valores e reconhecer que, sim, a identidade social pode acontecer a partir de uma construção libertadora, e que contemple a cada sujeito conforme suas subjetividades e escolhas.

4 AS EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL, E AS CONTRIBUIÇÕES DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO DOS SUJEITOS

O presente capítulo discorrerá primeiramente sobre como e onde se realizou o processo de estágio curricular obrigatório I e II (2015-2016), com o objetivo de fazer uma reflexão a partir das experiências vivenciadas nesse processo. Analisando a política de assistência na efetivação dos serviços institucionais e as ferramentas legais que são utilizadas – como o ECA/90 – na metodologia de trabalho. A fim de entender a conjuntura do Centro de Formação Teresa Verzeri enquanto instituição que presta serviço a crianças e adolescentes, e como o Serviço Social pode contribuir para a construção de bases que viabilizem a construção da identidade social dos sujeitos, em face a violência.

No segundo item, será discutido como o processo de empoderamento pode se materializar na vida dos sujeitos, em especial os/as adolescentes, público-alvo do projeto de intervenção profissional. Com o objetivo de entender esse processo, seus aspectos constitutivos, as ofensivas do capital como entrave na construção de condicionantes materiais para que esse referido processo aconteça. Assim como explicitar de quais formas o empoderamento, enquanto categoria que reflete mudança e consciência crítica a cerca de si mesmo/a e da realidade social, interfere e contribui para a construção da identidade social.

4.1 O campo de estágio curricular e o projeto de intervenção profissional

O CFTV no município de São Borja está localizado na Rua João Palmeiro, nº 1746 (mil setecentos e quarenta e seis), no centro da cidade de São Borja/RS. Possui prédio próprio. Teve sua inauguração no ano de 1936 (mil novecentos e trinta e seis), conhecido como o Lar da Menina Sagrado Coração de Jesus, fundado pela Madre Maria Antônia Perini, na Escola Sagrado Coração de Jesus, sendo a Associação de Literatura e Beneficência sua mantenedora. Este lar atendia em regime de internato e tinha como objetivo cuidar de meninas em situação de vulnerabilidade social, bem como em situação de abandono pelos/as responsáveis. A partir do ano de 1987 (mil novecentos e oitenta e sete), o atendimento passou a

ser feito no turno inverso à escola, direcionado ainda somente a meninas (PAULA, 2013).

A instituição tem como missão: “Desenvolver um processo de formação integral promovendo a vida com dignidade e o exercício da cidadania”. Como visão: “Ser reconhecida pela excelência em formação integral, viabilizando o compromisso emancipatório de forma sustentável”. E como valores: “Cordialidade nas relações, humanização, ética, justiça, conhecimento e sustentabilidade” (CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI, s/d).

Contempla, como objetivo geral: “Garantir o trabalho social com crianças, adolescentes e jovens prevenindo a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social, fortalecendo a convivência familiar e comunitária” (CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI, s/d, s/p).

Enquanto objetivos específicos, há:

Fortalecer os vínculos familiares e sociais, por meio da participação dos educandos e familiares nos serviços oferecidos pelo CFTV; incentivar a inserção, permanência e promoção do jovem no sistema educacional; prevenir a ocorrência de risco social, seu agravamento ou reincidência; promover o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo; desenvolver potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã por meio dos serviços socioeducativos (CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI, s/d, s/p).

A instituição trabalha embasada por uma política, sendo, pois, a Política Social de Assistência de nível de Proteção Social Básica, que visa exercer e ampliar os direitos embasados pelo ECA/90. Esta política realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Organiza-se de forma pública - com caráter não contributivo - descentralizada e participativa e é materializada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Como pontua o parágrafo único em seu art. 1: “ocupa-se de prover proteção à vida, reduzir danos, prevenir a incidência de riscos sociais, independente de contribuição prévia, e deve ser financiada com recursos no orçamento da seguridade social” (BRASIL, 2012, p.2). Sob essa perspectiva, objetiva:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou em especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.
- Contribuir com a inclusão e equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços sócio assistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural.
- Assegurar que as ações do âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004, p.33).

A política de proteção social consiste em proteger os sujeitos contra os riscos inerentes à vida humana e/ou assistir necessidades geradas no decorrer do processo, bem como viabilizar a emancipação destes, o fortalecimento de vínculos e atender as múltiplas situações de vulnerabilidade socialmente expressas. O sistema de proteção social tem origem da necessidade de neutralizar ou reduzir os impactos de determinados riscos sobre o indivíduo e a sociedade.

Portanto, a Política de Assistência Social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência, de autonomia, de acolhida, de convivência familiar, de fortalecimento de vínculos, de apoio sócio familiar e sócio educativo (BRASIL, 2004). Desta forma, a Proteção Nacional de Assistência Social tem como objetivos:

Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, entre outras) (BRASIL, 2004, p.33).

Assim, a instituição com base na referida política, consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevendo o desenvolvimento das potencialidades das crianças e adolescentes, sua formação cidadã e sua inserção social por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

No que tange ao perfil dos usuários do CFTV, este é identificado anualmente através de análise realizada dos dados das fichas socioeconômicas dos/das educandos/as. Estas fichas são preenchidas a cada início de ano, ou ingresso do sujeito na instituição, contendo questões direcionadas ao responsável, informações

gerais da criança e do/a adolescente, bem como assinatura do termo de compromisso como forma de responsabilização da pessoa que efetivou a inscrição do sujeito no CFTV, em quaisquer situações que seja necessário contatá-la para tratar de assuntos referentes ao sujeito. Também há a autorização de uso da imagem, com a finalidade de permitir a divulgação de fotografias que envolvam os/as educandos/as, intuindo a divulgação da instituição e também o seu trabalho.

Ressaltando que o público-alvo da mesma são crianças e adolescentes em situação de risco e/ou vulnerabilidade social. E seu perfil de usuários, em síntese, é de sujeitos entre 4 (quatro) e 16 (dezesesseis) anos, majoritariamente crianças do sexo masculino, entre 6 (seis) e 7 (sete) anos de idade. Residindo apenas com a mãe, com emprego formal – carteira assinada - em moradia própria, há mais de dois anos recebendo atendimento na instituição.

No decorrer de seu funcionamento, o CFTV acompanhou a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), com ênfase ao Art. 227, estabelecendo que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, s/p).

Também o Art. 228, que afirma ser “penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial” (BRASIL, 1988, s/p). Considerados importantes avanços na proteção e construção de direitos que legitimem o desenvolvimento de crianças e adolescentes, sob condições que proporcionem que isso aconteça de forma qualificada e integral. Simultaneamente, acompanhou a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 -, com destaque ao Art. 1º, que “dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (BRASIL, 1990, s/p), o Art. 2º, que “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” e o Art. 3º, afirmando que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico,

mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990, s/p).

Constituindo-se como normativas legais que reconhecem as crianças e os/as adolescentes como sendo sujeitos de direitos, a serem protegidos pelo Estado, pela sociedade e pela família. Configurando significativos avanços no que tange a estes referidos sujeitos, enquanto direitos construídos para serem efetivados pelos entes e entidades responsáveis legalmente.

Sendo o CFTV uma instituição que, a partir da inserção deste estatuto e da própria CF/88 na sua metodologia de trabalho, passou a receber crianças de ambos os sexos binários (feminino e masculino), e a trazer para seu currículo de ensino aspectos presentes no ECA/90, às crianças, e discussões a respeito de cidadania e independência, por meio de projetos, para os/as adolescentes. Visando a construção da cidadania e independência destes em suas escolhas e ações, ao mesmo tempo em que fazer com que possam ter contato e conhecer que estes regimentos existem e devem ser reivindicados pelos sujeitos, quando descumprido o que está previsto em lei.

Em 2000 (dois mil), a instituição passou a se intitular como Centro de Formação Teresa Verzeri, alterando o seu atendimento, para um trabalho realizado diretamente com a política de assistência, e não sob o viés “assistencialista” até então presente. Trazendo o ECA/90 para a realidade dos serviços desenvolvidos com as crianças e adolescentes. Também promovendo diversos cursos extensivos às famílias das crianças e adolescentes, e a comunidade São-borjense, viabilizando a formação integral e a inclusão social (CENTRO DE FORMAÇÃO TEREZA VERZERI, s/d).

A instituição busca desenvolver ações complementares a escola, dar apoio pedagógico, apoio sociofamiliar, bem como preparação para inserção no mercado de trabalho (geração de trabalho e renda). Trabalhando com oficinas que visam o desenvolvimento da cidadania para com os/as educandos/as, concomitante a construção da autonomia, estímulo à leitura, à coordenação intelectual e motora, assim como à interação entre as crianças e os/as adolescentes, e também as diversas expressões da arte, tais como a dança e o canto.

Assim, percebe-se no cotidiano de trabalho, tanto da profissional de Serviço Social, quanto da equipe de profissionais inseridos no CFTV, a tentativa de entender as demandas que os sujeitos trazem, mediante situações de violência entre os mesmos, quanto às situações de evasão do centro, desestímulo à participação em atividades, sentimento de introspecção e outras questões que surgem e necessitam de um processo interventivo.

Todavia, estes profissionais não conseguem contemplar e intervir realmente nos sujeitos em suas ações. Isto é, em vezes discutem nas reuniões semanalmente programadas sobre formas de lidar com determinados sujeitos que apresentam comportamentos que vão de encontro com os princípios institucionais – como andar com roupas curtas, verbalizando termos pejorativos ou desenvolvendo ações agressivas – de forma conservadora e moralizante, e não buscando apreender o que, de fato, estes sujeitos estão vivenciando em sua realidade material, e como isso interfere em seu comportamento e em todos os setores da vida. Evidenciando que a reprodução de valores religiosos e normativos perpassa por todos os âmbitos e pessoas inseridas na instituição.

No que tange à rotina institucional, a mesma contribui no dia-a-dia dos usuários e em seu desempenho escolar, pois os mesmos recebem além de 03 (três) refeições diárias, apoio psicológico, escolar, pedagógico e de assistência social da instituição, que auxiliam significativamente para sua permanência no sistema educacional (sendo que a maior parte dos/as crianças e adolescentes são matriculadas na escola ao lado do CFTV, facilitando o acesso a ambas as instituições) nos espaços de reforço escolar em que estudam e têm um aprendizado complementar para exposição de dúvidas e superação de dificuldades.

Assim como há momentos de leitura, de acesso à internet, de pesquisa em livros que muitas vezes são até doados aos sujeitos. Quando ocorre da criança e/ou do/a adolescente não estar frequentando assiduamente a escola ou as atividades do Centro de Formação, já é realizado um primeiro contato com os/as responsáveis

para averiguar os motivos pelos quais isso está ocorrendo, buscando garantir efetivamente o direito à educação⁸.

Há situações em que a assistente social realiza contato com a devida instituição, encaminhando para o órgão competente da rede socioassistencial do município, para atender a criança e o/a adolescente, todavia não se configurando como trabalho em rede. Pois a ação em rede implica em aspectos, como integração de diferentes sujeitos/instituições, cuidado e minuciosidade no trabalho para com as ações de atenção e prevenção, atenção integral dos casos, evitando a duplicidade do exercício profissional, e o aprimoramento constante do diagnóstico de cada realidade local (MOTTI; SANTOS, s/a apud VIEIRA, 2015).

A rede é, por sua vez, uma estrutura favorável para promover, facilitar e aumentar o acesso de pessoas e instituições a recursos escassos, e até mesmo fortalecer o senso crítico para reivindicar a efetividade dos serviços. Neste contexto, Campos (2000), afirma que a intersectorialidade e o trabalho em rede consistem em um processo coletivo e organizado, evidenciando uma ação deliberada que demanda respeito à diversidade e às particularidades de cada setor e/ou participante.

Todavia, no CFTV, este trabalho acontece na forma de encaminhamentos de demandas e sujeitos, ou seja, quando a instituição não comporta o trabalho que deve ser feito, como no caso de violência sexual contra crianças e adolescentes, realiza-se encaminhamentos para os órgãos competentes (como o Centro de Referência Especializada em Assistência Social – CREAS), e os/as profissionais do local que passam a gerenciar o trabalho, a partir da efetivação do encaminhamento. Em alguns casos, a profissional de Serviço Social mantém contato para saber como anda o processo interventivo, não se configurando, de fato, como o trabalho em rede em seus aspectos constitutivos.

No CFTV existem diversas salas onde são realizadas as oficinas e serviços, tais como: a sala de informática, sala de artesanato, sala de apoio pedagógico, sala

⁸ O ECA prevê, em seu Art. 54, no primeiro parágrafo, como “dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, com ênfase ao seu inciso - § - 3º, que afirma como competência do “poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola” (BRASIL, 1990, s/p).

do núcleo pedagógico, secretaria, sala do serviço social, sala da psicóloga, sala da nutricionista, quadra de esporte, cozinha industrial, cozinha e padaria, espaço de convivência, refeitório, espaço da ginástica, salas de aula, sala de canto e instrumentos musicais, sala de descanso das crianças, sala de recepção e sala da direção. Também há uma capela onde são realizadas as preces que antecedem as atividades, sala da nutricionista, sala de áudio visual, sala do depósito, banheiros e pátio, sala da cooperativa das costureiras, espaço da oficina de educação ambiental, sala onde são realizados os “brechós solidários”, bem como os espaços que são alugados para pessoas morarem no terceiro andar (atualmente inativo para esta ação).

Há semanal e mensalmente, reuniões pedagógicas, técnicas e gerais na instituição, onde são discutidos assuntos internos do local, bem como referentes à Rede Verzeri. Também existem espaços para discussão e decisões, em que se elencam pautas condizentes aos educandos, à instituição, bem como sua mantenedora, sendo na terça-feira, durante manhã e tarde, com horários específicos, a reunião pedagógica; na quarta-feira, a reunião técnica; e quinta-feira à tarde, ao fim de cada mês, a reunião mensal com as famílias.

O CFTV desenvolveu e permanece desenvolvendo projetos sociais diversos, tais como “Construindo o Mosaico do Saber Social - Programa de Ações Complementares à Escola”, que visou o desenvolvimento dos seguintes programas: apoio socioeducativo; apoio sociofamiliar; oficinas pedagógicas, culturais e lúdicas, com o intuito de complementar as ações de desenvolvimento cognitivo e o trabalho já desenvolvido pela entidade escolar (CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI, s/d).

O trabalho social é sustentado na abordagem biopsicopedagógicasocial, que se configura enquanto um trabalho multiprofissional da instituição, envolvendo todos os setores nas atividades desenvolvidas para os sujeitos, também na singularidade dos valores éticos que se partilha no movimento de “despertar” em cada criança e adolescente, a possibilidade de acreditar em si e no mundo em que vive (CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI, s/d).

O projeto, que findou ao final do ano de 2014 (dois mil e quatorze) devido ao prazo de início e término previamente estabelecidos. Todavia, permaneceram as

oficinas/programas que o compunham, como as Oficinas Lúdicas Pedagógicas, que proporcionaram ao educando o vivenciar do aprender brincando e o desenvolvimento de competências para um melhor desempenho escolar.

Também oficinas culturais, que disponibilizou meios para que os/as educandos/as conseguissem maior integração e autoconhecimento, desenvolvendo habilidades e competências para o seu crescimento, considerando os aspectos culturais; oficinas esportivas, que possibilitam o desenvolvimento holístico dos sujeitos, levando-os a compreender que o corpo expressa valores, emoções, participando e crescendo por meio de atividades lúdicas.

As oficinas pedagógicas são: educação ambiental e cidadania, grupo de estudos, brincarte, jogos, dinâmica da leitura, terapia de grupo, informática lúdica, espiritualidade, inclusão digital. Já as oficinas culturais, são: dança de salão, dança e cultura gaúcha, música instrumental, grupo de canto e artesanato produtivo. As oficinas esportivas são: esporte, laboratório de dança, ginástica artística e ginástica olímpica. Ressalta-se que as referidas oficinas contribuíram, e atualmente ainda contribuem (visto sua permanência) significativamente no processo de integração ao coletivo, proporcionando espaço para exercício e ações que visam a interação dos mesmos, bem como que estes realizem atividades práticas e teóricas, como o esporte e a resolução de exercícios como reforço escolar.

A participação dos sujeitos na comunidade, por meio das atividades que realizam no CFTV, acontece de forma permanente através das inúmeras participações em eventos artísticos e culturais do município. O conhecimento histórico e a valorização das tradições ficaram evidenciados nas apresentações artísticas e culturais do Grupo Herdeiros do Generoso, de dança gaúcha, do grupo de dança de salão e por meio do grupo instrumental e de canto Teresa Verzeri.

Há também o “Programa Educação Ambiental e Cidadania”, que surgiu como uma proposta, oriunda da equipe diretiva do Centro de Formação, a qual compartilhou com os/as educadores a iniciativa de desenvolver um projeto voltado para Educação Ambiental, motivados por estudos que buscam diagnosticar e compreender fatos relacionados ao meio ambiente, buscando trabalhar e atingir objetivos institucionais, como ser parte integrante de uma sociedade corresponsável

por sua integração e transformação (CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI, s/d).

O programa buscou educar para cidadania e para a preservação do meio ambiente, mobilizando 196 (cento e noventa e seis) crianças e adolescentes, bem como suas famílias que atuam como executores e multiplicadores dessa ação cidadã. O “Projeto Educação Ambiental e Cidadania” completa oito anos de atuação no município de São Borja. Os/as profissionais e público alvo imbuídos na preservação do meio ambiente continuam sua caminhada de recuperação das matas nativas, reconhecimento de espécies, educação para o conhecimento de ervas medicinais e plantio consciente de hortaliças (CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI, 2014).

Tem-se, ainda, o projeto “Cultura, uma Expressão Suave de Cidadania”. Por se tratar de uma cidade fronteiriça, missioneira e com uma vasta história que pode ser contada em seus 330 (trezentos e trinta) anos de existência. São Borja, o 1º (primeiro) dos Sete Povos Missioneiros, passagem de fundamental importância nas lutas por posses do Rio Grande do Sul, marcou sua presença no âmbito cultural, e desde então, acredita-se ser de fundamental importância à aprendizagem da Cultura do Rio Grande do Sul desde cedo (CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI, s/d). O referido projeto buscou contribuir no crescimento social e intelectual dos sujeitos, oferecendo um espaço de cultura e inclusão social, que contou com o apoio da Empresa SIRTEC Sistemas Elétricos.

A instituição dispõe de um programa composto por uma série de atividades de cunho socioeducativo, que buscam assegurar a solidificação dos direitos de cidadania referentes à vida, saúde física e emocional, alimentação, educação, esporte, lazer, cultura e dignidade. Diante deste propósito, a instituição oportuniza a continuidade ao atendimento assistencial, oferecendo os recursos físicos, materiais, humano e técnico através dos seguintes programas desenvolvidos: ações complementares a escola; apoio pedagógico; apoio sócio familiar; preparação ao mercado de trabalho (CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI, 2010).

O projeto ofereceu a “Oficina Lúdica Pedagógica”, que proporcionou à criança e ao adolescente desenvolver competências para um melhor desempenho escolar. Há a oficina cultural, que, por exemplo, disponibiliza meios para que os/as

educandos/as consigam maior integração e autoconhecimento, desenvolvendo habilidades e competências para o seu crescimento, considerando sua cultura. É a oficina esportiva, que possibilita o desenvolvimento holístico do/a educando/a, levando-o/a a compreender que o corpo expressa valores, emoções, ao participar de atividades lúdicas (CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI, 2010). Salienta-se que as oficinas lúdicas, pedagógicas e esportivas são disponibilizadas para todas as turmas. E as oficinas culturais se configuram numa turma única, somente para as crianças e adolescentes que têm interesse em participar.

Enquanto, serviços mais específicos e permanentes na instituição, têm-se o serviço de psicologia, que objetiva proporcionar aos educandos e seus familiares apoio e orientação psicológica. Também o serviço nutricional, que busca promover a reeducação alimentar e garantir uma alimentação que satisfaça as necessidades nutricionais dos/as educandos/as.

O Serviço Social, que realiza em seu cotidiano de trabalho, acompanhamento e orientação social as crianças, adolescentes e suas famílias, visitas domiciliares (nas situações de inclusão – inserção de educandos/as e exclusão – corte de verbas), mediação com a rede de proteção social, orientação e realização de encaminhamentos quando necessário, elaboração de relatórios, planos sociais, projetos, estudos sociais, pareceres, gestão de projetos, renovação e registros, gerenciamento do Sistema de Informação Gerencial (SIG), participação em conselhos de direito, bem como na captação de recursos, estando na formulação e avaliação dos projetos sociais, entre outras ações (CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI, 2010).

E por último, o serviço pedagógico, que visa articular e dinamizar o trabalho de liderança, planejamento, orientação, assessoramento e acompanhamento da comunidade do CFTV, especialmente o/a educador/a, inovando práticas pedagógicas sociais embasadas pela legislação vigente (CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI, 2010).

4.2 O Serviço Social no contexto institucional do CFTV

A partir da inserção do Serviço Social no CFTV, a assistente social Irmã Sonia Grass assumiu o cargo de diretora da instituição. E em 2004 (dois mil e quatro), aconteceu a elaboração do Projeto Social: “Construindo o Mosaico do Saber Social” (que viabilizava uma educação resgatadora dos valores sociais dos cidadãos), almejando a humanização das relações interpessoais, que desenvolvessem as habilidades profissionais e que dessem suporte às crianças e adolescentes (CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI, 2010).

Apesar da gênese operacional do Serviço Social acontecer numa conjuntura específica, onde as instituições ligadas a Igreja Católica Apostólica Romana acompanham um movimento chamado de “reação católica”, que tinha como objetivo:

Difundir a doutrina social da igreja, ampliando o apostolado laico; [...] buscava ocupar todas as frentes possíveis de inserção junto ao operariado. Fomentava um sindicalismo católico assistencial e refinava tecnicamente as ações da caridade. Buscava ainda, desenvolver ações preventivas, principalmente junto aos menores e mulheres (PAULA, 2001, p.10).

No CFTV, a inserção da profissional, mesmo com caráter religioso, propunha desenvolver ações de proteção à criança e ao adolescente, de forma a ampliar a cidadania e efetivar os direitos previstos pelo ECA/90, e pela CF/88. Pois, para proteger a criança e o/a adolescente são necessários que se desenvolvam políticas para regulamentar e prever de quais formas isso deve acontecer. Diante das diversas expressões da questão social, como o trabalho infantil e a exploração sexual, o/a assistente social deve intervir diretamente, não dando margem a práticas assistencialistas, mas à efetivação de direitos existentes e legalizados socialmente.

Trabalhar no desenvolvimento e aplicação de políticas públicas e sociais, com o objetivo de retirar as crianças e adolescentes das condições desumanas de exploração e subsistência que estão envolvidos, e desenvolver com estes um trabalho de mudança do contexto social em que estão inseridos, não só para estes, mas também para sua família, deve ser primordial no exercício profissional do Serviço Social (PAULA, 2001).

Através da criação do Projeto Pedagógico Social (2010-2014), a instituição passou a desenvolver ações que integram e abrangem a comunidade, tendo como

objetivo a inclusão dos seus/uas educandos/as na sociedade. Conforme o referido projeto, a educação não acontece de forma natural, mas é construída dia-a-dia. Por isso, a necessidade de reforçar nos ambientes educacionais os valores democráticos e humanísticos. O/a educando/a precisa sentir-se parte de um lugar, pertencente a uma família, uma escola, uma comunidade, para construir a sua identidade e participação na vida social (CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI, 2010).

Desta forma, acompanhando o reordenamento já contextualizado, o Serviço Social na instituição passou a ser responsável pelas visitas domiciliares, planejamento estratégico, encontro formativo com as famílias e pelos planos de ação das oficinas desenvolvidas. A partir de 2000 (dois mil), com a “profissionalização” do quadro de colaboradores internos. Contratou-se nutricionista, pedagogos e psicólogos e se elaborou um plano para cada uma das oficinas. Atualmente, o CFTV possui 02 (duas) assistentes sociais, estando uma na função de gestora, e outra no trabalho de captação de recursos. Ainda contando com 02 (dois) estagiários do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja, que a cada ano se inserem para executar seu estágio curricular obrigatório.

Enquanto objetivo do Serviço Social na instituição, entende-se por: “Desenvolver o trabalho social no Centro de Formação Teresa Verzeri através da promoção humana, do exercício da cidadania e do compromisso emancipatório” (CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI, 2013, s/p). Considerando que para exercer a profissão, conforme este objetivo e as dimensões que a compõe, é necessário ser um profissional inovador, criativo, interventivo e investigativo, visto que:

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir novas propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2012, p.20).

Desse modo, buscar ser um/uma profissional propositivo e não só executivo, construindo alternativas criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas presentes no cotidiano. Utilizando os instrumentos e técnicas que a

profissão dispõe para sua ação qualificada e coerente com o que é apresentado ao/a profissional como demanda a ser desvendada e intervida.

No que diz respeito às ações desempenhadas pelos/as profissionais da área na instituição, há o de prestar assessoramento técnico na elaboração de projetos, planos sociais, relatórios, documentos, registros e encaminhamentos relativos ao Serviço Social, bem como buscar alternativas inovadoras, instituições parceiras, fontes de recursos pra viabilizar novos projetos sociais relevantes (CENTRO DE FORMAÇÃO TEREZA VERZERI, 2013).

O trabalho do Serviço Social na instituição é a captação de recursos na elaboração de projetos sociais, sendo que a instituição visa atender todas as demandas que surgem dos/as educandos/as, seja na instituição ou por meio da realização de encaminhamentos. Também há, como parte do trabalho do profissional no CFTV, elaborar e monitorar documentos de informação e registro do sistema interno da instituição. Se constituindo enquanto uma dimensão de

Gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços a indivíduos, famílias, grupos e coletividade, na perspectiva de fortalecimento da gestão democrática e participativa capaz de produzir, intersetorial e interdisciplinarmente, propostas que viabilizem e potencializem a gestão em favor dos(as) cidadãos(ãs) (CFESS, 2012, p.11).

Formulando e executando “os programas, projetos, benefícios e serviços próprios da Assistência Social, em órgãos da Administração Pública, empresas e organizações da sociedade civil” (CFESS, 2012, p.11). Como uma das formas de trabalhar na perspectiva interventiva e emancipatória dos sujeitos, efetivando e ampliando serviços e propostas que contemplem suas necessidades.

Neste processo se pode citar a constante atualização do SIG, onde são preenchidas planilhas com dados qualitativos dos usuários, bem como os relatórios enviados mensalmente aos financiadores dos projetos sociais, com dados qualitativos e quantitativos dos recursos aplicados. Se configurando como um trabalho que rompe com a execução restrita às políticas sociais, possibilitando ao assistente social desempenhar outras funções, também condizentes ao seu exercício, ampliando o caráter interventivo e propositivo da profissão.

Ressalta-se a atribuição de supervisionar estagiários do Serviço Social, tendo em vista a importância do Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, pois é através da observação que poderá ser identificada o fazer profissional, sendo a partir destas vivências que os/as estagiários/as se aproximarão da prática, tendo como base o aporte teórico no entendimento da realidade, da prática embasada na teoria que se aprende e desenvolve durante a graduação. Concomitante à segunda fase do processo, em que este/a aplica o projeto de intervenção profissional, construído com base em uma das expressões da questão social identificada no local.

Contudo, há de se ressaltar que, sendo esta instituição pertencente ao terceiro setor, no cenário de redefinição do papel do Estado:

Observa-se a transferência de uma considerável parcela de serviços sociais para a sociedade civil. Na verdade, está-se diante da desresponsabilização do Estado e do Capital com as respostas da “questão social”. Este deslocamento engendra o retorto de práticas tradicionais no que se refere ao trato das contradições sociais no verdadeiro processo de refilantropização da questão social, sob os pressupostos da ajuda moral próprias das práticas voluntaristas, sem contar a tendência de fragmentação dos direitos sociais (ALENCAR, s/a, p.7).

Isto significa uma alteração no padrão de resposta às expressões da questão social, evidenciando a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e auto responsabilização da sociedade civil, e das comunidades locais para a realização de práticas assistenciais e criação de entidades que legitimem o terceiro setor e ampliem seu alcance “interventivo”. Competente ao Estado e governo em vigência, que não desempenham suas funções integralmente e não suprem às necessidades e demandas advindas da sociedade.

No que diz respeito aos instrumentos utilizados pela profissional no CFTV, destaca-se a visita, considerada uma “prática profissional, investigativa ou de atendimento, realizada por um ou mais profissionais, junto aos indivíduos em seu próprio meio social ou familiar” (AMARO, 2007). Sendo guiada por uma finalidade, às vezes devido à inserção de uma criança e/ou adolescente na instituição, solicitação de um órgão ou uma demanda emergencial que venha a surgir durante o processo.

Na maior parte das visitas domiciliares são utilizadas entrevistas semi-estruturadas, que acontecem uma vez por ano sendo orientadas por um

planejamento. No que concerne aos profissionais visitantes, a prática da visita faz parte de um conjunto de segmentos profissionais específicos, sendo necessário para verificar se os usuários continuam dentro do perfil para permanência na instituição, bem como a continuar participando dos projetos ofertados.

Outro instrumento do trabalho do/da assistente social é a entrevista, que se constitui como um instrumento utilizado intencionalmente e que sendo estabelecido entre indivíduos diferenciados em seus papéis, vai expressar e manifestar contradições nesta relação (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2013). Baseando-se num diálogo entre o entrevistador e entrevistado, resultando na captura de informações relevantes, que gradativamente desvela o real, e amplia a consciência crítica do/a assistente social e, conforme se materializa o processo interventivo, também dos entrevistados. Os questionários que são preenchidos tanto nas entrevistas quanto nas visitas, são também formas de registrar dados coletados, e após o registro é anexado nas fichas institucionais dos usuários (AMARAL, 2014).

Sendo de extrema relevância, tanto o contato que se efetiva por meio da realização da entrevista, quanto às informações adquiridas através do questionário. Pois serve de base para a profissional compreender a realidade de cada sujeito em particular, sua família, contexto social e construir formas de se aproximar e intervir mediante as situações que evidenciem expressões da questão social.

A observação, que pode ser entendida como um instrumento de importante relevância no levantamento de dados qualitativos e que também possibilita a participação conjunta dos usuários e do/a assistente social (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2013). Torna-se uma ferramenta indispensável no trabalho do/a assistente social, como em qualquer outro trabalho, porque sempre que presente, indica o cuidado e atenção aos detalhes dos fatos e relatos expressos nas experiências da vida cotidiana. Sendo essencial nas sucessivas aproximações com os sujeitos, e no que tange ao entendimento de sua realidade.

Contudo, é necessário ao profissional ter ciência, acerca dos aspectos teóricos com que está operando seu conhecimento, bem como segurança quanto aos objetivos pretendidos no desenvolvimento efetivo do processo de observação. (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2013). Pois, assim, se amplia o senso crítico, a partir do embasamento teórico-metodológico, que é apreendido durante a formação, e no

exercício profissional mediante a realização de estudo social, relatórios, pareceres, reuniões, grupos e outros instrumentos e técnicas utilizados. Sendo a observação, portanto, um dos instrumentos responsáveis pela tentativa de desvendamento da realidade.

Neste contexto, é necessário trazer que a dimensão técnico-operativa do Serviço Social pode ser percebida como:

Uma “síntese” do exercício profissional, pois é composta também pelo conhecimento da categoria, pelas qualidades subjetivas dos agentes, pelas condições objetivas do trabalho, pelo projeto profissional, pela ética, pelos valores. Portanto, discutir, tanto o instrumental técnico-operativo em particular como a dimensão técnico-operativa como um todo, implica discutir o trabalho profissional como resultado daquela totalidade (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2013, p.23).

Portanto, é no “fazer” cotidiano do exercício profissional que são evidenciadas as condições para “fazer melhor”. Isto é, saber fazer com qualidade e competência. E esse aperfeiçoamento da prática, embasada pelas atribuições éticas e metodológicas, se dá através da construção do próprio trabalho, por meio de um processo reflexivo, propositivo, inovador e interventivo, tanto para com a realidade dos sujeitos demandantes, quanto do próprio processo de trabalho em que este/a profissional se insere.

Também se faz necessário discutir sobre as dimensões investigativa e interventiva, que devem ser estabelecidas “como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade”, defendendo, assim, a unidade entre o ‘pensar’ e o ‘agir’ do/a assistente social” (ABEPSS, 1996, p.6). Neste sentido, deve-se compreender que a dimensão investigativa deve ser estratégia de conhecimento e intervenção, sendo de relevante importância que a formação profissional se redirecione para formar assistentes sociais que se apropriem do “por que”, “para quê” e “como” conhecer e, neste caso, não há sobreposição de uma questão em relação à outra. Pois a dimensão investigativa é parte constitutiva da intervenção profissional. Guerra (2009), afirma que:

A investigação é inerente à natureza de grande parte das competências profissionais: compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento histórico, identificar as demandas presentes na sociedade, realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais, realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social, identificar re- cursos. Essas competências referem-se diretamente ao ato de investigar, de modo que, de

postura a ser construída pela via da formação e capacitação profissional permanente (cuja importância é inquestionável), a investigação para o Serviço Social ganha o estatuto de elemento constitutivo da própria intervenção profissional (p.712).

Essa perspectiva incide de forma relevante para se pensar em como a dimensão investigativa não se constitui apenas por uma postura profissional, mas integra grande parte das competências e atribuições profissionais. Todavia, se não se constrói essa postura investigativa, embasada por valores ético-políticos do atual projeto profissional, as visitas domiciliares, os laudos e pareceres, por exemplo, terão apenas significados burocráticos e institucionais, o que reduz, consideravelmente, as possibilidades de garantir efetividade aos direitos dos usuários. Desta forma, a dimensão interventiva pode ser compreendida a partir de quatro questões fundamentais:

O que fazer, por que fazer, como fazer e para que fazer. Não se trata apenas da construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seu campo de intervenção (ABEPSS, 1996, p.14).

Tal dimensão, por sua vez, é capaz de contribuir para a construção de um conhecimento crítico da realidade, e também impulsiona ações profissionais qualificadas e propositivas, sendo capaz de sustentar e fomentar debates e estratégias dos/as assistentes sociais na tentativa de garantir efetivamente os direitos dos usuários, por meio das políticas e serviços existentes.

Por isso a importância deste trabalho profissional ser articulado entre as dimensões investigativa e interventiva, pois ambas configuram uma prática qualificada, e de fato interventiva e propositiva. Onde os/as profissionais se inserem no processo de trabalho com verdadeira apreensão da sua identidade profissional, das técnicas e ferramentas como sendo partes constitutivas do exercício e de como é possível materializar ações interventivas e emancipatórias no cotidiano profissional.

Nesse viés, tem-se a categoria instrumentalidade como “uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio histórico” (GUERRA, 1995, p.1). Pois possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. Assim:

É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações (GUERRA, 1995, p.2).

Portanto, na medida em que os/as profissionais utilizam, criam, e até mesmo adaptam as condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos, como a visita domiciliar, a entrevista, o parecer e o estudo social, para a objetivação das intencionalidades, suas ações interventivas comportam a instrumentalidade. Neste sentido, esta categoria é tanto uma condição necessária de todo trabalho social, quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho.

4.3 A categoria empoderamento mediante a atuação do/a assistente social, a partir das reflexões do projeto de intervenção “Identifique-se, maximize-se: a construção da identidade social na adolescência”

As experiências vivenciadas durante o desenvolvimento do estágio profissional em Serviço Social possibilitaram reflexões e a materialização da ação interventiva. Este se deu no período de dois semestres letivos (2015-2016), sendo o primeiro enquanto estágio de observação, e o segundo como proposta interventiva – projeto de intervenção – na instituição, a partir de um objeto (expressão da questão social) evidenciado durante os primeiros quatro meses.

A existência desse estágio teórico-prático, apesar de obrigatória, é de suma importância no processo de formação, pois é percebido como uma estratégia reflexiva e analítica da formação profissional que complementa o processo de ensino/aprendizagem, dando ênfase à prática. Visto que o estágio é considerado o “lôcus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado [...] sistematicamente” (BURRIOLLA, 2001, p.13).

No desenvolvimento do estágio é que o/a acadêmico/a começa a ter contato real com o campo de atuação do/a assistente social, bem como a construir experiências na práxis. Atreladas à teoria apreendida na instituição de ensino,

contribuindo de forma significativa no processo de ensino-aprendizagem do ponto de vista prático, teórico e reflexivo.

Nessa perspectiva, é importante articular teoria e prática, enquanto unidade, porque ambas se relacionam, onde “[...] a prática é fundamento da teoria, já que determina o horizonte de desenvolvimento e progresso do conhecimento” (VÁZQUEZ, 2007, p. 257), assim como a “[...] teoria determina a prática real e efetiva” (ibidem). As dimensões teórica e prática dependem uma da outra para um exercício profissional qualificado e propositivo, e são relevantes para o direcionamento da ação profissional cotidiana do/a assistente social e para que num processo reflexivo possa buscar o desvendamento do real.

Concomitante ao processo de estágio em si, deu-se a construção e efetivação do projeto de intervenção, que tratara da construção da identidade social na adolescência, sob o título “**Identifique-se, maximize-se: a construção da identidade social na adolescência**”. O objeto de intervenção deste projeto, que é, por sua vez, a construção da identidade social como evidenciado no título do mesmo, tornou-se alvo deste trabalho a partir de observações realizadas durante o decorrer do Estágio I, em que se percebeu a ausência de ações e/ou oficinas que tivessem como ênfase a construção e o desenvolvimento da identidade social das crianças e adolescentes.

Este possuía, como objetivo geral:

Trabalhar a questão da construção da identidade social das crianças e adolescentes inseridas no Centro de Formação Teresa Verzeri do município de São Borja, a fim de que possa propiciar o autoconhecimento, concomitante ao desenvolvimento da personalidade e da compreensão da autoimagem de cada sujeito (ORTIZ; PORTELLA, 2015, p.10).

E enquanto objetivos específicos, “oportunizar um espaço de diálogo sobre a questão da identidade social para com as crianças e adolescentes pertencentes à instituição” (ORTIZ, PORTELLA, 2015, p.10); “acolher individual e coletivamente os sujeitos para que se sintam confortáveis durante a realização das atividades” (ibidem); e “propor o desenvolvimento do sujeito, individual e coletivamente, a partir de atividades que retratem a construção da identidade social” (ibidem).

O projeto se realizou por meio de oficinas, totalizando 6 (seis) encontros previstos, com acréscimo de mais 3 (três), realizado com auxílio da psicóloga da

instituição, advindo do interesse dos/as adolescentes. Sendo executado durante o Estágio II. A proposta do projeto foi trabalhar junto a estes sujeitos o que é a identidade social, sendo preparadas varias ações, a exemplo de dinâmicas, como desenhar um autorretrato através da percepção que cada sujeito tem sobre si mesmo; músicas, como “Não É Sério” interpretada por Charlie Brow Jr. em parceria com a Negra Li; vídeos, como de *youtubers*, a exemplo “Jout Jout Prazer” e trechos de filmes, como “Hoje Eu Quero Voltar Sozinho”. Visando o alcance do resultado esperado, expandindo o conhecimento de cada participante e propiciando a sua construção da identidade, mediante o esclarecimento de como esta se constitui e configura na realidade social.

Considerou-se, pois, a necessidade de se haver um trabalho nesse viés com os referidos sujeitos, porque se evidenciou questões como o introspeção, agressividade, preconceito e a ausência de autonomia mediante as atividades para com os sujeitos usuários dos serviços da instituição e, concomitantemente, do Serviço Social. Fatores estes que dificultavam o desenvolvimento destes mesmos enquanto seres com particularidades e pertencentes a um coletivo, a uma sociedade. Havendo a necessidade de se trabalhar a construção da autoimagem e, ao mesmo tempo, a identidade social de cada sujeito, para que pudessem se reconhecer enquanto seres sociais, de direitos, deveres, com desejos, anseios e metas, também situados em um meio social repleto de diversidades e influências, que irão perpassar diretamente por suas vidas.

Ressalta-se que, estando em uma instituição que visa trabalhar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é necessário, como retrata o mesmo, haver espaço para que o público alvo deste estatuto possa se desenvolver integralmente, conforme suas particularidades e preferências, pois, como elenca o art. 3º do referido documento:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (DIGIÁCOMO, 2013, p.5).

Sendo a necessidade dessa construção identitária de extrema relevância para o desenvolvimento integral dos sujeitos inseridos na instituição. Visto que a questão

social “atinge a vida dos sujeitos nas suas requisições pela garantia de direitos civis, sociais, políticos e humanos, remetendo-os à luta pela ‘cidadania’” (GUERRA; ORTIZ; VALENTE; FIALHO, 2007, p.1). Não somente no âmbito dos direitos socialmente conquistados, mas essa luta perpassa pelo fator de reconhecimento particular e coletivo, das crianças e adolescentes enquanto seres sociais, que gozam de direitos e deveres, como já mencionado, e têm a liberdade de se expressar, construir e desenvolver conforme suas necessidades e escolhas.

Nesse viés, alguns/mas adolescentes demonstraram diversas vezes posicionamentos críticos à cerca do sistema capitalista, das formas de preconceito existentes em sociedade e da forma como estas são legitimadas pelas pessoas - e também por eles/as mesmos -, bem como conhecimento a respeito de questões como violência verbal, que se caracteriza pela existência de ameaças, inverdades, difamações e injúrias que têm o objetivo rejeitar, discriminar e humilhar qualquer pessoa, por meio de experiência própria dos sujeitos envolvidos no projeto.

Simultaneamente, traziam que comportamentos anteriormente praticados já não faziam sentido algum naquele momento. Pois a partir do entendimento de que práticas abusivas e preconceituosas não agregam valor positivo na sua própria construção e nem de outrem, estes/as precisam reconstruir seus conceitos sobre o que é “normal”, “correto” e “ideal”, compreendendo que são diversas as realidades e historicidades de cada pessoa. Fator este que somente – e mais uma vez – evidenciou que a mudança pode acontecer, mediante um diálogo interventivo, quanto a criação de espaços que retratem diretamente as temáticas que emergem na adolescência.

Pois através da ficha avaliativa do projeto de intervenção, os/as adolescentes expuseram o quão positivo foi a execução desse mesmo, trazendo como sugestões, na maior parte das respostas, o interesse pela continuidade do espaço construído por meio do projeto, com maiores abordagens sobre a identidade social e temas sociais. Ressaltando que a necessidade de se trabalhar questões do cotidiano dos/as adolescentes foi evidenciada através das experiências do Estágio I, por meio de diálogos esporádicos e a constante indagação dos/as mesmos/as sobre a possibilidade dos estagiários executarem o projeto de intervenção com a turma de adolescentes.

Neste contexto, a adolescência é percebida como uma fase formada socialmente, mediante necessidades sociais e também econômicas, se constituindo enquanto um período de contradições, ambivalente e caracterizado por atritos/divergências com o meio familiar e o ambiente em que se está inserido (ABERASTURY, 1980). Pressupondo escolhas, mudanças físicas e psicológicas, e necessita de que estes tenham, por conta de valores e exigências morais, posturas maduras e conscientes, visto que são considerados “exemplos” para as pessoas na ainda na primeira e segunda infância.

Os/as adolescentes têm a necessidade de discutir e entender como se configuram as instituições, a exemplo da família, e qual o porquê de terem sempre de atender a ordens e seguir modelos de comportamentos concebidos como ideais para sua faixa etária e “sexo”, servindo até mesmo de exemplos às crianças, como anteriormente mencionado. Tais questões somente reforçam a necessidade de realizar um trabalho contínuo com os/as adolescentes, tanto no CFTV quanto na sociedade em geral, retratando os assuntos de seu interesse, sob uma perspectiva libertadora, que instigue o seu processo reflexivo e o tire de sua zona de conforto. Pois:

Criar condições para a construção de identidades significa, entre outras coisas, cuidar das relações, dos discursos e das atitudes e planejar estratégias que possibilitem aos educandos perceber a existência de diferentes grupos culturais, com manifestações específicas e propiciar a identificação como membro de determinado grupo social que tem cultura, saberes e história (CENPEC, 2007, p.100).

Assim, realizar espaços como rodas de conversa, diálogos interventivos, dinâmicas culturais e integradoras, espaços que evidenciem a prática da arte, como pintura e grafiteagem, grupos de dança e esporte, estímulo à leitura e acesso às internet, e etc., se constituindo enquanto espaços que possibilitem aos sujeitos escolherem por aquilo que lhes contempla e interessa, de forma a incluir e propiciar por meio de ações semelhantes, espaço de troca de conhecimento e informação.

Assim, o Serviço Social, enquanto profissão que “intervêm sobre a realidade, cuja direção é fazer enfrentamentos críticos da realidade” (MORAES; MARTINELLI, 2009, p.6), atuando de forma propositiva na vida dos sujeitos demandantes de seu trabalho, seja em situações que inviabilizem a materialização de suas potencialidades e cidadania, quanto nas que evidenciem sua vulnerabilidade social,

material e/ou política, deve compreender a relação de poder que oprime e impõe obstáculos diretos e indiretos ao poder e liberdade de cada ser social.

Portanto, o início do processo de construção, tanto da identidade social quanto do empoderamento, de forma gradativa e até mesmo circunstancial, requer uma abordagem que trabalhe na discussão e esclarecimento de informações e temas que estão sendo vivenciados pelos/as adolescentes, como violência e diversidade cultural, de gênero e etc. Sendo a categoria mediação central na articulação entre as partes de uma totalidade complexa.

Possuindo tanto a dimensão ontológica (objetiva, que tem que estar presente em qualquer realidade, independente do sujeito) quanto a reflexiva (intelectiva; racional; para ultrapassar o plano da imediaticidade). A relação indivíduo-sociedade, particularizando-se num campo de mediações, passa a elucidar o modo de ser histórico de nascimento, de funcionamento, de movimento de um complexo total e das forças que se embatem no seu desenvolver processual (PONTES, 2000).

Portanto, desenvolver a resistência, o reconhecimento da opressão, e quiçá rompê-la gradualmente, são formas de efetivar condicionalidades na realidade dos sujeitos que estimulem seu processo de “empoderamento”, pois:

O empoderamento como autoconfiança e autoestima deve integrar-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade. Ao ter em conta o processo histórico que cria a carência de poder, torna-se evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais vigentes; quer dizer, se reconhece o imperativo da mudança” (LEON, 2001, p.97).

Ressalta-se que movimento de *empowerment* teve início nos Estados Unidos da América (EUA) no final da década de 1970 (mil novecentos e setenta), mas somente no fim da década de 1980 (mil novecentos e oitenta) é que esta forma de intervenção passou a ser utilizada pelo Serviço Social. A mesma parte do pressuposto de que as pessoas e grupos marginalizados/ discriminados na sociedade sofrem de uma ausência de poder e autonomia que os impede/ enfraquece de lutar pelos seus direitos, usufruir de benefícios econômicos e sociais, participar nas decisões políticas que interferem nas suas vidas, e construir sua própria historicidade – a identidade social – mediante condições que propiciem que

isso aconteça. Para alterar esta situação é necessário que esses grupos evidenciem as suas potencialidades e, concomitante, o seu próprio poder (FAZENDA, s/a).

Porém, apesar da categoria empoderamento significar, em sua origem *empowerment* – “dar poder” a alguém para agir sem a imposição/ permissão de alguém, este conceito segue outro viés, na perspectiva de Paulo Freire. Pois para o autor, a pessoa/ grupo/ instituição “empoderada” é aquela que realiza, por si própria, mudanças/ ações que a faz se fortalecer.

Portanto, há de se considerar que o empoderamento tem raízes nas lutas pelos direitos civis, principalmente no movimento feminista, retratando que:

O empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latinoamericanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com o a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero (SARDENBERG, 2009, p.2).

Neste contexto, existem dois sentidos de empoderamento comumente utilizados no Brasil: um se refere ao processo de mobilizações e práticas que têm como objetivos promover e impulsionar grupos/ comunidades na melhoria de suas condições de vida, também aumentando sua autonomia. O outro se refere a ações destinadas a promover a integração dos/as excluídos/as, carentes de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos etc. em sistemas geralmente precarizados, que não contribuem para organizá-los, pois os/as atendem individualmente através de projetos e ações de cunho assistencial (GOHN, 2004).

Sendo considerado, enquanto perspectiva de análise deste estudo, a primeira abordagem, por tratar especificamente do desenvolvimento da autonomia particular e coletiva dos sujeitos, em prol da reivindicação do lhe é de direito, como a liberdade e a ter acesso aos serviços públicos. Se constituindo enquanto um processo que deve emergir em cada pessoa, para construção da independência política e social, autonomia em suas decisões, formação identitária e o próprio desenvolvimento social, cultural, econômico, político e etc.

Segundo Bernardes e Hoenisch apud Guareschi, Medeiros e Bruschi (2003) o processo de construção da identidade social só pode ser compreendido e também

analisado no contexto de suas relações e deve sempre estar situado no tempo e espaço. Isto é, entender essa construção na conjuntura da sociedade em que se está inserido/a e em como as relações sociais acontecem nesta mesma. Simultâneo a isso, é importante considerá-la como um aspecto que está em constante formação, e que por isso tem um passado, um presente e um potencial em si de transformações ou construções para o futuro.

Neste contexto, se entende que a referida categoria profissional busca como horizonte em suas ações interventivas a ruptura com padrões hegemônicos opressores. Na tentativa de impulsionar a ruptura gradativa da dependência (política, econômica, social, cultural e etc.) de sujeitos, objetivando a construção de sua autonomia, tanto individual quanto coletiva, por meio da efetivação do projeto ético-político. Processo este que está presente no ciclo de construção da identidade social, visto que:

O projeto adota princípios e valores baseados no reconhecimento da liberdade, no reconhecimento da autonomia, emancipação e plena conquista dos direitos sociais, defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo; defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia, socialização da participação política e da riqueza produzida; posicionamento a favor da equidade e da justiça social, universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática; empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a garantia do pluralismo; compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores, dentre outros princípios e valores que aparecem elencados em várias publicações e documentos normativos do Serviço Social (MOTA, 2011, p.58).

Portanto, a partir do seu caráter político e interventivo, na realidade social, os/as profissionais assistente sociais têm como compromisso trabalhar na perspectiva de condicionar espaço de reflexão, construção da autonomia, emancipação política, e reivindicação quanto à efetividade de direitos e serviços aos sujeitos demandantes. Pois o projeto profissional deve apresentar a autoimagem da profissão, elegendo os valores que a legitimam socialmente, como já mencionado, delimitando e também priorizando seus objetivos e funções.

Considerando que estes formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevendo normas para a atuação dos/as profissionais e estabelecendo as bases das suas relações com os sujeitos demandantes de seus serviços, com as outras profissões, nas equipes

multiprofissionais e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas, incluindo o Estado que reconhece juridicamente os estatutos profissionais (NETTO, 1999). Desta forma, profissionais e/ou agentes externos – como educadores/as - podem e até mesmo devem construir ações, a exemplo de cine-debates, rodas de conversa com temas de interesse do/a adolescente, aulas que articulem o tema curricular com assuntos do cotidiano destes sujeitos.

Também ações socioeducativas, contendo dinâmicas, filmes, músicas, teatro, danças, em suma, técnicas que articulem a arte, cultura e educação à dimensão do empoderamento, de forma a integrar e propiciar espaço de falas e discussão, não como uma ação imposta ou com uma proposta “fechada”, pois os sujeitos precisam ser ouvidos e suas demandas atendidas. Objetivando romper com concepções conservadoras e excludentes da realidade, ao retratar a diversidade de pessoas e suas diferenças, como no que tange à orientação sexual e a construção do gênero, compreendendo e esclarecendo como isso acontece e deve ser discutido e reconhecido.

Simultaneamente, como cada ser social tem seu espaço e a liberdade de se expressar e posicionar, conforme o direito à liberdade e exercício da cidadania. Pois através disso, “pessoas passam a renunciar ao estado de tutela, de dependência, de impotência, e transformam-se em sujeitos ativos, que lutam para si, com e para os outros pela sua própria autonomia e autodeterminação” (HERRIGER, 2006, p.16).

Pois o trabalho socioeducativo tem sido utilizado tanto na abordagem individual, quanto na abordagem grupal, assim como no reconhecimento do território. Neste sentido, não há atuação preestabelecida, mas a ação profissional é construída e reconstruída no exercício cotidiano. Se estabelece com referência às relações de saber e poder presentes na sociedade e reproduzidas no espaço organizacional. Nesse viés, Torres (2009) afirma que:

Na perspectiva socioeducativa, o atendimento individual é operacionalizado a partir de uma base metodológica que tem sido construída e reconhecida, articulada ao projeto de ruptura. À abordagem socioeducativa foi construída como um diferencial à abordagem psicossocial. Requer do assistente social uma leitura fundamentada do projeto éticopolítico, da realidade social constitutiva do exercício profissional. Demarca uma direção social para o exercício profissional, qual seja, a de consolidar o projeto éticopolítico. Essa abordagem estabelece a necessidade do assistente social reconhecer as demandas postas para o atendimento social e a formulação e a construção

das respostas profissionais de caráter crítico-analítico, articuladas as condições objetivas de vida do usuário e a realidade social (p.219).

Sendo uma ferramenta que se caracteriza por consolidar a visão da educação popular, em que o/a profissional atua tomando como referência os modos de vida da população usuária, possibilitando a realização de uma prática crítica, que se configura na sua concreticidade, criticidade e teleologia. Sendo o usuário como um dos protagonistas do processo interventivo e não como um receptor dos serviços estabelecidos.

Sobre o empoderamento, ressalta-se que este implica, pois, no avanço/superação por parte daquele que se empodera (sujeito ativo do processo), e não uma espécie de “doação” ou ação de “empatia”, como denota o termo inglês *Empowerment*, que transforma o sujeito em objeto “passivo/receptor” (SCHIAVO; MOREIRA, 2005). É possível afirmar que Freire (1986) em suas concepções a respeito do termo, concebeu outro significado para a palavra “empoderamento” no contexto filosófico e educacional, se constituindo não como um movimento que ocorre de fora para dentro, como o *Empowerment* em sua origem, mas, sim, ao encontro do que Schiavo e Moreira (2005) afirmam, considerando que esta categoria:

Implica, essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição a ser construída. A estas variáveis, deve somar-se uma mudança de atitude que impulse a pessoa, grupo ou instituição para a ação prática, metódica e sistemática, no sentido dos objetivos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva (p.59).

O empoderamento é, por sua vez, um processo reflexivo e capaz de ter gênese e ser mantido apenas por quem se liberta dos valores alienantes/ impostos pelo meio social, e busca autodeterminação, se constituindo como uma ação gradativa. É, desta forma, um processo que reside na pessoa, e não em algum agente externo. E os/as profissionais assistentes sociais podem e devem construir espaço e condições materiais para que os sujeitos envolvidos (especialmente na adolescência) possam compreender o processo alienante de valores e estigmas sociais no qual estão inseridos e também como estes interferem diretamente em suas vidas.

Tendo como pressuposto e horizonte para essa ação interventiva o Projeto Ético-Político, que tem como valor central a categoria liberdade, bem como a emancipação e pleno desenvolvimento dos sujeitos. Para que então seja impulsionado o processo de empoderamento, gradativamente construído e consolidado em cada sujeito, a partir da compreensão de si próprios enquanto seres sociais, detentores de direitos e deveres legitimados, bem como livres para se autoconstruírem conforme suas próprias concepções.

Visto que, conforme o Projeto Ético-Político da categoria profissional, como já mencionado, em seu 1º princípio que refere ao “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 1993, p.23). Estes/as referidos/as profissionais têm o dever de construir estratégias de enfrentamento às normativas sociais incumbidas a esses sujeitos, como espaços de discussão e educação permanente, intuindo esclarecer e impulsionar os adolescentes a desconstruir em si próprios valores conservadores e causadores de opressão, possibilitando a compreensão do real significado existente. É importante considerar, que:

- b) ninguém “empodera” outrem – isto é, trata-se de um ato autorreflexivo de “empoderar-se”, ou seja, a si próprio (pode-se, porém “facilitar” o desencadear desse processo, pode-se criar as condições para tanto);
- c) empoderamento tem a ver com a questão da construção da autonomia, da capacidade de tomar decisões de peso em relação à própria vida, de levá-la a termo e, portanto, de assumir controle sobre a mesma;
- d) empoderamento é um processo, não um simples produto. Não existe um estágio de empoderamento absoluto. As pessoas são empoderadas, ou desempoderadas em relação a outros, ou então, em relação a si próprias anteriormente (MOSEDALE, 2005, p.243-244).

Portanto, sendo um processo subjetivo-objetivo, inicia-se no ser humano a partir de uma autorreflexão, e torna-se concreto conforme o seu desenvolvimento, que é particular de sujeito para sujeito e acontece mediante as condicionantes materiais, que o/a assistente social deve impulsionar. Construindo ações como diálogos interventivos, numa tentativa de aproximação da realidade e integração com os/as adolescentes, com o objetivo de impulsionar o início do processo de empoderamento, concomitante da identidade social.

Contudo, Minayo e Souza (1998) afirmam que a violência se manifesta nas ações humanas realizadas por sujeitos individuais, grupos, classes, estando numa dinâmica de relações interpessoais, expressando as especificidades dos conflitos sociais. Nesta perspectiva sua origem se dá nas estruturas sociais, econômicas e políticas, assim como num movimento entre condições subjetivas e objetivas, como algo que é externo a sociedade. Permeando todas as camadas que constituem a sociedade sob as mais diversas manifestações.

Tais como preconceito/ discriminação às diferenças e diversidades sociais, aspectos de exclusão, xenobia⁹ como umas das fobias no que tange ao preconceito direcionado à uma categoria/ classe específica. Em suma, violência física e verbal, que incide direta e indiretamente na existência efetiva de ações de integração com os/as adolescentes, intuindo trabalhar a construção identidade social e do próprio empoderamento. Pois estes sujeitos já possuem uma historicidade, embasada por uma estrutura patriarcal, conservadora, competitiva e excludente. Sendo necessário haver sucessivas aproximações e a prática do diálogo e da liberdade, para que estes mesmos se sintam confortáveis e possam se permitir entender, compreender e vivenciar as suas particularidades, respeitando a outrem, suas experiências e posicionamentos.

Assim, o/a profissional de Serviço Social pode construir mecanismos que viabilizem a efetivação desse referido processo, como em ações socioeducativas, anteriormente exemplificado, em que os/as adolescentes tenham as condicionalidades materiais necessárias para a compreensão de sua identidade, e de como esta irá mediar o seu empoderamento, enquanto processo que legitima a si próprio como ser social livre e detentor de seu seus desejos e escolhas. Este movimento é, pois, consequência de uma evolução nas concepções de autonomia e responsabilidade dos sujeitos, e na compreensão dos mecanismos de discriminação e exclusão que se geram e intensificam na sociedade. Desta forma, entende-se que:

O caminho histórico que alimentou este conceito visa a libertação dos indivíduos relativamente a estruturas, conjunturas e práticas culturais e sociais que se revelam injustas, opressivas e discriminadoras, através de

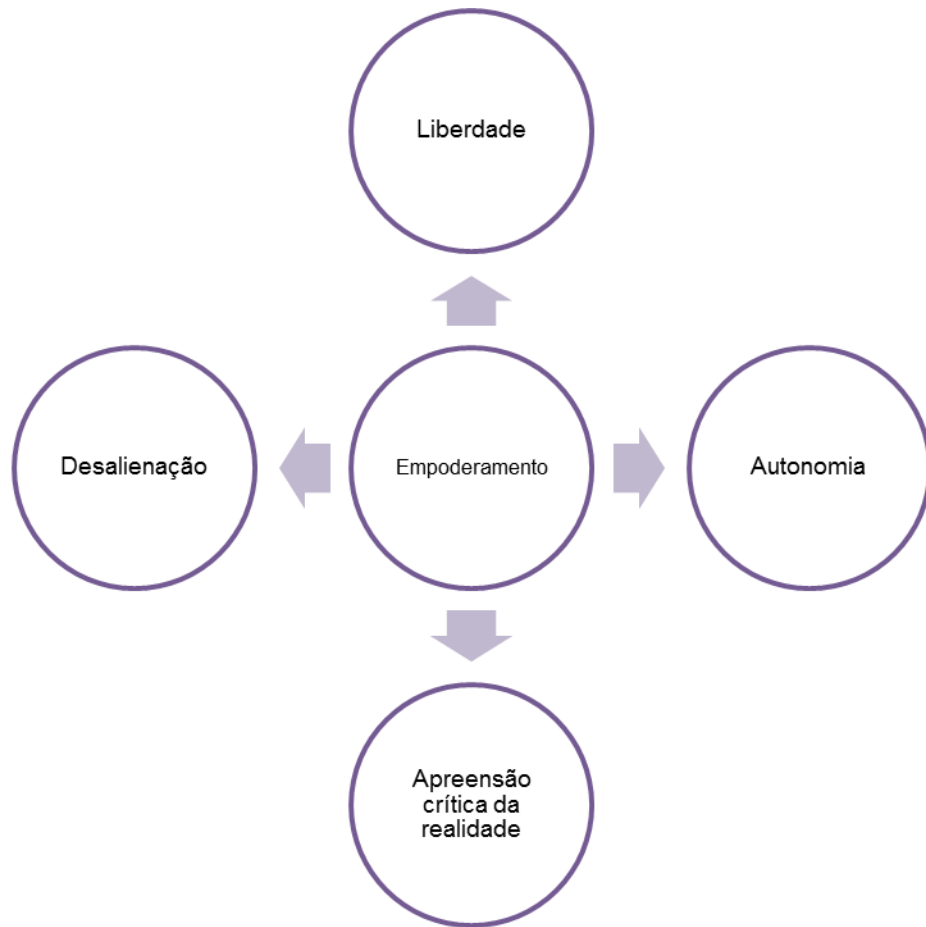
⁹ A xenofobia reveste-se de sentidos, geralmente dicotômicos, complementares, a exemplo: medo estranho ao que é diferente, fora do meio (como os/as estrangeiros/as) (GROSSMAN; BLAY, s/a).

um processo de reflexão sobre a realidade da vida humana (PINTO, s/a, p.247).

Esta abordagem ultrapassa a tentação de atitudes paternalistas, de proteção excessiva e de tomadas de decisão unilaterais por parte dos/as profissionais, considerando que o seu objetivo é viabilizar a construção da autonomia das pessoas e a conscientização dos seus direitos e possibilidades de inserção nos meios. Todavia, isso exige uma mudança de atitude destes mesmos, principalmente em relação à partilha do poder participativo e decisório, bem como ao reconhecimento das capacidades dos usuários dos seus serviços.

Para que o processo de empoderamento aconteça, é necessário criar as condições fundamentais, principalmente junto aos sujeitos socialmente excluídos/discriminados, tais como espaços institucionais, formalização de direitos legais, estímulo a organizações em que possam, de fato, participar e influenciar nas estratégias adotadas pela sociedade, espaços de educação permanente, ações socioeducativas e etc. Assim, é necessário destacar alguns dos principais elementos contidos no processo de empoderamento, na figura a seguir:

Figura 2 – Fatores que incidem para a construção do empoderamento.



(Sistematização do autor, 2016).

Percebe-se, pois, que no processo de empoderamento é preciso articular aspectos como a liberdade, enquanto princípio que possibilita aos sujeitos o seu desenvolvimento enquanto ser genérico, de forma a satisfazer suas necessidades e poder se realizar de diversas maneiras, sem opressão social e repressão de suas singularidades (TONET, 2002). Se constituindo como direito legal de cada sujeito, de poder se expressar, posicionar, reivindicar e agir conforme seus valores e escolhas, desde que concomitante ao respeito para com os demais sujeitos e suas particularidades. A existência do processo de desalienação é outro aspecto importante, pois explicita o rompimento com valores advindos do capital, e dá início ao processo de e compreensão da realidade social, bem como à liberdade das amarras ideológicas de padronização de corpos, comportamentos, pensamentos, etc.

Dando espaço aceitação de si mesmo/a, mediante características particulares e constituintes da identidade social, sendo essencial para dar gênese ao processo

de empoderamento, como já mencionado. Isso porque é a partir daí que cada pessoa pode começar a se autoconhecer, entender e desenvolver suas potencialidades e conquistas, assim como reivindicar por aquilo que lhe é de direito.

A autonomia é outro fator relevante nesse processo, pois evidencia a independência, construída conforme o senso crítico e político de cada ser humano, e como esta interage com a apreensão crítica da realidade, como Iasi (1999) retrata a importância dessa forma de apreensão para a construção da consciência crítica de cada sujeito, de forma a entender a conjuntura social e construir seu espaço, a sua identidade. Se constituindo como um aspecto que possibilita aos sujeitos compreender o contexto em que estão inseridos, a estrutura política à nível micro e macro, os serviços de que têm direito e como e onde recorrer a estes, a entender que todos têm o direito de ser, se expressar, posicionar, comportar, e relacionar conforme lhe convém e vai ao encontro da dignidade humana.

Segundo Romano e Antunes (2002) o empoderamento é interpretado pelos diversos setores da sociedade de formas diferentes, distancia-se do real significado que o termo possui. Pois, para os autores, a categoria refere-se a:

[...] uma abordagem que coloca as pessoas e o poder no centro dos processos de desenvolvimento; um processo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assume o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir (ROMANO; ANTUNES, 2002, p.144).

A referida categoria é retratada na perspectiva de processo, em que os sujeitos sociais tenham acesso ao conhecimento, aos instrumentos e aos meios para obter autonomia crítica, sendo um aspecto primordial na objetivação do protagonismo social. Conforme afirma Friedmann (1996) o empoderamento é todo acréscimo de poder que, tanto induzido quanto conquistado, viabiliza aos sujeitos ou famílias aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania. Trata-se, assim, de uma ferramenta que possibilita aos sujeitos alcançar o nível de autonomia/independência necessário para sua participação nos processos decisórios, tanto de sua própria vida – escolhas e ações - quanto dos espaços em que se insere.

O/a assistente social tem na intervenção direta com os usuários, nas ações de mobilização, participação, e controle social competências reconhecidas pela

categoria profissional que o/a qualificam para o exercício profissional. Assim, este/a mesmo/a, através de sua ação interventiva/ propositiva, baseada em seu compromisso ético-político pode contribuir para a efetivação de ações que condicionem e viabilizem aos sujeitos espaços de diálogos, esclarecimentos, apreensão da realidade e das possibilidades de inserção (e também reinvidicação) nos meios. Considerando que o/a profissional não tem como garantir que os processos de construção identitária e empoderativo aconteçam, mas têm como compromisso ético-político construir algumas condicionantes e impulsionar o processo reflexivo – individual e coletivamente – na tentativa de que isso aconteça. Pois:

Nessa direção, colocam-se aos assistentes sociais comprometidos com as lutas e conquistas democráticas e emancipatórias da classe trabalhadora, a necessidade e o desafio de confrontar o debate sobre os instrumentos pedagógicos indispensáveis da luta dos trabalhadores dentre eles, a mobilização e a educação popular enquanto elementos nucleares da pedagogia da resistência e emancipatória e pensar as possibilidades de construção e avanço desses processos e instrumentos nos diversos espaços da atuação profissional (ABREU, 2011, p.8).

Nessa perspectiva, a autora ainda ressalta a importância de haver o fortalecimento de uma pedagogia própria da classe trabalhadora, se configurando a partir dos princípios de resistência e emancipação, necessária na formação política e ideológica da mesma em seu processo de construção da autonomia, em contraposição à ordem do capital e consubstanciada na produção e difusão do conhecimento crítico sobre as condições de vida.

Tornando-se possível aos sujeitos se construir, “desfetichizar” paradigmas e estereótipos sociais, resistir frente à precarização dos serviços públicos e a ineficiência dos direitos na prática, e fortalecer a materialização da identidade, construída mediante o que se concebe, se apreende, se quer e é possível conquistar. E isso é possível de se materializar, ou seja, ter início o processo de reflexão que terá como dar gênese ao também processo de empoderamento, a partir da intervenção profissional do/a assistente social, mediante efetivação dos seus valores e princípios que dão horizonte ao exercício e à contínua capacitação e atualização deste, para com a realidade e a conjuntura social. Sendo que essa perspectiva crítica e propositiva deu-se início quando os mesmos:

Reafirmando os seus valores fundantes - a liberdade e a justiça social -, articulou-os a partir da exigência democrática: a democracia é tomada como

valor ético-político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. É ela, ademais, que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social (CFESS, 1993, p.21).

Portanto, como exemplo, discutir a respeito de como qualquer sujeito, independente de sexualidade e gênero, pode se comportar, vestir, falar, em síntese, ser como lhe convir e satisfazer, independente de normatividades e sanções morais advindas da sociedade e seus modelos patriarcais e excludentes, é uma das formas de dar reconhecimento à liberdade enquanto direito legítimo. E em articulação direta e de existência simultânea com a construção da identidade, o empoderamento é percebido enquanto:

Um processo dinâmico que envolve aspectos cognitivos, afetivos e condutuais. Significa aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos à relações de opressão, discriminação e dominação social. Dá-se num contexto de mudança social e desenvolvimento político, que promove equidade e qualidade de vida [...]. Envolve práticas não tradicionais de aprendizagem e ensino que desenvolvam uma consciência crítica (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p.25).

Assim, pois, precisa-se condicionar espaço, enquanto profissional interventivo e propositivo, para a construção da identidade social de sujeitos, e mediante a este processo se condicionar, concomitantemente, as mesmas possibilidades que irão materializar a também construção do empoderamento destes mesmos sujeitos. Ressaltando que, tanto o primeiro quanto o segundo processo, acontecem de forma individual, isto é, as pessoas precisam construir a si próprias e se empoderar. Todavia, é possível e extremamente necessário se fomentar discussões e trabalhar em cima de aspectos que possam favorecer ambos os referidos processos, como exemplo rodas de conversa com temas de interesse dos adolescentes.

Desta forma, entende-se que os processos construtivos do ser social, como já referidos, requerem níveis de criticidade e compreensão por parte dos sujeitos dos fatores que se evidenciam na realidade e de como estes podem e devem protagonizar suas próprias causas e reivindicar/ conquistar a sua liberdade. Pois, Freire afirma em uma de suas obras que, diante de suas pesquisas e publicações a respeito da categoria liberdade e sua concretude:

Os oprimidos, tendo internalizado a imagem do opressor e adotado suas linhas de atuação, têm medo da liberdade. A liberdade requereria deles rejeitar essa imagem e preencher o seu lugar com autonomia e responsabilidade. Liberdade se adquire pela conquista, não como um presente. Ela deve ser buscada constantemente. Liberdade não é um ideal localizado fora do ser humano; nem é uma idéia que se torna um mito. É sem dúvida a condição indispensável para a busca da humana complementação (s/a, s/p).

Esta categoria, portanto, se distingue de mera construção de habilidades e competências – até mesmo por abranger a compreensão das potencialidades -, saber comumente associado à escola formal. Visto que a educação através do processo de empoderamento difere do conhecimento formal, tanto pela sua ênfase nos sujeitos e nos grupos sociais, quanto pela transformação cultural (mais do que na adaptação social). Também interferindo nos aspectos políticos, econômicos, considerando a amplitude em que se materializa o processo. Nesta perspectiva, é interessante ressaltar que:

A experiência do empoderamento psicológico ocorre quando a pessoa vivencia seu poder em situações de carência ou de ruptura. Através dessa vivência, ela reconhece não apenas recursos e possibilidades pessoais ou coletivas, mas também sua capacidade em sair de uma posição de impotência e resignação, muitas vezes pré-determinada por um *script* social, convertendo esse conhecimento em ação social e na conformação de seu entorno. Além de fortalecer suas competências, a pessoa desenvolve novas habilidades para enfrentar em seu cotidiano incertezas, adversidades e situações de risco (KLEBA; WENDAUSEN, 2008, p.7).

Portanto, o quanto antes esse processo, concomitante à construção da identidade social, forem evidenciados a fim de que aconteçam na vida dos sujeitos, irá emergir nestes a compreensão de suas potencialidades e de como a autonomia e criticidade podem fazer com que os mesmos possam intervir em suas próprias realidades, tanto no âmbito privado quanto público – individual e coletivamente -. Processo este que, conseqüentemente, causa mudança social e significativa, tanto para quem o materializa gradativamente, quanto para quem percebe a referida mudança.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre o interesse particular e as experiências em estágio profissional em Serviço Social, a cerca da apreensão da categoria identidade social, por meio da pesquisa bibliográfica realizada neste trabalho e aplicação do projeto de intervenção, foi de suma importância e intensificou a busca pela apreensão de como se configura a processualidade da construção, tanto da identidade, como já referido, quanto do empoderamento dos sujeitos.

Se considera, a partir da realização deste estudo, relevante trabalhar na perspectiva que ambas fazem parte da construção social, enquanto ser humano particular e coletivo. Constituído de particularidades, que precisam ser respeitadas nesta sociedade tão plural e diversificada, e ao mesmo tempo opressora e repleta de estigmas e padrões que perpassam diretamente as relações sociais.

Assim, se evidenciou que o empoderamento é uma construção necessária e que deve acontecer concomitante à construção identitária. Pois, além de também se caracterizar como uma construção gradativa e subjetiva-objetiva, se materializa sob o viés da liberdade, consciência crítica, autonomia, aceitação e desenvolvimento das potencialidades e subjetividades de cada sujeito. Fatores estes que vão ao encontro da construção de uma ou várias identidades formadas a partir dos mesmos pressupostos, como a liberdade enquanto eixo central, respeito às diferenças, e formação da independência e autonomia frente às questões sociais.

Ressaltando que a sua tentativa de rompimento com as formas de opressão, repressão e exploração do capital sobre os seres humanos, capturando suas subjetividades e subordinando sua existência ao trabalho. Acontece de forma a maximizar a dignidade humana e as possibilidades do ser social para além da venda de sua força de trabalho em tempo integral.

Portanto, no que tange ao trabalho do/a assistente social frente a essas construções sociais, é necessário e se faz urgente construir bases teórico-metodológicas, que ampliem a produção de conhecimento sobre a temática no Serviço Social, formando subsídios teórico-críticos que possam ser materializados no agir profissional dos/as assistentes sociais nos diversos espaços sócio

ocupacionais. Concomitante, é preciso haver a criação de técnicas e ferramentas para qualificar seu exercício profissional no sentido de aproximar, contemplar e trabalhar com os sujeitos, especialmente os/as adolescentes, que estão na fase de explicitar seus desejos e objetivos para a concretude do trabalho, formação profissional e etc., estando em meio a incessantes dúvidas e amadurecendo suas concepções sobre a vida, a sua realidade, os temas que estão em evidência no seu contexto social, os valores retróados e conservadores existentes em sociedade e tão massivamente reproduzidos por agentes externos e eles/as mesmos/as em suas ações cotidianas.

Assim, enquanto estratégias metodológicas que surgiram como propostas a partir das reflexões suscitadas pela construção deste trabalho têm-se ações como rodas de conversa, dinâmicas interventivas, utilização dos recursos midiáticos como filmes e músicas presentes no cotidiano destes sujeitos, incitando reflexões sobre como as influências midiáticas estão presentes na vida dos sujeitos e interferem nas suas escolhas e construções sociais.

Priorizando a escuta sensível, o diálogo, o esclarecimento e troca de experiências e de informações, demonstrando aos sujeitos que eles têm como contribuir para a mudança de sua realidade, tanto no âmbito privado quanto social, e que isso é possível de acontecer. Proporcionando, também, contato com pessoas inseridas nos espaços acadêmicos e profissionais atuantes, principalmente aqueles que tiveram realidades semelhantes e conseguiram se inserir nos meios de formação e trabalho profissional.

Contudo, para que essas propostas se efetivem, é preciso que o/a profissional, conceba e apreenda as construções e seja realmente propositivo, levando ideias, e não atividades prontas, para interagir e se aproximar dos/as adolescentes e gradativamente de suas realidades. Com o intuito de propor formas de romper com aspectos de exclusão e preconceito, que vão desde a existência de termos pejorativos verbalizados na escola, quanto a não inserção no mercado de trabalho, pela forma como este se veste, comporta e etc. Pois, desta forma, ele/a poderá impulsionar que a construção identitária aconteça, e não a mera reprodução de valores e comportamentos socialmente estabelecidos, estimulando, assim, o

senso crítico nos sujeitos e, concomitantemente, a também construção do empoderamento.

Se constituindo enquanto propostas e reflexões suscitadas a partir da sistematização da prática, servindo como base para a materialização do Projeto Ético-Político, das competências profissionais – teórica, ética e técnica - para o enfrentamento às expressões da questão social e análise de totalidade dos processos sociais. A fim de construir estratégias interventivas que tenham como horizonte o fortalecimento de processos emancipatórios dos sujeitos.

Pois, para dar início à construção de uma identidade profissional interventiva e propositiva, que compreende a realidade social e se insere no contexto social de cada sujeito demandante do seu trabalho. É preciso que o/a assistente social, desde o período de formação acadêmica, vá rompendo gradativamente, a partir das discussões e apreensões teóricas, com seus preconceitos e valores excludentes advindos de sua historicidade na sociedade capitalista, que já na primeira infância impõe padrões e concepções de como se deve ser, comportar, falar e agir socialmente, concomitante à captura da subjetividade do ser social através da exploração ao trabalho e produção.

Assim, na medida em que isso acontece, o debate acadêmico começa a ser incitado, como foi pelo próprio aluno em eventos institucionais, a respeito do tema. Tanto em rodas de conversa, que já retrate ambos os temas da identidade social e do empoderamento, quanto em eventos acadêmicos, como já mencionado, e também naqueles organizados a nível municipal e, quiçá, com amplitude maior. Pois o fomento e esclarecimento destas temáticas e de como se configuram, concomitante a sua importância na vida dos sujeitos, deve ir para todos os âmbitos em que o/a profissional em formação e já atuante estão inseridos.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/briefing/graduacao/Lei_de_Diretrizes_Curriculares>. Acesso em: 22 nov. 2016.
- ABERASTURY, A. et al. **Adolescência**. Tradução: Ruth Cabral. 4ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986. 246 p.
- _____.; KNOBEL, M.; **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.
- _____.; FERRER, E. S. L.; GOLDSTEIN, R. Z.; JARAST, S. G.; KALINA, E.; PAZ, L. R.; ROLLA, E. H. **Adolescência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1980.
- ABREU, Marina Maciel. Serviço Social, assistência social e lutas sociais: inflexões na cultura profissional. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5, 2011, São Luís. **Estado, desenvolvimento e crise do capital**, 2011, p.8.
- ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas**. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/4UkPUxY8i39jY49rWvNM.pdf>> Acesso em: 16 nov. 2016.
- ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (Org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/violencia.pdf>> Acesso em: 22 out. 2016.
- ALMEIDA, Natália Kelle Dias; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **A violência estrutural**. Salvador: Unifasc, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/viewFile/323/270>> Acesso em: 15 out. 2016.
- ALMEIDA, T. **O perfil da escolha de objeto amoroso para o adolescente**: possíveis razões. São Carlos: Departamento de Psicologia da UFSCar, Trabalho de Conclusão de Curso, 2003.

ALMENDRA, Carlos Alberto da Cunha; BAIERL, Luzia Fátima. A dinâmica perversa da violência e do medo social. In: BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social: da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo: Cortez, 2004.

AMARO, Sarita. **Visita domiciliar: guia para uma abordagem complexa**. 2ª ed. Porto Alegre: AGE, 2007.

AMPURO, Deise Matos do; ALCES, Paola Biasoli; CÁRDENAS, Carmem J. Pertencimento e identidade em adolescentes em situação de risco de Brasília. In: **Revista Brasil Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, n.14, p. 11-20, 2004.

ANDRADE, M. A. A. A identidade como representação e a representação de identidade. In: MOREIRA, A.; OLIVEIRA, D. C. de. **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2ª ed. Goiânia: AB, 2000.

ARENDT, Hannah. Sobre a violência. Rio de Janeiro: 1994. In: COSTA, Marcia Regina da; PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **A violência: natural ou sociocultural**. São Paulo: Paulus, 2006.

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BARROS, Carlos Alberto M. A construção de uma identidade para o adulto maduro a partir da subjetividade do imaginário social. In: **Vínculo – Revista do NESME**, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 79-87, 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v6n1/v6n1a08.pdf>> Acesso em: 12 set. 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. 7ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 17ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

BERNARDES, A.; HOENISCH, J. Subjetividade e identidades: possibilidades de interlocução da psicologia social com os estudos culturais. In: GUARESCHI, N.;

MEDEIROS, P.; BRUSCHI, M. (Orgs.). **Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BLUME, Bruno André. **Bullying: o que é?** 2016. Disponível em <<http://www.politize.com.br/bullying-tudo-sobre/>> Acesso em: 24 nov. 2016.

BORGES, Bento Itamar. **Ethos e estado moderno no último habermas**. Uberlândia: Educação e Filosofia, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Sur l'État. cours au collège de France**. Paris: Raisons d'Agir/Seuil, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Emenda constitucional nº 91, de fevereiro de 2016, Brasília, DF, Senado Federal, 5 out. 1988.

_____. Decreto-lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências**, Brasília, DF, 27 set. 1990.

_____. Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Conselho Nacional de Assistência Social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n.2, 3 jan. 2013.

_____. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. **Política nacional de assistência social**, Brasília, DF, 2004.

BUCCI, E. Mídia e educação. In: CARVALHO, J. S. (org.). **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BURIOLO, Marta Alice Feiten. **Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CAMPOS, G. W. de S. **Um método para análise e co-gestão de coletivos**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

CANIATO et al, Maria Pires. **Psicologia social, violência e subjetividade**. Florianópolis: ABRAPSO Editora – Edições do Bosque CFH/UFSC, 2015.

CARLOS, Francisco Roberto de; ZANILOLO, Leandro Osni. **Família e escola: reflexões sobre pertencimento familiar e inclusão escolar de jovens inseridos em medida socio educativa de liberdade assistida.** São Carlos: s/a.

CARRETERO, M. De la larga distancia que separa la suposición de la certeza. In: CARRETERO, M. MADRUG; GARCÍA, J. A. (orgs). **Lecturas de psicología del pensamiento, razonamiento, solución de problemas y desarrollo cognitivo.** Madrid: Alianza, 1984.

CÁSCÓN, León; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CAVALLI, Michelli. **Violência estrutural: enfrentamentos para o serviço social?** Londrina: UEL, 2010.

CENPEC. **Parâmetros das ações socioeducativas: igualdade como direito, diferença como riqueza.** São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e Cenpec, 2007.

CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI. CFTV. s/d. documento digital. In: ORTIZ, Rodrigo R. **Análise institucional.** São Borja: Unipampa, 2015.

_____. Histórico do cftv. s/d. documento digital. In: ORTIZ, Rodrigo R. **Análise institucional.** São Borja: Unipampa, 2015.

_____. Plano de ação do serviço social. 2013. documento digital. In: ORTIZ, Rodrigo R. **Análise institucional.** São Borja: Unipampa, 2015.

_____. Plano pedagógico social. 2010. documento digital. In: ORTIZ, Rodrigo R. **Análise institucional.** São Borja: Unipampa, 2015.

_____. Resumão cftv. s/d. documento digital. In: ORTIZ, Rodrigo R. **Análise institucional.** São Borja: Unipampa, 2015.

CFESS. **Atribuições privativas do/ assistente social.** 1ª ed. Brasília: 2012.

_____. **Código de ética do/a assistente social.** 10ª ed. Brasília: 1993.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** São Paulo: 2000.

COSTA, Marcia Regina da; PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **A violência**: natural ou sociocultural? São Paulo: Paulus, 2006.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DIGIÁCOMO, Murillo José. **Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado**. Ministério Público do Estado do Paraná. 6ª ed. Curitiba: Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2013. Disponível em:

<http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/eca_annotado_2013_6ed.pdf> Acesso em: 15 out. 2016.

ENGELS, Friedrich. Anti-Dühring. s/l: 1971. In: COSTA, Marcia Regina da; PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **A violência**: natural ou sociocultural? São Paulo: Paulus, 2006.

FAZENDA, Isabel. **Empowerment e participação, uma estratégia de mudança**. s/l: Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, s/a.

FIERRO, A. Desenvolvimento da personalidade na adolescência. s/l: s/a. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação**: psicologia evolutiva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p. 288–298.

FRAGA, Paulo Denisar. Violência: forma de dilaceramento do ser social. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 70, p. 44-58, jul. 2002.

FREIRE, Paulo. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Tradução: Adriana Lopez. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FRIEDMANN, John. **Empowerment**: uma política de desenvolvimento alternativo. s/l: Oeiras, 1996.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOHN, Maria da Glória. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. São Paulo: Saúde e Sociedade, 2004..

GROSSMAN, Jackson; BLAY, Eva. **Xenofobia**. Palmares: Ministério da Cultura, s/a.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 701-718.

_____. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____; ORTIZ, Fátima da Silva Grave; VALENTE, Joana; FIALHO, Nádia. O debate contemporâneo da “questão social”. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2007, São Luís. **Questão social e desenvolvimento no século XXI**: São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2007, p.1.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HERRIGER, N. **Empowerment in der sozialen Arbeit: eine Einführung**. 3ª ed. Stuttgart: Kohlhammer, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho na formação profissional**. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IASI, Mauro Luis. **Processo de consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

_____. Violência, esta velha parteira: um samba-enredo. s/l: 2014. In: ŽIŽEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. Tradução: Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.

JACQUES, M. da G. C. Identidade. In.: JACQUES, M. da G. C., et al. **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 159-167.

KALINA, E.; LAUFER, H. **Aos pais de adolescentes**. Rio de Janeiro: Cobra Morato, 1974.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. **Empoderamento**: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. Santa Catarina: Projeto Conselhos Gestores e Saúde: Empoderamento e Impacto na Gestão Pública, 2008.

LEÓN, Magdalena de. **El empoderamiento de las mujeres**: encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. s/l: La Ventana: 2001.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. 3ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LEVISKY, David Léo (Org.). **Adolescência e violência**: ações comunitárias na prevenção “conhecendo, articulando, integrando e multiplicando”. São Paulo: Casa do Psicólogo/ Hebraica, 2001.

LEXICO. **Significado de paroxismo**. Disponível em: <<http://www.lexico.pt/paroxismo/>> Acesso em: 15 ago. 2016.

LIMA, Aline Aparecida Novais Silva. **Publicidade dirigida às crianças e adolescentes na sociedade contemporânea**: consequências e ilegalidades no brasil. s/l: s/p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução: Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 4ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1989. In: ALMEIDA, Natália Kelle Dias; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **A violência estrutural**. Salvador: Unifasc, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/viewFile/323/270>> Acesso em: 15 out. 2016.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MICHENER, H. Andrew; DELAMATER, John D.; MYERS, Daniel J. **Psicologia social**. Tradução: Eliane Fittipaldi; Suely Sonoe Murai Cuccio. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. **Violência e saúde como um campo interdisciplinar de ação coletiva**. História, Ciências e Saúde. Manguinhos: 1998, p.

MIRANDA, Simão de; RIBEIRO, Nye. **Quem sou eu?** identidade e auto-estima da criança e do adolescente. Campinas: Papirus, 2006.

MORAES, Josiane; MARTINELLI, Maria Lúcia. A importância categoria mediação para o serviço social. In: SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE ESCUELA DE TRABAJO SOCIAL, 20., 2009, São Paulo. **Intelectualidade e política: desafios nas ciências sociais e no Serviço Social**, 2009, p.6.

MOSEDALE, S. **Assessing women's empowerment**: towards a conceptual framework. s/: Journal of International Development, 2005.

MOTA, Alessivânia Márcia Assunção. Projeto ético político do serviço social: limites e possibilidades. In: **Textos & Contextos** Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 56 - 68, jan./jul. 2011.

MOTTI, Antônio Jose; SANTOS, Joseleno. Redes de proteção social à criança e ao adolescente: limites e possibilidades. s/l: s/a. In: VIEIRA, Monique Soares. **Rompendo o silêncio**: o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no âmbito dos creas tocantinenses. Porto Alegre: Tese de Doutorado, 2015.

NASCIMENTO, Elaine Ferreira do; GOMES, Romeu; REBELLO, Lúcia Emília Figueiredo de Souza. **Violência é coisa de homem?** a “naturalização” da violência nas falas de homens jovens. Rio de Janeiro: 2009.

NÉRICI, I. G. **Adolescência**: o drama de uma idade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967.

NETO, O. C.; MOREIRA, M. R. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. In: **Ciência e Saúde Coletiva**, p. 33-52, 1999.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: MOTA, A.E. et al (orgs). **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 1-22.

_____.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

CALLIGARIS, Contardo. A adolescência. São Paulo: Publifolha, 2000. In: OLIVEIRA, Frank de Souza; BRIDA, Valéria Pinheiro de. **Fatores que influenciam o comportamento de consumo na adolescência**. s/l: s/a.

ORTIZ, Rodrigo R; PORTELLA, Fernanda M. **Projeto de intervenção**: identifique-se, maximize-se: a construção da identidade social na adolescência. São Borja: Unipampa, 2015.

PAULA, Clarisse de. Análise institucional. In: **Análise institucional**. São Borja: Unipampa, 2015.

PAULA, Renato de. **O Serviço Social na trajetória de atendimento á Infância e juventude**. São Paulo: Brasil Social, 2001.

PATRICIO, Beatriz. **A importância da infância na construção da identidade individual**. s/l, 2014. Disponível em: <<https://prezi.com/5hdht8riasrh/a-importancia-da-infancia-na-construcao-da-identidade-indiv/>> Acesso em: 12 set. 2016.

PEREIRA, Marcos E. **Endo e exogrupo**. Disponível em: <<https://estereotipos.net/2007/11/28/endogrupo-e-exogrupo/>> Acesso em: 14 out. 2016.

PINTO, Carla. **Empowerment, uma prática de Serviço Social**. Lisboa: Política Social, ISCSP, s/a.

PONTES, Reinaldo Nobre. **A categoria de mediação em face do processo de intervenção do Serviço Social**. s/l: s/a.

_____. **Mediação**: categoria necessária para a prática do assistente social. 1ª ed. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília: Universidade de Brasília (UNB) (org.), Capacitação Em Política Social e Serviço Social (CEAD) (org.), 2000.

ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. Disponível em:

<http://www.actionaid.org.br/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

ROS, Ana Carolina Pontes. **Produção e reprodução social da violência:** rebatimentos da naturalização de processos violentos na sociedade capitalista. São Paulo: UNESP, 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/PODER_VIOLENCIA_E_POLITICAS_PUBLICAS/PRODUCAO_E_REPRODUCAO_SOCIAL_DA_VIOLENCIA.pdf> Acesso em: 10 out. 2016.

SANTOS, Andréia Mender dos; GROSSI, Patrícia Krieger. Mídia e consumismo na infância: crivagens da violência invisibilizada. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 83, p.116-127, 2005.

SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs). 2ª ed. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social:** desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

SANTOS, Virgínia Inácio dos. **Identidade e diferença**. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

SARDENBERG, Cecília M.B. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: TRILHAS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES, 1, 2006, Salvador. **Projeto tempo**, 2006, p.2.

SCHIAVO, Marcio R.; MOREIRA, Eliesio N. **Glossário social**. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005.

SILVA, José Fernando Siqueira Da. **O método em Marx e o estudo da violência estrutural**. s/l: s/a.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. s/l: s/a. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

TRASSI, Maria de Lourdes; MALVASI, Paulo Artur. **Violentamente pacíficos:** desconstruindo a associação juventude e violência. São Paulo: Cortez, 2010.

TONET, Ivo. **Democracia ou liberdade**. s/l: 2002.

TORRES, Mabel Mascarenhas. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio-educativo. **Serviço Social em Revista**, v. 12, n. 1, p. 202-227, jul/dez. 2009.

VALOURA, L. C. **Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo Empoderamento, seu sentido transformador.** Disponível em: <http://www.paulofreire.org/twiki/pub/Crpf/CrpfAcervo000120/Paulo_Freire_e_o_conceito_de_empoderamento.pdf> Acesso em: 28 out. 2016.

VASCONCELLOS, Lícia Maria Vieira; CAETANO, Vitor Nunes. **Diálogo entre representação social e identidade.** Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis.** Buenos Aires/SãoPaulo: Clacso/Expressão Popular, 2007. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/78898381/Vasquez-Filosofia-Da-Praxis>> Acesso em: 20 out. 2016.

_____. Práxis e violência. In: **Filosofia da Práxis.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ZAGURY, T. **O adolescente por ele mesmo.** São Paulo: Record, 1996.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais.** Tradução: Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.